



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS**

“Em busca do sui generis”: aproximações e divergências entre as trajetórias e os pensamentos de Paul Vidal de La Blache e Émile Durkheim

Álvaro Santo Donegá Júnior
Orientador: Prof. Dr. Renato José Pinto Ortiz

Campinas, 2019



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS**

**“Em busca do sui generis”: aproximações e divergências entre as trajetórias e os
pensamentos de Paul Vidal de La Blache e Émile Durkheim**

Álvaro Santo Donegá Júnior
Orientador: Prof. Dr. Renato José Pinto Ortiz

Trabalho de Conclusão de Curso de Álvaro Santo Donegá Júnior, elaborado sob a orientação do Prof. Dr. Renato José Pinto Ortiz, como um dos requisitos para obtenção do título de bacharel em Geografia

Campinas, 2019

À minha mãe, de quem herdei,
dentre tantas outras coisas, o gosto
pela escrita.

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas
Biblioteca do Instituto de Geociências
Marta dos Santos - CRB 8/5892

D716e Donegá Júnior, Álvaro Santo, 1995-
"Em busca do *sui generis*" : aproximações e divergências entre as trajetórias e os pensamentos de Paul Vidal de La Blache e Émile Durkheim / Álvaro Santo Donegá Júnior. – Campinas, SP : [s.n.], 2019.

Orientador: Renato José Pinto Ortiz.
Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Geociências.

1. Vidal de La Blache, Paul, 1845-1918. 2. Durkheim, Émile, 1858-1917. 3. Geografia - França. 4. Sociologia. 5. Ciência. I. Ortiz, Renato, 1947-. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Geociências. III. Título.

Informações adicionais complementares

Título em outro idioma: "In search of the *sui generis*": approximations and divergences between the trajectories and thoughts of Paul Vidal de La Blache and Émile Durkheim

Palavras-chave em inglês:

Vidal de La Blache, Paul, 1845-1918

Durkheim, Émile, 1858-1917

Geography - France

Sociology

Science

Titulação: Bacharel

Banca examinadora:

Antonio Carlos Vitte

Antonio Carlos Dias Júnior

Data de entrega do trabalho definitivo: 05-07-2019

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha mãe, Cristiane, por todo o apoio e carinho em todos os momentos de minha vida, e por ter batalhado todos os dias para me dar a oportunidade de estudar. Agradeço ao meu pai, Álvaro (in memoriam), que, há dez anos nos deixou, mas que foi o primeiro a acreditar no meu potencial desde os primeiros anos de minha juventude.

Agradeço às minhas irmãs, Ana Laura e Beatriz, por todo o amor fraterno, todo o companheirismo e todo o incentivo durante os períodos de minha caminhada escolar. Agradeço aos meus avós, às minhas primas e a todos da minha família, por todos os momentos de lazer e de alegria que compartilhei ao lado deles.

Agradeço a todos os meus amigos que convivi durante anos no IG e no IFCH da Unicamp, em especial aos moradores da RepNeu, aos membros da UnicamPorco e aos atletas do IG e do IFCH, por todos os momentos de diversão e de amizade que tive com eles durante vários anos em Barão Geraldo.

Agradeço a todos do Colégio Integrado de Mogi Guaçu, de onde saí como aluno e para onde voltei como professor para ter a oportunidade de desenvolver o ensino da sociologia, da filosofia e da geografia. Agradeço à direção, a todos os professores, aos alunos, aos ex-alunos e aos funcionários por todo o apoio que recebi no ambiente de trabalho.

Agradeço, especialmente, ao professor Antonio Carlos Vitte, do IG, que, desde o meu primeiro ano de graduação na geografia, despertou em mim o interesse pela área da História do Pensamento Geográfico, sem o qual não seria possível a realização desse trabalho. Agradeço também ao meu grande amigo nessa jornada, Bryan Marques, que tem sido, durante anos, meu maior parceiro na minha formação científica, sou grato pela companhia em todos os momentos possíveis de minha graduação e pelo auxílio incomensurável para a realização desse trabalho.

Agradeço também ao professor Antonio Carlos Dias Jr, da FE, que se interessou por esse projeto de pesquisa desde o primeiro contato com ele, e que deu valiosas sugestões que ajudaram a nortear esse trabalho, além de contribuir como um parecerista dessa monografia. Agradeço, por fim, ao professor Renato Ortiz, do IFCH, que de prontidão aceitou orientar essa pesquisa e que sempre me incentivou nos percalços do trabalho intelectual. Por toda sua simpatia, sua musicalidade, sua gentileza e sua destreza para guiar essa monografia, sou grato.

RESUMO

Paul Vidal de La Blache (1845-1918) e David Émile Durkheim (1858-1917) são considerados os pais fundadores de escolas do pensamento social francês. O primeiro foi o responsável por institucionalizar a geografia como um campo de saber específico nas universidades francesas, enquanto o segundo fez o mesmo para a sociologia. O presente trabalho procura fazer uma análise comparativa entre as trajetórias e os pensamentos desses dois autores, considerando o cenário histórico no qual eles viveram. Desse modo, se aborda as relações entre suas biografias pessoais e o contexto francês na passagem do século XIX para o XX, momento no qual houve muitas transformações na sociedade francesa, entre a Guerra Franco-Prussiana de 1870 e o início da Primeira Guerra Mundial em 1914. Assim, suas ideias serão analisadas de forma integrada com o período histórico, buscando compreender em que medidas os autores se aproximavam ou divergiam sobre três aspectos: o débito com pensadores alemães, em especial com Friedrich Ratzel (1844-1904); as bases teóricas diferentes sob as quais alicerçaram suas ciências; e os objetivos científicos comuns que compartilhavam, em busca do *sui generis* da geografia e da sociologia.

Palavras-chave: Paul Vidal de La Blache, Émile Durkheim, geografia francesa, morfologia social, ciência

ABSTRACT

Paul Vidal de La Blache (1845-1918) and David Émile Durkheim (1858-1917) are considered the founding fathers of French social thought schools. The former was responsible for institutionalizing geography as a specific field of knowledge in French universities, while the latter did the same for sociology. The present work aims to make a comparative analysis between the trajectories and the thoughts of these two authors, considering the historical scenario in which they lived. In this way, we deal with the relations between his personal biographies and the French context in the passage from the nineteenth century to the twentieth, when many changes took place in French society between the Franco-Prussian War of 1870 and the beginning of World War I in 1914. Thereby, his ideas will be analyzed in an integrated way with the historical period, trying to understand in which measures the authors approached or diverged on three aspects: debit with German thinkers, especially Friedrich Ratzel (1844-1904); the different theoretical bases under which they founded their sciences; and the common scientific goals they shared in search of the sui generis of geography and sociology.

Key words: Paul Vidal de La Blache, Émile Durkheim, French geography, social morphology, science

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	1
2. TRAJETÓRIAS.....	3
2.1 Paul Vidal de La Blache	5
2.2 Émile Durkheim.....	15
3. PENSAMENTOS	23
3.1 A geografia de Paul Vidal de La Blache.....	26
3.2 A morfologia social de Émile Durkheim	55
4. APROXIMAÇÕES E DIVERGÊNCIAS.....	71
4.1 Os débitos com os alemães e as críticas à Ratzel.....	73
4.2 Bases teóricas diferentes e objetivos científicos comuns	89
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	107
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	108

1. INTRODUÇÃO

O seguinte Trabalho de Conclusão teve início com as pesquisas de Iniciação Científica realizadas sob a orientação do Prof. Antonio Carlos Vitte em 2016/2017 e 2017/2018, intituladas “O Debate Durkheim-La Blache sobre o lugar da geografia humana” e “A recepção das ideias de Friedrich Ratzel no pensamento social francês”.

Na formação do autor como cientista social e geógrafo, os campos da teoria sociológica e da história do pensamento geográfico despontaram como objetos de estudo privilegiados para a aproximação entre a geografia e a sociologia. Mais especificamente, o pensamento social francês do final do século XIX e começo do XX, nas figuras daqueles que seriam dois “mestres fundadores” das Escolas Francesas: Paul Vidal de La Blache (1845-1918) para a geografia, e David Émile Durkheim (1858-1917) para a sociologia.

Desse modo, a análise das similitudes entre as obras dos dois autores só é possível através da constatação de que suas propostas teórico-metodológicas para suas respectivas ciências são subjacentes ao contexto francês da época, uma vez que a sociedade francesa passou por várias transformações econômicas e políticas entre os anos 1870-1918. Exemplos da agitação social que marcou o cenário francês da época são a Guerra Franco-Prussiana e a Comuna de Paris, ambas terminadas no ano de 1871, e que determinaram o fim do regime monárquico com a queda do Segundo Império e a instauração da Terceira República. Ao mesmo tempo, a derrota da França na referida guerra, findada com a vitória prussiana na Batalha de Sedan e com a assinatura do Tratado de Frankfurt, fez com que se exacerbassem os ânimos nacionalistas dos franceses, pois o armistício acordado junto à recém-unificada Alemanha previa a anexação de parte dos territórios das províncias de Alsácia e Lorena ao Império Alemão, o que foi fortemente desaprovado pela opinião pública da época, já que eram regiões de domínio francês naquele momento. O Caso Dreyfus também contribuiu para o aumento do sentimento nacionalista na França, quando, em 1894, uma suposta traição do oficial do exército francês, Alfred Dreyfus, que teria repassado informações de guerra para a Prússia, dividiu a sociedade francesa para muito além do caso em si, porque se confrontaram também em torno do caso os projetos políticos da Terceira República, até provada a inocência de Dreyfus em 1906. Nesse ínterim, a França ainda se encontrava no apogeu do seu imperialismo colonial na África e na América, sendo justamente as disputas coloniais entre as potências europeias um dos fatores que levaram à eclosão da Primeira Guerra Mundial em 1914, episódio que resume o impacto de todas essas transformações ocorridas nesses episódios que marcaram o contexto histórico da França na passagem do século XIX ao XX.

É levando em consideração todos esses fatores do período histórico francês que se procurou nesse trabalho fazer uma análise comparativa entre as trajetórias e os pensamentos de Vidal e Durkheim. Ambos viveram durante o decorrer desses eventos e acompanharam de perto seus impactos na sociedade francesa da época, de forma que é inegável a influência do contexto social francês nas trajetórias biográficas e acadêmicas dos dois. Ademais, os dois tiveram papéis primordiais noutros fenômenos ocorridos concomitantemente às agitações políticas da França na passagem do século XIX ao XX: o surgimento de novas disciplinas nas universidades francesas e a reestruturação do sistema de ensino primário e secundário, duas faces de uma mesma questão que embasava um projeto do Estado nacional francês de implementação e desenvolvimento das ciências por toda a França, como forma de se estimular o progresso mediante um avanço científico.

Nesse sentido, se pode afirmar que ambos estavam “em busca do *sui generis*” de suas respectivas ciências, isto é, os dois participaram da inserção de suas disciplinas no âmbito universitário francês, procurando delimitar os objetos e métodos das disciplinas que pretendiam fundar: a sociologia para Durkheim, e a geografia para La Blache. Assim, esse trabalho busca fazer uma análise comparativa entre esses dois autores, destacando suas aproximações e divergências. Num primeiro momento, serão apresentadas suas trajetórias biobibliográficas, para depois se esmiuçar seus pensamentos. Por fim, a última parte procura, de fato, comparar os escritos dos dois autores, destacando o débito que ambos tinham com os alemães, em especial com o antropogeógrafo Friedrich Ratzel (1844-1904), ao qual se referiam frequentemente; e também assinalando como os autores partiram de bases teóricas diferentes, mas partilharam de objetivos científicos comuns, sempre “em busca do *sui generis*”.

2. TRAJETÓRIAS

O trabalho comparativo de análise das aproximações e divergências entre as trajetórias e os pensamentos de Paul Vidal de La Blache e Émile Durkheim, começa pela confrontação de seus percursos biográficos. Como veremos, em alguns momentos de suas vidas, Vidal e Durkheim convergiram para os mesmos locais, de modo tal que, evidentemente, se conheciam e sabiam dos propósitos em comum de seus objetivos científicos, isto é, ambos estavam cientes de estarem em busca do *sui generis* de suas disciplinas. Antes de analisar suas trajetórias separadamente, convém relatar que:

Paul Vidal de la Blache and Emile Durkheim are both regarded amongst the founding fathers of their respective fields of human geography and sociology. Each left a significant legacy of original thinking and writing which dominated the teaching and research of their disciplines for decades after their deaths [...] although Vidal was some 13 years older than Durkheim, they died within six months of each other, towards the end of the First World War. Despite considerable differences in family backgrounds, age and academic orientations, they did, in fact, experience closely similar careers, in their outward manifestations at least. Early childhood for both was provincial: Epinal in the Vosges for Durkheim and principally Avignon in the South for Vidal (ANDREWS, 1984, p.315-7).

De fato, eles possuem trajetórias de vida bastante parecidas. La Blache, mais velho, nasceu no sul da França, próximo ao mediterrâneo e, depois de estudar história na École Normale Supérieure (ENS), viajou para a Escola de Arqueologia de Atenas quando, no seu regresso, assumiu a cadeira de história e geografia em Nancy, capital da Lorena, até chegar à Sorbonne em 1898. Durkheim, por outro lado, percorreu um caminho distinto em relação aos locais, mas muito similar quanto à trajetória. Nascido no norte, na província de Lorena, próximo à fronteira com a Alemanha, foi para lá que viajou após obter sua láurea em filosofia, também na ENS. Na sua volta, assumiu a cadeira de pedagogia da Universidade de Bourdeaux, onde permaneceu por 15 anos até chegar a Paris, na mesma Sorbonne onde La Blache já era professor havia alguns anos. “In fact, their paths obviously converged in time and place for two periods: Vidal was already teaching at the ENS when Durkheim passed through as a student (1879-82), and he was already in place at the Sorbonne when Durkheim arrived in 1902”, conclui Andrews (1984, p.318).

Há entre eles também a semelhança de ambos ingressarem nas universidades francesas como professores em áreas nas quais não obtiveram sua formação. Ora, evidentemente, pois a geografia e a sociologia eram disciplinas recém-criadas na França. Mas não se pode olvidar, todavia, a ressalva feita por Andrews (1986, p.179) de que “in sociology’s case, the leading figures published major theoretical statements and research monographs long before teaching texts or popular manuals; in geography’s case this order of the creation and dissemination of

knowledge was exactly reversed”, o que se deve, em partes, ao fato de que a geografia precedeu a sociologia nas universidades francesas. Não obstante:

Não se pode esquecer ainda, apesar do ambiente republicano favorecer as soluções ideológicas durkheimianas, que a Sociologia é uma disciplina periférica. Comparando-a com a Geografia e a Pedagogia, introduzidas nos currículos escolares já na década de 1880, sua assimilação pelo sistema universitário se faz com dificuldade. Talvez porque essas duas áreas de conhecimento se vinculassem diretamente a preocupações de ordem prático-ideológicas. O desenvolvimento da Pedagogia encontra-se intimamente ligado ao projeto educacional da terceira república. A Geografia, depois da guerra contra a Alemanha, tem um crescimento acelerado, quando o conhecimento dos terrenos europeus transforma-se num imperativo de segurança nacional. Ao lado disso, os geógrafos defendem os interesses comerciais e coloniais da França (ORTIZ, 2002a, p.129-30).

Além da geografia, portanto, a pedagogia também antecedeu a sociologia no sistema universitário francês, tanto que Durkheim ocupou por anos a cadeira de pedagogia e ciências sociais em Bourdeaux, até conseguir transformá-la somente em sociologia, apenas no fim de sua vida, já em 1910, na Sorbonne. La Blache, por outro lado, desde o início de sua carreira foi um professor de geografia e história, já em 1872 quando assumiu esse posto em Nancy. Dessa forma, ambos foram professores polivalentes e empreenderam sua carreira universitária no “entre-guerras” francês da virada do século XIX para o XX, isto é, depois da Guerra Franco-Prussiana e até a Primeira Guerra Mundial, sendo que ambos os conflitos afetaram demasiadamente a carreira tanto pessoal quanto acadêmica de Vidal e de Durkheim, tendo os dois falecidos com apenas um ano de diferença: Durkheim em 1917 e Vidal em 1918.

As trajetórias biobibliográficas de ambos os autores permitem, assim, compreender de que maneira seus percursos científicos contribuíram para alicerçar suas ideias. Nesse sentido, os caminhos de Vidal (da história para a geografia) e de Durkheim (da filosofia para a sociologia) servem para demonstrar de que modo os autores estavam em busca do *sui generis*.

2.1 Paul Vidal de La Blache

A trajetória biobibliográfica de Paul Vidal de la Blache se confunde com a história da França. A Guerra Franco-Prussiana de 1870 tem relação direta com a sua candidatura à cadeira de geografia e história na faculdade de Nancy, suas viagens à Alemanha em 1872 e aos Estados Unidos em 1904 são cruciais para a formação do seu pensamento, e sua morte durante a Segunda Guerra Mundial são exemplos verossímeis aos da trajetória de Durkheim e que despontam como algumas das várias imbricações entre, por um lado, sua carreira como docente de história e geografia e a formação de suas teorias; e, por outro, o contexto histórico tanto francês quanto global.

Paul Marie Joseph Vidal de la Blache nasceu na pequena cidade de Pézenas, localizada no departamento de Hérault, na região francesa de Languedoc-Roussillon, no sul da França, próximo à Espanha. Desde 1845, o ano de seu nascimento, até 1918, o de sua morte, o Mediterrâneo esteve presente na sua vida, tanto acadêmica quanto pessoal, haja vista que ele faleceu na região de Provence-Alpes-Côte d'Azur, também localizada na porção sul do território francês (CLAVAL, 2007). Seu pai, Antoine, era professor de uma escola local em Pézenas, e sabia que seu filho necessitava estudar num grande liceu de Paris para ter uma carreira melhor, a qual Paul obteve (ANDREWS, 1986).

Uma possível reconstituição rápida da biografia intelectual de Vidal de la Blache se inicia quando ele, com apenas 13 anos, começou sua carreira acadêmica: “in 1858, Vidal was admitted to the Institution Favard in Paris, one of several boarding-houses for bright students from the provinces completing their secondary education at the Lycée Charlemagne”, aponta Andrews (1986, p.175), e continua: “it was here that Vidal met Ernest Lavisse, his senior by 3 years but only one year ahead of him in his studies: almost half a century later, it was as na Introduction for Lavisse’s multi-volumed *Histoire de la France*... that Vidal produced his best-known and most enduring work, the *Tableau de la géographie de la France* (1903)” (ANDREWS, 1986, p.175). Ou seja, ainda no liceu, Vidal já impressionava com seu ótimo desempenho escolar, o que lhe possibilitou o ingresso na École Normale Supérieure (ENS), em 1862, quando Vidal prestou e passou no exame de admissão, mas teve que esperar um ano para seu ingresso na ENS, pois estava numa idade abaixo do que previa o regulamento para a entrada dos alunos (ANDREWS, 1986).

O sucesso acadêmico de Vidal continuou na ENS, se especializando agora numa nova área: na história. “Vidal’s successes in Classical literary studies at the Lycée Charlemagne were continued at the ENS, but having completed the work for his licence in July 1864, he switched

in his second year to specializing in history”, relata Andrews (1986, p.175-6). Tal mudança lhe rendeu frutos, pois “the conclusion of three years study at the ENS was participation in the nation-wide *concours d’agrégation*. Of the 19 candidates taking part in the section for history and geography in 1866, Vidal was placed first amongst the four finally successful” (ANDREWS, 1986, p.176).

“A partir deste extraordinário resultado, uma perspectiva importante se abrirá. A *École Française d’archéologie*, criada em 1846, admitia, sem exame, os alunos aprovados em primeiro lugar na Agregação. Em 1867 ele é direcionado pelo ministro para a Escola de Atenas. Fazia parte do ritual de entrada uma passagem pela Itália, onde Vidal passa os meses de fevereiro, março e abril de 1867”, aponta Lira (2012b, p.22), e complementa: “a estadia em Atenas lhe proporcionou muitas viagens, quase todas pelo Mediterrâneo. Em 1869 ele parte para as costas da Síria. Depois, viaja para o Egito, onde assiste a inauguração do Canal do Suez. A Turquia e a Palestina são também percorridas por ele” (LIRA, 2012b, p.22).

A estadia de Vidal na Escola Francesa de Arqueologia, em Atenas, o influenciou em fatores importantes que permearam toda a sua carreira, pois sua teoria geográfica teve no mediterrâneo uma figura central (LIRA, 2012b). Antes, porém, de compreender o texto lablachiano, é preciso analisar o contexto no qual ele se desenvolveu, porque as ideias da geografia de La Blache são inseparáveis dos acontecimentos sociais da França no final do século XIX. Exemplo disso está no fato de que “a tese que Vidal desenvolveu no instituto de Atenas será defendida na *Faculté de Lettres de Paris* (Sorbonne), em 1872, após ter labutado nos seus últimos detalhes numa pequena sala ao som das bombas da Comuna de Paris” (LIRA, 2012b, p.23). Mas não somente isso: a guerra Franco-Prussiana de 1870¹ teve papel fundamental na carreira de La Blache, especialmente pela derrota francesa.

“One of the more immediate reactions in France to the experience of the Franco-Prussian conflict of 1870-71 was an intensification of demands for a thorough examination of the State’s role in education. Within days of his appointment as Minister of Education in the interim Government of National Defence, Jules Simon declared that education was the key to saving France and providing a solid foundation for the new 3rd Republic”, aponta Andrews (1986, p.177). Jules Simon teve, portanto, uma função primordial no processo de institucionalização da geografia nas universidades francesas, o que culminou com a alavancagem da carreira de La Blache.

¹ O ano de 1870 também é o ano em que Vidal se casa com Laura Marie Elizabeth Mondot, sendo que ela falece em 1914, mesmo ano da aposentadoria de Vidal (SANGUIN, 1993).

Depois da derrota na guerra, Simon fora o encarregado de promover uma política de impulso à ciência e, para tanto, convocou Levasseur do Collège de France e Himly da Sorbonne – os dois grandes mestres da “geografia” francesa da época – para promover uma enquete nacional sobre o ensino de geografia e história. Ribeiro (2009b) aponta, então, o posicionamento de Himly: “para ele, a criação de uma *agrégation* em Geografia era dispensável, argumentando que “o homem é mais importante que as pedras”. Acrescenta ainda que a importância da Geografia era exagerada, posto que englobava todo tipo de ciências físicas e naturais, e considera que o ensino de História era mais relevante para a educação. Em contrapartida, Himly apoia a criação de cadeiras de geografia física nas Universidades” (RIBEIRO, 2009b, p.26).

A enquete promovida por Simon acerca do ensino de geografia e de história aconteceu no pós-guerra devido à derrota francesa, mas o debate entre os defensores das duas disciplinas já estava ocorrendo, pois “desde el final de la década de los 70 la presión para la institucionalización de la geografía en los centros de enseñanza superior era muy fuerte. La necesidad de formar los profesores que las reformas pedagógicas de los niveles primario y secundario exigían es, sin duda, el factor decisivo para la aparición y la afirmación de este proceso”, aponta Capel (1988, p.121), que completa: “la creación de las cátedras de geografía fue sentida como una amenaza por otros científicos universitarios en particular historiadores y geólogos. Por ello el desarrollo del proceso institucionalizador hubo de realizarse con la oposición, más o menos abierta, de estos grupos académicos” (CAPEL, 1988, p.121).

Ou seja, a derrota francesa na Guerra Franco-Prussiana desempenhou um duplo papel na carreira de La Blache. Por um lado, promoveu uma vaga na faculdade de Nancy, porque “la France perdit l’Alsace-Lorraine em 1870-1871 et conséquemment un certain nombre de postes de l’ex-Faculté de Strasbourg furent distribués parmi d’autres facultés dans le pays. Ainsi, la chaire d’histoire ancienne fut transférée à la Faculté des Lettres de Nancy pour devenir chaire d’histoire et de géographie” (ANDREWS, 1986, p.343); por outro, permitiu o incentivo à geografia em detrimento da história, pois “quando Vidal de la Blache se candidata à cadeira de geografia e história de Nancy (e não é notório que o tenha feito mais pela geografia do que pela história), a partida da geografia não estava ganha” (LIRA, 2012b, p.48).

De todo modo, era lugar-comum que a derrota francesa se devia à superioridade da ciência alemã; mesma ciência que aparecia como a tábua de salvação para os problemas da França (RIBEIRO, 2009b; VARGAS, 2000). Dessa forma, quando Vidal é nomeado professor da cadeira de história e geografia em Nancy, em 1872, ele viaja à Alemanha para se encontrar

com Peschel em Leipzig e Richthofen em Berlim; dois mestres da geografia alemã (LIRA, 2012b). Não obstante, Vidal também mantém estreito contato com aquele que, posteriormente, a história ortodoxa do pensamento geográfico colocará – erroneamente – como o seu grande rival: Friedrich Ratzel² (RIBEIRO, 2014). “Ele combatia certos aspectos de Ratzel sem explicitar esse combate, inclusive tecendo-lhe alguns louvores; no entanto, pretendia deslocar o debate geográfico para a França, retirando-o da inimiga Alemanha”, resume Campos (2014a, p.429).

Assim que ingressa na carreira como professor universitário, “o programa de curso elaborado por Vidal em Nancy (capital da Lorena) para os anos 1872-1873 é sintomático: ‘Geografia comparada sobre os principais Estados da Europa contemporânea!’” (RIBEIRO, 2009b, p.22), o que demonstra sua preocupação em desenvolver uma geografia – não uma história – sendo essa consoante com os problemas mundiais de sua época, sem deixar de defender a posição francesa. Por exemplo, a lição de abertura de seu curso de 1873 em Nancy intitula-se “A península europeia, o oceano e o mediterrâneo” e assim começa: “senhores, o novo ensino, do qual o senhor ministro da instrução pública veio dotar a faculdade de Letras de Nancy deve, conforme seu duplo título, consagrar-se à geografia em suas relações com a história” (VIDAL DE LA BLACHE apud LIRA, 2012b[1873], p.186). Já no começo de sua trajetória em Nancy, portanto, Vidal defende a “geografia em suas relações com a história”, demonstrando, desde então, sua preocupação em emancipar a geografia, institucionalizando-a nas universidades francesas, como uma ciência *sui generis*.

O programa do curso em Nancy de 1873 demonstra também como o Mediterrâneo já despontava como um objeto de estudo para Vidal de la Blache. Lira (2012b, p.66) defende que “a escolha de Vidal pelo primeiro objeto de estudo, o Mediterrâneo, está relacionada tanto à legitimidade do objeto quanto à possibilidade de construir uma geografia geral a partir do centro da civilização”. Mas não apenas as razões epistemológicas devia-se essa “escolha”, pois a mesma autora aponta que “o Mediterrâneo significava para a França uma tentativa de hegemonia do sul europeu, numa forma de se contrapor à parte da Europa Germânica [...] Não será coincidência que na partilha da África Negra a França tenha se apoderado de grande parte de territórios do Norte da África” (LIRA, 2012a, p.162). Ou seja, a geografia lablachiana foi marcada durante toda a sua trajetória por essa junção sutil de fatores epistemológicos,

² De acordo com Ribeiro (2014), o embate entre o determinismo de Ratzel e o possibilismo de La Blache é o primeiro “mito” criado pela história do pensamento geográfico em torno das ideias de Vidal. O próprio termo “possibilismo”, inclusive, nunca foi utilizado por La Blache, tendo sido antes uma criação de Lucien Febvre em seu livro *La Terre et la evolution humaine* (FEBVRE, 1925). O mesmo ponto é defendido por Ribeiro (2009a, 2011), Campos (2014a, 2014b), Mercier (2009), Pereira (2012), dentre outros.

condizentes com a ciência; e fatores ideológicos, ligados também à política – o que se nota nos seus estudos sobre o Mediterrâneo. Esse limiar tênue no qual se estruturou a geografia de La Blache pode ser percebido, principalmente, na sua relação com a Alemanha, pois a ela se opunha enquanto defensor dos interesses da Terceira República Francesa, mas a ela também se submetia como devedor dos grandes mestres da geografia alemã. “Ao mesmo tempo em que dizia que a ciência deveria ser objetiva, defendia o direito de a França possuir colônias na África, na Ásia e na América. Em grande parte de seus escritos, ele faz política, procurando “despolitizar” a Geografia”, sintetiza Campos (2014b, p.173).

Com ressalvas, porém, porque, conforme aponta Ribeiro (2014), a geografia de La Blache difere muito daquela promovida por Marcel Dubois, o primeiro ocupante da recém-criada cátedra de Geografia Colonial na Sorbonne em 1893: “O caráter instrumental da Geografia tal como concebida por Dubois contrasta com a preocupação epistemológica de Vidal de la Blache. Não obstante, isto não os impediu de fundarem os *Annales de Géographie* no ano de 1891” (RIBEIRO, 2014, p.14). Na fundação de sua revista, Vidal demonstra uma “marca germânica patente”, pois, “Vidal, amadurecido intelectualmente a partir das leituras de Humboldt, Ritter, Peschel, Richthofen e Haeckel, faz elogiosa menção à Geografia alemã” (RIBEIRO, 2009b, p.23), demonstrando uma vez mais seu débito para com os mestres germânicos. Em suma, portanto, a geografia de La Blache não consiste, de modo algum, numa geografia colonial no sentido restrito, mas isso não significa que não existam vários aspectos coloniais em sua geografia (CAMPOS, 2015a).

Exemplo dessa questão nota-se pelo fato de que, após fundarem juntos os *Annales de Géographie*³ pela editora Armand Colin em 1891, Vidal rompe com Dubois em 1895, pois: “l'éviction de Marcel Dubois de la direction des *Annales* en 1895 et son remplacement par Lucien Gallois et Emmanuel de Margerie sont dus à des différends politiques. Dubois, très nationaliste, est membre du Comité directeur de la Ligue de la Patrie française (regroupment des anti-dreyfusards). En 1895, la France est en pleine Affaire Dreyfus. Or, Dubois affiche ses positions alors que Paul est dreyfusard tout comme l'est Lucien Gallois” (SANGUIN, 1993, p.130). Ou seja, no contexto do Affaire Dreyfus, havia diferenças políticas explícitas entre Vidal e Dubois – os dois fundadores dos *Annales de Géographie* –, além de discordâncias quanto à preponderância do aspecto colonial na geografia.

³ A revista fundada por Vidal de la Blache (1845-1918) e Marcel Dubois (1856-1916) teve na figura de La Blache seu principal líder, sendo onde ele publicou a maioria de seus principais artigos, alguns compilados na coletânea “Vidal, Vidais” de 2012, organizada pelos professores Haesbaert, Pereira e Ribeiro (VIDAL DE LA BLACHE, 2012).

Todavia, a despeito dos atritos iniciais no comando da revista, os *Annales* adquiriram certa estabilidade que lhe permitiu um desenvolvimento posterior. Mesmo não sendo, no início, uma revista especializada, ela conferiu legitimidade para o trabalho de Vidal e da equipe que se formaria em torno dele:

En résumé, au moins pendant les douze ou quinze premières années de leur existence, les *Annales de géographie* n'ont pas été une revue étroitement spécialisée, en quelque sorte la revue officielle de la géographie française telle qu'elle se présente depuis la fin de la guerre de 1914-1918. Elles constituaient plutôt un carrefour intellectuel rassemblant, sous l'autorité de Vidal de la Blache, des auteurs d'origines très diverses autour des thèmes centraux de la géographie (CHEVALIER, 1993, p.134).

Assim, foi nos *Annales de Géographie* que se reuniram os principais discípulos de Vidal, casos de, por exemplo: Marcel Dubois (1856-1916), Lucien Gallois (1857-1941), Pierre Camena d'Almeida (1865-1943), Jean Brunhes (1869-1930), Camille Vallaux (1870-1945), Albert Demangeon (1872-1940), Emmanuel de Martonne (1873-1955) e Jules Sion (1879-1940). Pode-se dizer que, em um primeiro momento, eles procuraram aproximar a geografia de ciências já consolidadas, como as ciências naturais, já que “o esforço dos vidalianos no sentido de se aproximar das ciências físicas e biológicas foi claramente indicado pelo fato de que, até 1905, houve duas vezes mais artigos concernentes à geografia física do que à geografia humana” (BERDOULAY, 2017, p.173). Isso permitiu com que Vidal e sua equipe não entrassem em confronto com as ciências sociais, pois:

Les *Annales de Géographie* assurent essentiellement la diffusion d'un savoir positif; en tant qu'elles donnent à voir les principaux champs d'intérêts de la discipline et les références privilégiées, l'organisation des rubriques bibliographiques et le type de revues dépouillées (dont aucune ne relève des sciences sociales “modernes” d'alors, telle la sociologie, durkheimienne ou non) montrent combien les géographes vidaliens semblent peu curieux des développements des sciences sociales [...] pour Vidal la conception du statut de la discipline géographique est de type naturaliste et non de type social (RHEIN, 1982, p.244).

Na verdade, quando saem os primeiros volumes de sua revista, Vidal já havia se consolidado, devido à sua atuação em Nancy, como um dos principais pedagogos da III República Francesa, o que fez com que a mesma editora lhe encomendasse um Atlas cuja primeira edição data de 1894, chamado *Atlas général Vidal de La Blache, Histoire et Géographie*. Desse modo, seu reconhecimento extrapolaria o campo extritamente científico, tendo chegado, inclusive, no público geral, por causa de sua importância pedagógica, já que: “l'Atlas général Vidal-Lablache connaît un succès immédiat équivalent à celui des Cartes Murales car il apporte des innovations pédagogiques et scientifiques: simplification de la représentation du relief, teintes hypsométriques, notices au bas de chaque planche, petites cartes thématiques accompagnant la carte principale” (SANGUIN, 1993, p.128).

Entretanto, a grande fama de Vidal viria mesmo alguns anos mais tarde, quando publica, em 1903, o seu fabuloso *Tableau de la Géographie de la France*, que, na verdade, trata-se da

introdução feita por Vidal como contribuição à monumental obra do historiador Ernest Lavisse, *Histoire de la France depuis les origines jusqu'à la Révolution*. De fato, não se trata de exagero algum considerar o Quadro de Vidal como a obra mais clássica de toda a geografia francesa, em especial, da escola fundada pelo mestre. Ela se converteria, com o passar dos anos, na referência obrigatória de todos os seus discípulos, uma vez que preconiza o modelo tradicional de pesquisa geográfica da escola francesa: a monografia regional. Não obstante, porém, o Tableau vidaliano serviu a um propósito pragmático do contexto histórico francês da época, qual seja: o de incentivar o patriotismo republicano, pois:

Publiés un peu plus de trente ans après les débuts fragiles et balbutiants de la Troisième République, fondée sur une grande défaite militaire, le Tableau de Vidal et l'Histoire de Lavisse s'étaient aussi assigné un objectif: insuffler le patriotisme républicain au peuple français. Si le Tableau a un tel succès en 1903, c'est qu'il révèle au public tout l'intérêt d'une géographie moderne rehaussé d'une évocation magique des paysages. Paul est un homme du rail et, de 1882 à 1902, il a sillonné l'Hexagone dans tous les sens pour observer et analyser le terrain (SANGUIN, 1993, p.197-8).

É por isso que nessa obra é famosa a defesa de Vidal de afirmar “em que sentido a França é um ser geográfico”, isto é, de que ela maneira ela possui uma personalidade própria, possível de ser apreendida pelos estudos geográficos. Assim, ele tece uma análise detalhada de todas as regiões francesas, defendendo que cada uma constitui uma individualidade geográfica (VIDAL DE LA BLACHE, 1999[1903]). Essa ideia de uma “região-personagem” contribuiria para edificar a visão – muitas vezes errônea – de La Blache como um geógrafo regional (LACOSTE, 2001).

Quando da publicação do Tableau, Vidal já se encontrava na posição de mais alto prestígio acadêmico da França: professor de geografia da Sorbonne. Depois de mais de 20 anos em Nancy – Vidal fora lá nomeado professor em 1872 –, ele se transfere para a Sorbonne em 1898. Em Paris, fica até 1912, quando, por fim, se aposenta em 1914 (LIRA, 2012b, SANGUIN, 1993). Vale ressaltar, todavia, que a principal referência da geografia vidaliana, o Tableau, analisa uma França anterior à Revolução Francesa e, nesse sentido, o caráter historiográfico do Quadro lablachiano refuta, de certo modo, as críticas quanto a um suposto “tradicionalismo” do mestre francês. Assim, “quatre ans après son arrivée en Sorbonne, Paul publie, à l'âge de 58 ans, son fameux Tableau de la géographie de la France que l'on, a transformé avec le temps en alpha et omega de l'oeuvre vidalienne [...] C'est donc pour une France d'avant la Révolution que Paul rédige son Tableau. Or, en 1789, la France n'a pas encore connu les grands phénomènes de l'industrialisation et de l'urbanisation” (SANGUIN, 1993, p.195-6).

Percebe-se então, que a geografia teve êxito, na figura de Vidal, muito mais por fatores extra do que intra acadêmicos. As razões pedagógicas e ideológicas contribuíram para que a

geografia se solidificasse como uma disciplina universitária no contexto histórico francês, pois, uma vez mais, após a derrota em 1870, a Terceira República iniciada na França, opôs conservadores, republicanos e liberais dentro de uma disputa política nacional. Nesse embate ideológico, o alinhamento da posição de Vidal com o movimento republicano lhe garantiu uma ótima posição no ensino universitário francês, o qual possibilitou que ele, dentre todos os demais geógrafos franceses do período, fizesse escola:

Vidal ocupou a melhor posição estratégica para promover uma escola geográfica. Durante dois decênios, ele ensinou na École Normale Supérieure – na época, a principal instituição – que permitia aos estudantes, uma vez diplomados, assegurar-lhes um lugar no sistema universitário. Quando a Sorbonne tornou-se uma verdadeira instituição de ensino e de pesquisa, ele sucedeu Himly na cadeira de geografia mais prestigiosa da França e pôde assim destacar uma orientação clara às teses de doutorado. A convergência entre a ideologia de seus discípulos e o movimento republicano explicaria, em grande parte, o sucesso de sua escola de pensamento (BERDOULAY, 2017, p.98-9).

Ademais, não foi somente a figura de Vidal que assegurou uma posição de destaque na comunidade científica francesa, mas também seu círculo de afinidades (BERDOULAY, 2017). Desse modo, diversos discípulos deram continuidade – mantendo as ideias originais do mestre ou não – aos pressupostos da geografia vidaliana:

En los años finales del siglo, y en particular después del traslado de Vidal de La Blache a París se configura el principal grupo intelectual de la geografía francesa en torno a la figura de este geógrafo. Vidal consiguió organizar una amplia red de patronazgo e influencia a través de su poder sobre las carreras profesionales de sus discípulos. Después del grupo estructurado a mediados del siglo en torno a Victor Cousin, y al lado de los que se constituyeron en el siglo XX en torno a Durkheim o a Henri Berr, el de Vidal fue seguramente uno de los ‘racimos’ (‘clusters’) más representativos de la ciencia social universitaria francesa (CAPEL, 1988, p.128).

Não restam dúvidas, portanto, do protagonismo de Vidal como mestre da geografia francesa. Ao assumir uma posição central, a partir dos esforços acadêmicos para adquirir os prestígios de uma posição universitária e de uma revista reconhecidas pelo campo científico, Vidal isolou como periféricas as perspectivas de outros geógrafos da época (SANGUIN, 1993). Assim, “Vidal de la Blache sempre avoir eu, dès cette époque, une conception beaucoup plus ferme de ce que pouvait et devait être une géographie scientifique, par rapport à celles que s'en faisaient Drapeyron et Foncin. Il paraît aussi avoir su mieux évaluer les obstacles et réticences divers qu'il aurait à affronter, les compromis qu'il aurait à conclure avec les historiens universitaires, en particulier” (RHEIN, 1982, p.236).

Essa centralidade de Paul Vidal de la Blache no campo universitário francês foi adquirida, então, na virada do século XIX para o XX. Depois de entrar na Sorbonne em 1898, a publicação do Tableau em 1903 solidifica, em definitivo, Vidal como o mestre da geografia francesa. Há um debate da historiografia da geografia sobre a posição de Vidal após essa consolidação, no sentido de indagar se, após o Quadro, teria havido alguma ruptura em seu

pensamento, até sua morte em 1918. Os argumentos para tal descontinuidade se baseiam no fato de que, um ano antes de falecer, Vidal publica sua segunda grande obra, *La France de l'Est*, a qual, em vários aspectos, destoa do *Tableau*. Essa posição é veementemente defendida por Lacoste (2001), porém podemos afirmar que: “une meilleure connaissance de la bibliographie des oeuvres du maître disparu permet d'affirmer qu'il n'y a jamais eu deux Vidal, celui du *Tableau* s'opposant à celui de *la France de l'Est*. L'oeuvre s'est développée par un effort continu de recherche, qui en caractérise l'unité et la portée. Un fil directeur existe pour beaucoup de thèmes, et l'analyse de l'apport vidalien en géographie politique ne permet pas de parler d'une rupture épistémologique quelquers part autour de 1910” (SANGUIN, 1988, p.330). Ou seja, um exame atento dos escritos de La Blache do século XX permite constatar que não há ruptura entre suas duas principais obras, pois existe, no máximo, uma mudança de foco na passagem do *Tableau* até a eclosão da Primeira Guerra Mundial.

Antes disso, Vidal participou de um interessante evento, conforme relata Ribeiro (2012, p.157): “em 1904, ao lado de nomes do porte do alemão Alfred Penck e do americano William Morris Davis, Vidal participou do VIII Congresso Internacional de Geografia em Washington. Este congresso contou com um grande trabalho de campo ao Oeste dos Estados Unidos e, ao final das sessões, ao México”. Tal viagem, juntamente com as impressões de La Blache acerca dos Estados Unidos, teve uma importância fundamental para definir essa nova guinada para o pensamento vidaliano, que originaria o “outro Vidal” de *La France de l'Est* (LACOSTE, 2001).

É nítido então que a eclosão da primeira guerra mundial em 1914 trouxe sérias consequências para a trajetória de Vidal. No âmbito acadêmico, tem destaque, evidentemente, a publicação de *A França do Leste*, obra na qual Vidal reivindica, de forma implícita, os territórios de Alsácia e Lorena para a França em pleno decorrer da guerra (CAMPOS, 2014b). Na sua vida pessoal, porém, a guerra acarretou em consequências mais graves. No campo de batalha, em 1915, faleceu seu único filho homem ainda vivo, pois três outros de seus filhos com Laure já haviam falecido, sendo que sua própria esposa falecera no ano anterior (LIRA, 2012b). A única herdeira de Vidal foi, portanto, a sua filha, que se casou com Emmanuel De Martonne⁴, geomorfólogo seguidor das ideias de La Blache.

Vidal de la Blache faleceu, por fim, em 1918, aos 73 anos, já consagrado como o “pai da escola francesa de geografia”, devido à sua atuação em vida como docente em Nancy e em

⁴ De Martonne (1873-1955) era, portanto, genro de Vidal e, ademais, editou uma famosa obra póstuma do mestre: *Principes de la géographie humaine*, publicada na França em 1921 (VIDAL DE LA BLACHE, 1954[1921]). Nessa coletânea, são compilados diversos artigos escritos por Vidal acerca da distribuição dos homens no globo, das formas de civilização, etc. (CAMPOS, 2015b).

Paris; à publicação, especialmente, do Quadro da Geografia da França em 1903; e também à formação de discípulos – alunos de suas aulas e companheiros de pesquisas – que seguiram os ensinamentos do mestre. Para além dos geógrafos, os *Annales* de Vidal obtiveram certo sucesso na época, tanto que serviram de inspiração para a criação de outra revista, os *Annales d'histoire économique et sociale*, em 1929, pelos historiadores Lucien Febvre (1878-1956)⁵ e Marc Bloch (1886-1944).

Essa, portanto, constitui-se na biografia de Paul Vidal de La Blache (1845-1918). Percebe-se, por todo o exposto, que sua trajetória pessoal reflete muitos dos eventos vividos pela sociedade francesa na virada do século XIX para o XX. A derrota da França na Guerra Franco-Prussiana, a reforma universitária da Terceira República e a eclosão da Primeira Guerra Mundial são alguns desses exemplos. Mas outros fatores também tiveram importante contribuição para a formação do pensamento vidaliano: principalmente, sua estadia na Escola de Atenas e sua viagem aos Estados Unidos, ambas cruciais para a constituição de sua teoria geográfica. Sua atuação em vida fez com que suas ideias fossem perpetuadas por quase todo o século XX, formando as bases do que seria a Escola Francesa de Geografia, justamente, uma escola vidaliana, pois “a geografia na França caminhou rapidamente para assumir um caráter monolítico, desde o fim da Primeira Guerra Mundial. Logo, o círculo dos vidalianos veio se confundir justamente com a ‘escola francesa de geografia’” (BERDOULAY, 2017, p.178).

⁵ Lucien Febvre fundou junto com o também historiador Marc Bloch (1886-1944) a revista *Annales d'histoire économique et sociale*, em 1929, influenciados pelos *Annales de Géographie*. Eles foram responsáveis, assim, pela criação da chamada “Escola dos *Annales*” da historiografia francesa (BURKE, 1990). A influência de Febvre na geografia deve-se à sua obra *La Terre et l'évolution humaine: introduction géographique a l'histoire*, publicada em 1922 (FEBVRE, 1925).

2.2 Émile Durkheim

Do mesmo modo que ocorre com Vidal de La Blache, a análise de um clássico é sempre tarefa demasiado complexa, pois suas ideias englobam diversas áreas do saber e possibilitam conclusões variáveis, de forma que seu pensamento configura-se como uno, mas, concomitantemente, multifacetário. É esse também o caso de Émile Durkheim. Considerado como um dos fundadores da sociologia, ou até mesmo como “pai da escola sociológica francesa” (LUKES, 1984), Durkheim sempre articulou suas ideias visando defender a cientificidade da sociologia, emancipando-a dos demais recortes da ciência que se especializavam na sua época, ao diferenciar suas concepções sociológicas da filosofia, da psicologia, da pedagogia, da história, e, inclusive, da geografia.

A maneira adequada então de empreender essa difícil função de esmiuçar o pensamento de um autor clássico consiste em relacionar sua obra com sua vida, isto é, descrever as conexões entre as suas ideias e o contexto histórico no qual elas emergiram, pois, como assinalou Aron (2002), Durkheim foi um homem do seu tempo. A análise que se segue pretende, portanto, articular a bibliografia durkheimiana com a sua biografia pessoal, juntando texto e contexto, a fim de apresentar os principais aspectos de seu pensamento.

David Émile Durkheim nasceu em 1858 na cidade de Épinal, na província de Lorena, e morreu em 1917, em Paris. Filho de uma família judia de origem humilde, tendo sido seu pai e seu avô ambos rabinos, era esse o futuro destinado também a Émile, que, porém, optou por não seguir a tradição familiar. Segundo aponta Lukes (1984), em sua obra de referência “Émile Durkheim – his life and work”, pode-se dividir a vida de Durkheim, de acordo com a sua trajetória como professor, conforme ele propõe ao periodizar seus anos de juventude de 1858 a 1887, seu período em Bourdeaux, de 1887 a 1902, até sua fase de maturidade, em Paris, de 1902 a 1917. Na verdade, há uma intrínseca relação entre o percurso de vida de Durkheim e os concomitantes acontecimentos sociais na França, pois alguns eventos ocorridos no país durante a sua infância de fato impactaram futuramente no seu pensamento, como a Guerra Franco-Prussiana de 1870 e a Comuna de Paris em 1871. Segundo Vares (2014, p.487): “a ocupação de sua cidade natal, Épinal, pelos alemães, que depois do armistício passou a condição de cidade fronteiriça, certamente impactou o futuro sociólogo, que ainda testemunhou o crescimento do antisemitismo na fronteira oriental”, ou ainda Lukes (1984, p.43): “su experiencia de la derrota de Francia tal vez contribuyera a crear en él un profundo patriotismo (aunque en modo alguno militante), un sentido defensivo de la decadencia nacional y un consiguiente deseo de contribuir a la regeneración de Francia”.

Não se pode negar, portanto, tal relação entre o pensamento durkheimiano e o contexto social da França na época, o que fica mais evidente ainda no seu projeto do surgimento da sociologia. Após ter estudado entre 1879 e 1882 na École Normale Supérieure, onde obteve sua láurea em filosofia, Durkheim lecionou em alguns liceus provincianos, até conseguir, em 1885, uma bolsa – financiada pelo governo francês – para estudar na Alemanha, com estadia no laboratório de psicologia social de Wilhelm Wundt, localizado em Leipzig. É no seu retorno à França, em 1886, que Ortiz (2002a) assinala o projeto de Durkheim de tornar-se, então, um arquiteto e herói fundador, isto é, de edificar sua sociologia com suas características próprias, sem deixar de ressaltar também que ela se constitui como uma ciência essencialmente francesa.

Conforme aponta Ortiz (2002a, p.90): “ele [Durkheim] argumenta que a emergência da reflexão sociológica se dá como o desmoronamento do Antigo Regime. A Revolução Francesa desempenha assim um papel fundamental, desorganizando todo um quadro de referência intelectual e abrindo espaço para uma nova ordem das ideias”. Todavia, para Durkheim, o período subsequente, com o domínio napoleônico e o quadro político instaurado em 1848, constituiu-se como um recuo ao avanço da sociologia, de forma que “ela se eclipsa para ressurgir somente após a guerra de 1870, momento de ruína do regime imperial e de ascensão da Terceira República” (ORTIZ, 2002a, p.91). De fato, Durkheim assim começa um artigo de 1900, chamado “A sociologia em França no século XIX”: “determinar a parte que cabe à França nos progressos feitos pela sociologia durante o século XX é fazer em grande parte a história dessa ciência, porquanto foi neste país, no decorrer desse século, que ela nasceu, permanecendo uma ciência essencialmente francesa” (DURKHEIM, 1975[1900], p.103); e, depois de ter analisado as contribuições sociológicas de Saint-Simon e de Augusto Comte no começo do século XIX, conclui: “assim, a sociologia, acabada de nascer, desapareceu do horizonte e o eclipse não duraria menos de trinta anos [...] foi só depois da guerra que ocorreu esse despertar. O abalo produzido pelos acontecimentos foi o estimulante que reanimou os espíritos. O país encontrava-se face ao mesmo problema do começo do século” (DURKHEIM, 1975[1900], p.112). A defesa de Durkheim, portanto, é das origens eminentemente francesas da sociologia, mas não de seu desenvolvimento até o seu tempo, porque para ele é apenas depois da Guerra Franco-Prussiana de 1870 que ela irá avançar.

Sua visita à Alemanha parece, assim, levá-lo a uma contradição. Para ele, porém, reconhecer as origens francesas não significava obliterar os avanços germânicos no campo da sociologia. De fato, segundo Lukes (1984, p.86): “[Durkheim] admirava las universidades alemanas porque estaban vivas; habían en ellas un sentido de comunidade y de vida corporativa

que contrastaba favorablemente con el esfuerzo por distinguirse individualmente y ser originales de los franceses”. Em suma: para Durkheim, a sociologia constitui-se como uma ciência francesa, a despeito de que, na época do começo dos seus escritos, a vitória da Prússia na guerra de 1870 demonstrou os avanços da ciência alemã em contraste com o atraso da francesa, restando a ele apenas o orgulho do pioneirismo francês. Vargas (2000, p.82) resume essa questão da aparente contradição de Durkheim:

A princípio pode parecer estranho que o inimigo de guerra torne-se o modelo a ser seguido no pós-guerra. O recurso francês à experiência alemã, todavia, não era infundado. Ao derrotar a França, a Prússia não apenas serviu como uma espécie de catalisador dos problemas enfrentados pelos franceses, como também sinalizou a direção para superá-los, o qual dizia respeito a procedimentos que já eram familiares à Alemanha pré-unificada e foram, em parte, responsáveis pelo seu processo de unificação: o maciço investimento na instrução, na formação científica e no conhecimento da sociedade. Mais uma vez o contraste entre os dois países foi marcante, pois enquanto a França estava longe de seu apogeu intelectual e político, a Alemanha encontrava-se no ponto culminante de seu processo de unificação, cujo êxito podia ser medido não só por suas repetidas vitórias militares, como também pelo fato de ela ter se tornado o principal polo de produção intelectual e de atração de universitários da Europa.

É nesse contexto que Durkheim inicia sua produção sociológica, no regresso da Alemanha em 1886, quando, no ano seguinte⁶, foi nomeado professor de pedagogia e ciência social na Faculdade de Letras de Bordeaux – cargo criado especialmente para ele (ANDREWS, 1984) –, onde permaneceu até 1902 quando se transferiu para a Sorbonne em Paris. Muito marcado por essa relação de admiração-rivalidade com a Alemanha, Durkheim inicia seu período de 15 anos de ensino e pesquisa em Bordeaux, preocupado em delimitar as bases científicas da sociologia e, ao mesmo tempo, demarcar sua origem atualizando-a. É nisso que ele se empenha com suas duas teses de doutorado: em latim, escreve em 1892 – embora só publicada postumamente – *Montesquieu et Rousseau: precurseurs de la sociologie*, e, em 1893, publica sua primeira grande obra: *De la division du travail social*.

“Ignorantes de nossa história, adquirimos o hábito de encarar a ciência social como algo estranho a nossos hábitos e ao espírito francês. O prestígio de trabalhos recentes sobre o assunto, escritos por eminentes filósofos ingleses e alemães, fizeram-nos esquecer que essa ciência veio à luz em nosso país”, assim começa Durkheim (2008[1892], p.13) seu estudo sobre Montesquieu e Rousseau; e continua: “não foi apenas um francês, Augusto Comte, que firmou seus primeiros alicerces, distinguiu suas partes essenciais e a chamou Sociologia, [...] como também o primeiro ímpeto de nossa atual preocupação com problemas sociais veio de nossos filósofos do século XVIII” (DURKHEIM, 2008[1892], p.13). É nítida na passagem a

⁶ Nesse mesmo ano, em 1887, Durkheim casou-se com Louise Dreyfus, com quem teve dois filhos: Marie e André (LUKES, 1984, p.99).

preocupação de Durkheim em reiterar o caráter francês da sociologia, pois ele não demarca sua origem apenas com Comte e seu espírito positivista em meados do século XIX, mas vê suas raízes já no pensamento iluminista de Montesquieu e Rousseau.

Nisbet (1974) aponta uma série de autores cujas ideias exerceram influência sobre Durkheim. Além dos dois já citados, a lista é diversa, uma vez que abrange tanto nomes como o do filósofo utilitarista Herbert Spencer, a quem Durkheim se refere constantemente e de quem reitera a analogia do organicismo; quanto o do historiador Fustel de Coulanges⁷, cuja influência se percebe no estudo comparativo da Roma Antiga com a Idade Média, por exemplo. Saint-Simon também é lembrado, pois, de acordo com Nisbet (1974, p.25): “while still at the University of Bordeaux he gave a course on the history of socialism in France, and Saint-Simon figured prominently in this” e, de fato, durante os anos de 1895-96, Durkheim ministrou esses cursos, num período em que tinha como horizonte compreender as relações entre o individualismo e o socialismo, ou entre as exacerbações do egoísmo e do coletivismo típicos da sua época; tema que figura como central em *Da divisão do trabalho social*: “a análise da solidariedade orgânica é, portanto, para Durkheim, a resposta a um problema propriamente filosófico, o das relações entre o individualismo e o socialismo” (ARON, 2002, p.540), o que, por conseguinte, levou Durkheim a também estabelecer estudos sobre o socialismo (DURKHEIM, 1975[1893]).

Esse projeto durkheimiano de estabelecer estudos sobre o socialismo foi, entretanto, interrompido por causa do próprio andamento das pesquisas de Durkheim em Bourdeaux:

La labor docente de Durkheim en Burdeos implicaba una visión del alcance de la sociología que no era ni modesta, ni falta de ambición. El carácter multifacético de su trabajo contrasta sin embargo con el principio esencial por él tantas veces invocado: que en las modernas sociedades, el trabajo, compendio el trabajo intelectual, debía especializarse cada vez más, sin dejar de ser una parte orgánica del sistema total. Lo que necesitaba era un programa masivo de colaboración basado en una división intelectual del trabajo. Por tanto, en 1896, en vez de seguir con su trabajo sobre el socialismo, decidió fundar, junto con un pequeño grupo de alumnos y colegas una nueva revista, *L'Année Sociologique* que no solamente debía ofrecer un informe anual de la literatura estrictamente sociológica, sino también, por citar el prólogo del primer volumen (1896-97; publicado en 1898) “información regular sobre los estudios que se están llevando a cabo en ciencias concretas – historia del derecho, de la cultura y de religión; estadística moral; economía; etc. – puesto que son estas ciencias concretas las que proporcionan el material con el que debe construirse la sociología”. Debía incluir además trabajos originales (mémoires originaux) que contribuirían directamente a esta tarea de construcción (LUKES, 1984, p.288).

A necessidade vista por Durkheim da criação da revista *L'Année Sociologique* em 1896 suspendeu, portanto, seu projeto de escrever uma história do socialismo, em prol de outro plano

⁷ Segundo Lukes (1984), o autor de *A cidade antiga* foi professor de Durkheim na École Normale Supérieure – juntamente com outros pensadores renomados da época, como Renouvier – e exerceu forte influência no seu aluno.

mais ambicioso: o de edificar a sociologia através de um conjunto especializado de pesquisadores, adeptos ao seu método e à sua ideia de divisão das ciências sociais (CLARK, 1996). “La fundación de *L’Année* por Durkheim supuso una nueva orientación tanto a nivel organizativo, como teórico. Fue el primer ejemplo en Francia (aparte del discípulos de Le Play) de colaboración sistemática en el campo de las ciencias sociales, y en esto la influencia alemana debió de ser fuerte, especialmente la de Wundt, cuyo laboratorio psicológico de Leipzig le había impresionado grandemente”, conclui Lukes (1984, p.291).

Incluindo Wundt, Durkheim, porém, faz poucas referências a pensadores alemães. Embora Alexander (1996) relate que, no começo de suas pesquisas, Durkheim dialoga diretamente com Marx e com a tradição marxista, é essencialmente a filósofos franceses que ele se dirige quando planeja arquitetar sua sociologia⁸. É às ideias de Augusto Comte, por conseguinte, que se referem fortes alicerces do pensamento durkheimiano. Do “pai do positivismo” Durkheim herda as noções de divisão e de hierarquia entre as ciências, bem como reitera a importância da delimitação de seus objetos de estudo. Ademais, Comte desenvolveu dois conceitos que teriam repercussões na sociologia durkheimiana: a lei dos três estados e a física social. “A filosofia da história – primeiro tema da filosofia de Comte – pode ser sintetizada na sua célebre lei dos três estados: todas as ciências e o espírito humano como um todo desenvolvem-se através de três fases distintas: a teológica, a metafísica e a positiva”, resume Giannotti (1978, p.IX), acerca da lei dos três estados comteana e conclui sobre sua física social: “aspecto fundamental da sociologia comteana é a distinção entre estática e dinâmica sociais. A primeira estudaria as condições constantes da sociedade; a segunda investigaria as leis de seu progressivo desenvolvimento. A ideia fundamental da estática é a ordem; a da dinâmica, o progresso. Para Comte, a dinâmica social subordina-se à estática, pois o progresso provém da ordem e aperfeiçoa os elementos permanentes de qualquer sociedade: religião, família, propriedade, linguagem, acordo entre poder espiritual e temporal, etc.. (GIANNOTTI, 1978, p.XIII).

De fato, se por um lado, Durkheim não seguiu exatamente as ideias sociológicas do positivismo de Comte; por outro, explicitamente, sempre almejou fazer da sociologia uma ciência positiva. Conforme abre no prefácio à primeira edição de *Da divisão do trabalho social* de 1893: “este livro é, antes de mais nada, um esforço para tratar os fatos da vida moral a partir

⁸ Lukes (1984) relata inclusive um “imperialismo sociológico” de Durkheim e de seus discípulos de *L’Année Sociologique*, o que também é apontado por Ortiz (2002a) e Clark (1996), e pode ser visto principalmente nas suas veementes críticas a outros pensadores franceses da época, tais como: os seguidores de Le Play (1806-1882), René Worms (1869-1926), mas, principalmente, contra Gabriel Tarde (1843-1904) (VARGAS, 2000).

do método das ciências positivas. [...] Não queremos tirar a moral da ciência, mas fazer a ciência da moral, o que é muito diferente” (DURKHEIM, 2010[1893], p.XLIII), percebe-se, de forma clara, dois de seus objetivos. No aspecto teórico, procurava compreender como a divisão do trabalho social se constitui num problema moral; enquanto, no âmbito prático, queria estabelecer uma ciência que fornecesse diretrizes de ação, com a ressalva, porém, de que “em primeiro lugar, ela não deve ser deduzida de um a priori, como normalmente fazia o pensamento filosófico, mas induzida de um estudo concreto de regras de conduta” (ORTIZ, 1989, p.13). Dessa forma, Durkheim reitera seu projeto, quando afirma que: “se separamos com cuidado os problemas teóricos dos problemas práticos, não é por desprezar estes últimos; ao contrário, é para nos colocarmos em condições de melhor resolvê-los” (DURKHEIM, 2010[1893], p.XLV).

Dos problemas práticos com os quais Durkheim lidou durante a sua carreira⁹, a questão da pedagogia desponta, sem dúvidas, como uma de suas preocupações centrais. Sem dúvida, Durkheim foi um professor, não de sociologia, mas de pedagogia em Bordeaux, de forma que “em Paris é nomeado assistente de Buisson na cadeira de Ciência de Educação na Sorbonne em 1902. Quatro anos após, com a morte do titular, assume esse cargo. Mantém a orientação laica imprimida por seu antecessor, mas em 1910 consegue transformá-la em cátedra de Sociologia que, pelas suas mãos, penetra assim no recinto tradicional da maior instituição universitária francesa, consolidando, pois, o status acadêmico dessa disciplina” (RODRIGUES, 2000, p.15). Ou seja, apenas no fim de sua vida Durkheim conseguiu seu objetivo de institucionalizar de fato a sociologia no quadro universitário francês. Durante toda a sua trajetória, dividiu suas atenções entre a ciência que almejava constituir e a pedagogia. Mas, segundo Lukes (1984, p.109): “[Durkheim] consideraba la pedagogía como una teoría práctica, ni la actividad educacional propiamente dicha, ni la ciencia especulativa de la educación, sino más bien la reacción sistemática de la segunda sobre la primera, la obra de la reflexión que busca, en los resultados de la psicología y de la sociología, principios para el encauzamiento o para la reforma de la educación”, demonstrando, assim, que para ele a pedagogia relacionava-se diretamente com questões práticas, mediadas pelo aporte teórico da sociologia e da psicologia.

O motivo pelo qual Durkheim se interessava pela questão pedagógica deve-se ao fato de que “a sociologia e a pedagogia estavam na ordem do dia porque uma e outra faziam as vezes de panaceias quase unanimemente reconhecidas para sanar os graves problemas morais e sociais com os quais os franceses se defrontavam” (VARGAS, 2000, p.79) e, com isso, “durante

⁹ Vares (2014) analisa a participação política de Durkheim na defesa do republicanismo contra o conservadorismo monárquico e o liberalismo econômico, através da sua posição no debate público francês durante o polêmico Caso Dreyfus, com base em seu artigo de 1898: “O individualismo e os intelectuais” (DURKHEIM, 1975[1898]).

a Terceira República é implementada toda uma reestruturação do ensino primário e secundário, cuja finalidade é integrar as diversas partes do país. [...] Nesse contexto, o ensino adquire a função de amálgama entre a diversidade das partes, o que para alguns até mesmo eliminaria os conflitos sociais”, aponta Ortiz (2002a, p.93-4). Durkheim tinha plena consciência desses fatores, pois sempre reconheceu sua missão científica – mas também ideológica – como professor. Seus cursos ministrados em Bordeaux dividiam-se entre essa questão pedagógica e os outros temas que compuseram suas obras, como, por exemplo, sua análise sobre a solidariedade social, presente em *Da Divisão do Trabalho Social*, de 1893.

Não obstante, sua tese de doutorado é apenas a primeira obra do tripé que solidifica a posição sociológica do “jovem Durkheim”. Ainda durante a década de 90 do século XIX, Durkheim publicaria outros dois livros seminais para a sua sociologia: *As Regras do Método Sociológico*, em 1895 e *O Suicídio*, em 1897. Além desse tripé de obras publicadas por Durkheim em Bourdeaux que alicerçaram o seu pensamento, há também outro fator constantemente estudado por Durkheim e que culminou na publicação de sua última grande obra: a religião. Analisando o percurso sociológico de Durkheim, Ortiz (2002b, p.124) aponta: “os estudos sobre a religião representam uma fase madura do pensamento durkheimiano. Cabe, portanto, a pergunta: “Em que medida eles dão continuidade às inquietações anteriores, ou, se for o caso, rompem com uma visão consagrada em outros escritos?” [...] Durkheim muda sensivelmente seu itinerário intelectual sobre a religião a partir do curso de 1894-1895”. Ou seja, durante toda a sua trajetória acadêmica, os estudos sobre a religião estavam no seu horizonte, haja vista os cursos ministrados por Durkheim ainda em Bourdeaux, e também a publicação de “*As formas elementares da vida religiosa*” – cujo objeto de pesquisa une a sociologia religiosa e a teoria do conhecimento (DURKHEIM, 1996[1912]) –, em 1912, quando já figurava como um grande expoente da sociologia, catedrático na Sorbonne em Paris.

Dessa forma, segundo aponta Lukes (1984), os estudos sobre a religião compõem, ao lado de textos sobre a pedagogia, grande parte das produções acadêmicas de Durkheim¹⁰. Desde

¹⁰ Lukes (1984) retrata também que, ao eclodir a Primeira Guerra Mundial, Durkheim publicou dois textos tratando do assunto, ambos de 1915: *Qui a voulu la guerre? Les origines de la guerre d'après les documents diplomatiques* e *L'Allemagne au-dessus de tout: la mentalité allemande et la guerre*. De acordo com ele: “las principales actividades de Durkheim consistieron en escribir y organizar. Organizó un comité para la publicación de estudios y documentos sobre la guerra, que, como decía a Xavier Léon, serían enviados “a los países neutrales y neutralizarían, en la medida de lo posible, la audaz y falsa propaganda alemana”. El comité publicó dos folletos del propio Durkheim: *Qui a voulu la guerre?* y *L'Allemagne au-dessus de tout*. El primero de ellos, escrito en colaboración con un conocido “germanista”, Ernest Denis, es un breve e incisivo estudio de los acontecimientos que condujeron a la guerra, basado en los documentos diplomáticos disponibles. Se trata de un cuidadoso y frío documento que evalúa las responsabilidades de Francia, Inglaterra, Rusia, Austria y Alemania en el estallido de la guerra [...] el segundo panfleto de Durkheim, *L'Allemagne au-dessus de tout*, fue escrito como un estudio de la

a sua láurea em filosofia, passando pela sua viagem à Alemanha, saindo de Bourdeaux até Paris, Durkheim sempre teve em seu horizonte emancipar a sociologia das demais ciências, pois, forjando métodos, definindo objetos e formulando conceitos que seriam *sui generis*, defendia a cientificidade e a especificidade da sociologia. Pode-se afirmar, sem dúvida, que a sociologia foi seu projeto de vida. Por outro lado, a Primeira Guerra Mundial e suas consequências foram para ele como um golpe fatal – em especial pela morte do seu filho no campo de batalha. “Murió el 15 de noviembre [de 1917] a los cincuenta y nueve años, dejando su trabajo inacaba y habiendo perdido, durante la guerra, a muchos de sus más íntimos colaboradores y de sus mejores alumnos”, conclui Lukes (1984, p.551), a vida e obra de David Émile Durkheim.

"mentalidad alemana", centraíndo-se en las ideas pangermanistas associadas con Heinrich von Treitschke (LUKES, 1984, p.231-2).

3. PENSAMENTOS

Uma vez analisadas as trajetórias de ambos os autores, convém agora adentrar em seus pensamentos. Ou seja, tendo conhecimento de seus percursos individuais e de seus propósitos científicos, a elucidação de suas teorias torna-se uma tarefa mais simples. Todavia, evidentemente que não é nosso objetivo abarcar todo o pensamento de cada autor, haja vista que ambos escreveram inúmeras obras sobre os mais distintos objetos de estudo em campos variados, mas com destaque, é claro, para a sociologia e para a geografia.

Desse modo, elaboramos a tabela 1 –Bibliografia comparada de Durkheim e La Blache, cujo objetivo é enumerar quais escritos dos autores foram utilizados nessa pesquisa:

Tabela 1. Bibliografia comparada de Durkheim e La Blache¹¹.

Períodos	Publicações de Durkheim	Publicações de La Blache
Antes de 1880		(73) A península Europeia, o oceano e o Mediterrâneo
1881 a 1890	(86) Os estudos de ciência social (88) Curso de ciência social, lição de abertura (90) Os princípios de 1789 e a sociologia	(86) A relação entre as populações e o clima nas costas europeias do Mediterrâneo (88) As divisões fundamentais do território francês (partes I, II e IV) (89) Estados e nações da Europa em torno da França (extratos)

¹¹ Para elaborar essa pesquisa, nos atemos à bibliografia dos autores encontrada em língua portuguesa, devido ao grande volume de suas publicações. As únicas exceções – marcadas com um asterisco na tabela – são a apresentação de Durkheim da sexta seção de *L'Année Sociologique* que se encontra em inglês sobre o título Social Morphology (DURKHEIM, 1980[1899]), e um artigo intitulado La sociologie et son domaine scientifique que se encontra em francês no compilado Textes, organizado por Victor Karady (DURKHEIM, 1975b[1900]). Ademais, as 4 principais obras de Durkheim encontram-se traduzidas para o português (2010[1893a], 2007[1895], 2011a[1897], 1996[1912]), além de alguns artigos compilados na coletânea A ciência social e a ação (1975[1886,1888,1890,1893b,1898,1900,1903]), e duas obras publicadas postumamente (2011b[1922], 2008[1953]), sendo que o escrito Divisões da sociologia: as ciências sociais particulares publicado na coletânea de 2000 trata-se, na verdade, de uma parte do artigo Sociologia e ciências sociais, de 1903, presente na coletânea de 1975a. Sobre La Blache, porém, as fontes são mais escassas. Apenas uma de suas obras encontra-se traduzida para o português, e trata-se de uma obra póstuma Os princípios de geografia humana (VIDAL DE LA BLACHE, 1954[1921]). Ademais, a maioria de seus artigos encontra-se compilados na coletânea Vidal, Vidais (2012[1888,1889,1894,1896,1899,1902a,1902b,1903b,1904b,1908,1910a,1910b,1911a,1911b,1911c,1916,1917a,1917b]); alguns dispersos (1999[1903a], 2010[1904a], 1982[1913]); e dois foram anexados por Lira (2012[1873,1886]); sendo que as publicações de La Blache de 1903a e 1917b correspondem, na verdade, a fragmentos de suas obras publicadas nesses mesmos anos, mas que não possuem tradução para o português – e foram marcadas com 2 asteriscos na tabela, sendo que há somente edições em francês (VIDAL DE LA BLACHE, 1994a[1917], 1994b[1903]).

1891 a 1900	(93a) Da divisão do trabalho social (93b) Nota sobre a definição de socialismo (95) As regras do método sociológico (97) O suicídio (98) O individualismo e os intelectuais (99) Morfologia social* (00) A sociologia em França no século XIX (00) A sociologia e seu domínio científico*	(94) Prefácio ao atlas geral Vidal-Lablache: história e geografia (96) O princípio da geografia geral (98) A geografia política. A propósito dos escritos do Sr. Friederich Ratzel (99) Aula inaugural do curso de geografia
1901 a 1910	(03) Sociologia e ciências sociais	(02a) As condições geográficas dos fatos sociais (02b) Estradas e caminhos da antiga França (03a) Quadro de geografia da França** (03b) A geografia humana: suas relações com a geografia da vida (04a) Relações da sociologia com a geografia (04b) Os pays da França (08) Da interpretação geográfica das paisagens (10a) As regiões francesas (10b) A carta internacional do mundo ao milionésimo
1911 a 1920	(12) As formas elementares da vida religiosa	(11a) Os gêneros de vida na geografia humana. Primeiro artigo (11b) Os gêneros de vida na geografia humana. Segundo artigo (11c) A relatividade das divisões regionais (13) As características próprias da geografia (16) Evolução da população na Alsácia-Lorena e nos departamentos limítrofes (17a) A renovação da vida regional (17b) A França do Leste**
Obras Póstumas		
1921 em diante	(22) Educação e sociologia (53) Montesquieu e Rousseau: pioneiros da sociologia	(21) Princípios de geografia humana

Fonte: Elaboração própria (2019).

Nota-se pela análise da tabela que, aparentemente, os escritos de La Blache são mais numerosos que os de Durkheim, especialmente nas duas primeiras décadas do século XX. Todavia, a maior parte dos escritos de La Blache foi feita na forma de pequenos artigos publicados, principalmente, em sua revista *Annales de Géographie*. Nesse mesmo período,

Durkheim também publicou inúmeros artigos na *L'Année Sociologique*, ou em outras revistas, mas eles deixaram, paulatinamente, de enfatizar um aspecto que era central apenas no início da carreira de Durkheim: a morfologia social. Dito de outro modo, os textos durkheimianos que se aproximam mais de uma perspectiva “geográfica” do autor foram escritos no início de sua carreira quando ele propôs a conceituação da “morfologia social”.

Assim, procuraremos analisar o pensamento lablachiano de forma mais ampla do que o durkheimiano, uma vez que a geografia ocupa todo o escopo dos escritos do primeiro, mas não do segundo. Nesse sentido, o recorte dos textos de Durkheim será menor do que os de Vidal, o que não invalida uma análise comparativa das obras dos autores.

3.1 A geografia de Paul Vidal de La Blache

A análise do pensamento geográfico lablachiano, de início, se depara com um impasse. Dentre suas obras, a mais conhecida é, na verdade, uma obra póstuma, intitulada *Principes de Géographie Humaine*, publicada em 1921, por seu genro Emmanuel de Martonne. Todavia, evidentemente, as mais famosas e que melhor exemplificam o pensamento vidaliano são o *Tableau de la Géographie de la France*, de 1903 e *La France de l'Est*, de 1917. Antes dessas, vieram *Hérode Atticus. Étude critique sur sa vie*, em 1872 – que na verdade trata-se da tese de doutorado de Vidal, feita durante sua estadia na Escola de Arqueologia de Atenas – e outros três livros publicados enquanto era professor em Nancy: *La terre, géographie physique et économique*, em 1883; *États et Nations de l'Europe autour de la France*, em 1898; e o *Atlas général Vidal de La Blache, Histoire et Géographie*, em 1894. Já na Sorbonne, Vidal publicou *La Rivière Vincent Pinzòn: étude sur la cartographie de la Guyane*, em 1902 – obra na qual defende os interesses franceses frente ao Brasil, diante de um conflito territorial na Guiana Francesa. Nesse sentido, a obra mais conhecida é a que menos demonstra as ideias do autor, uma vez que os *Princípios* é constituído de um apanhado de escritos soltos, compilados por De Martonne, mas que não possuem a mesma coerência das demais obras. Todavia, ela pode ser representativa do pensamento lablachiano, uma vez que exemplifica o seu percurso geográfico.

Na terceira parte dessa sua obra póstuma, a qual se intitula “A circulação”, Vidal escreve: “na história econômica do último século, lembrar-se-á sempre uma coincidência impressionante: com seis meses de intervalo, foram inaugurados o primeiro transcontinental que atravessou a América do Norte e o Canal de Suez” (VIDAL DE LA BLACHE, 1954[1921], p.342). Vidal estava presente na inauguração do Canal de Suez em 1869 em virtude de uma de suas viagens realizadas pelo mediterrâneo durante sua estadia na Escola de Arqueologia de Atenas, e, 35 anos mais tarde, em 1904, o mesmo admirou-se com as transformações engendradas pela urbanização e pela industrialização no território estadunidense, vistas durante o Congresso Internacional de Geografia em Washington.

No sentido denotativo, então, Vidal iniciou sua trajetória viajando pelo Mediterrâneo e terminou passando nos Estados Unidos. Mas a importância dessas viagens se encontra, na verdade, em sua conotação. Ou seja, literalmente, Vidal esteve nesses lugares, mas o importante, de fato, é que o seu pensamento geográfico trilhou o mesmo caminho; no sentido de que, em sua estadia em Atenas, Vidal teria tido o primeiro contato com as ideias do alemão Carl Ritter, o que teria sido fundamental para a sua “passagem” de historiador a geógrafo: “he spent four years in Athens and travelled all over Asia Minor in order to prepare his Ph.D. on

Roman funeral inscriptions. He was still an historian, but became a geographer thanks to volume by Carl Ritter on this part of the world” (CLAVAL, 2007, p.6). Não obstante, a viagem aos Estados Unidos consistiu num ponto de inflexão na carreira de La Blache (RIBEIRO, 2012), pois teria significado um momento crucial no qual Vidal muda a forma de empreender suas análises regionais (OZOUF-MARIGNIER, ROBIC, 2007). Vejamos: em 1873, na aula inaugural de seu curso em Nancy, Vidal diz: “hoje, a Europa é o núcleo da única forma de civilização que teve o dom de se propagar por outras partes do universo. É possível que sua preponderância seja um dia ameaçada. No momento, a nação – muito orgulhosa e, às vezes, muito desdenhosa – que tão rápido cresceu do outro lado do Atlântico, mais lhe empresta do que lhe dá” (VIDAL DE LA BLACHE apud LIRA, 2012b[1873], p.187), demonstrando sua visão da hegemonia mundial da Europa na época. Já em 1905, porém, num artigo a respeito de sua viagem para os Estados Unidos e o México no ano anterior, segundo o mesmo Vidal: “numa cidade de desenvolvimento histórico regular como Paris, os aportes dos séculos se justapõem e se sucedem tal como, no tronco de uma árvore, os anéis concêntricos correspondem aos períodos de crescimento. Em Nova Iorque, o presente simplesmente se sobrepõe ao passado” (VIDAL DE LA BLACHE apud RIBEIRO, 2012[1905], p.159); num relato das diferenças entre Nova Iorque e Paris, as quais seriam frutos da emergência do “americanismo”, isto é, consequências da modernidade nos Estados Unidos, onde a urbanização trouxe um novo tipo de região, em que a cidade é central. “Se queremos observar a vida urbana entregue a si mesmo, agindo como todo o seu vigor, é sobretudo nos Estados Unidos que importa estudá-la. A necessidade de dominar a distância, de reunir vastos espaços em um domínio econômico impõe-se lá. A cidade, único organismo capaz de corresponder a estes imperativos, vinca por toda a parte o seu cunho”, escreve Vidal (1954[1921], p.383), em sua obra póstuma, num fragmento compilado por De Martonne como “A cidade” e que assim termina: “enxameando em redor, estendendo indefinidamente os seus bairros suburbanos, a cidade é a mais perfeita expressão do Americanismo” (VIDAL DE LA BLACHE, 1954[1921], p.387).

O percurso geográfico de Vidal do Mediterrâneo aos Estados Unidos passa, evidentemente, pelas regiões francesas, e, não obstante, serve como uma metáfora representativa da pluralidade do pensamento vidaliano. Sua trajetória é marcada pela busca da institucionalização da geografia, o que implica, por conseguinte, na sua preocupação em definir um método e um objeto específico para a nova ciência que ele edificava. Para tanto, durante os mais de 40 anos de suas atividades acadêmicas, Vidal publicou inúmeros artigos, em diversas revistas, tratando de vários assuntos; o que demonstra, uma vez mais, seu caráter plural; sem

perder de vista, porém, que ele sempre teve em seu horizonte a procura do *sui generis* da geografia. A diferença entre a sua noção de “geograficidade” do Quadro de Geografia da França, de 1903, e da França do Leste, de 1917, é outro exemplo dessa questão (LACOSTE, 2001). Se por vezes, então, Vidal é lido e retratado no singular, isso se deve a outros fatores que não ao próprio pensamento do autor (RIBEIRO, 2014).

Dessa forma, como todo clássico, não existe apenas um Vidal, mas vários “Vidais” – como sugere o título da coletânea de seus artigos (VIDAL DE LA BLACHE, 2012). Compreender o pensamento lablachiano exige, portanto, um esforço de contemplar essa pluralidade, abrangendo sua visão da geografia humana – em especial nas relações com as outras ciências –, além de considerar sua perspectiva da geografia regional e também da geografia política. Tudo isso, sem negligenciar, evidentemente, o contexto histórico francês no qual o texto científico de La Blache estava se desenvolvendo.

Para tanto, as contribuições de Ribeiro (2010a, 2014) podem ajudar na construção de um panorama geral acerca do pensamento de La Blache. Ao analisar a concepção vidaliana da geografia, Ribeiro (2010a) destaca quatro pontos: 1) o diálogo com as ciências naturais, 2) o jogo de escalas, 3) o método da descrição à explicação, e 4) uma complexa leitura interdisciplinar. Evidentemente que esses pontos estão interligados e se complementam para formar o arcabouço teórico-metodológico da geografia lablachiana. Podemos, todavia, utilizar dessa mesma divisão como uma forma analítica de compreender o pensamento de Vidal.

O mesmo autor assinala: “o empenho vidaliano de institucionalizar a Geografia na universidade e ampliar seu raio de ação pedagógico; demarcar o campo de atuação do geógrafo frente aos historiadores, geólogos e sociólogos sem, no entanto, abrir mão da interdisciplinaridade; conceber certos conceitos e aplicá-los a situações concretas; e fornecer à Geografia uma visão coerente que possibilitasse o tratamento de temas variados não pode ser desprezado quando falamos em construção do conhecimento” (RIBEIRO, 2010a, p.3), ou seja, o empenho vidaliano de institucionalizar a geografia ocorreu tanto no âmbito prático – pela sua atuação como professor universitário, pelo seu papel de organizador dos *Annales*, etc. –, quanto no teórico, devido à sua preocupação em definir métodos e conceitos especificamente geográficos.

Desse modo, “Vidal sabia que o que estava fazendo não era História, nem Ecologia ou Biologia. Ele estava consciente do caráter *sui generis* da disciplina que ajudava a edificar”. (RIBEIRO, 2010a, p.5-6). Seu empenho, portanto, sempre foi para imprimir um caráter de cientificidade à geografia, emancipando-a das demais ciências: “a ciência se especializou

infinitamente nos nossos dias. É por caminhos diferentes, e muitas vezes sem ligação entre as diversas disciplinas que contribuem para a formação da Geografia, que prosseguiu a investigação sobre o estudo da Terra” (VIDAL DE LA BLACHE, 2012[1896], p.61), escreveu Vidal num artigo intitulado “O princípio da geografia geral”, publicado nos Annales em 1896.

Alguns anos mais tarde, em 1913, no seu clássico artigo “As características próprias da geografia”, Vidal retoma essa ideia:

Ao refletir, fiquei impressionado pelos mal-entendidos que reinam sobre a própria ideia da Geografia [...] A Geografia é considerada como se alimentando nas mesmas fontes de fatos da Geologia, da Física, das Ciências Naturais e, de certa forma, das Ciências Sociológicas. Ela serve-se de noções, sendo que algumas delas são os objetos de estudos aprofundados nas ciências vizinhas: daí vem, então, a crítica que se faz às vezes à Geografia, a de viver de empréstimos, a de intervir indiscretamente no campo de outras ciências, como se houvesse compartimentos reservados no domínio da ciência. Na realidade, como veremos, a Geografia possui seu próprio campo. [...] Na complexidade dos fenômenos que se entrecruzam na natureza, não se deve ter uma única maneira de abordar o estudo dos fatos; é útil que sejam observados sob ângulos diferentes. E se a geografia retoma certos dados que possuem um outro rótulo, não há nada para que se possa taxar essa apropriação de anticientífica (VIDAL DE LA BLACHE, 1982[1913], p.37-8).

Pode-se perceber como Vidal formulava sua geografia dentro de uma complexa leitura interdisciplinar, pois um dos traços do seu pensamento reside na integração entre as ciências. Conforme aponta Ribeiro (2010a, p.11): “no momento em que o campo científico dedicava-se a buscar a especificidade de seus domínios, a Geografia não se encerrava em si mesma: seja por causa do alcance do objeto, que abarcava a relação homem-meio por toda a superfície terrestre e exigia o domínio de uma série de conhecimentos, seja por conta do estatuto “híbrido”, ora inclinada a uma abordagem mais naturalista, ora ressaltando a dinâmica propriamente humana, nesse jogo de equilíbrio instável Vidal esboça uma Geografia do contato e da aproximação com as Ciências Humanas e Naturais”.

Vejamos primeiro seu diálogo com as ciências naturais. A mais próxima da geografia seria, evidentemente, a geologia; e, para Vidal, o contato entre as duas ciências é algo intrínseco a ambas. Em “As divisões fundamentais do território francês”, de 1888, Vidal escreve: “sem renunciar a beber em outras fontes, a Geografia nunca perde de vista a Geologia. Mesmo quando as duas ciências gêmeas parecem divergir, elas não permanecem estranhas entre si. Só se compreende perfeitamente o terreno quando se está em condições de remontar até às origens de sua formação” (VIDAL DE LA BLACHE, 2012[1888], p.211), e complementa: “é assim tanto para a história da Terra quanto para a história dos homens; o presente está muito estreitamente ligado ao passado para que possa ser totalmente explicado sem ele” (VIDAL DE LA BLACHE, 2012[1888], p.211). Essa ligação entre o presente e o passado trata-se de uma herança de sua formação de historiador transposta por Vidal para o seu método geográfico

(LIRA, 2012b). Todavia, o recurso do qual ele se utiliza para promover cientificidade à geografia é recorrer a conceitos das ciências naturais que lhes serviriam de base: “as ciências naturais, através da teoria da evolução das espécies, deram à geografia humana os conceitos de base – concorrência vital, adaptação, meio etc. –, que foram transpostos ao domínio da espécie humana, ajustados e enriquecidos pelas necessidades e pelas particularidades do homem – inteligência e sociabilidade – e compreendidos no seio do mundo vivo”, aponta Silva (2004, p.151). De modo verossímil, escreve Archer (1993, p.501): “Vidal apparently believed that for geographers to attain true scientific status, the emerging discipline needed to model itself after these more established natural sciences”. Dentre essas ciências mais estabelecidas, Vidal encontrou na biologia, o arquétipo de seus conceitos geográficos: “Vidal thus came to be influenced by French biological thought, specifically with regard to what an “organism” is and the processes by which organisms emerge and evolve” (ARCHER, 1993, p.501).

Conclui-se, então, que, no diálogo com as ciências naturais, La Blache buscava constituir da geografia uma ciência específica, com método e objetos próprios, *sui generis*; mas também uma ciência humana devedora das naturais, haja vista que a biologia desempenhava um papel crucial para a geografia vidaliana: “a influência da biologia evolucionista é marcante e frequentemente ocupa um lugar de núcleo explicativo. A analogia biológica é, aliás, convocada para ligar os fatos de natureza social aos fenômenos naturais” (GOMES, 2000, p.214). Como núcleo explicativo que ligava os fatos de natureza sociais aos fenômenos naturais, a biologia cumpria na geografia de Vidal, portanto, uma função de método: a da analogia. “O papel da analogia e da comparação para Vidal era o estabelecimento de pontos comuns para ascender à explicação, logo à generalização, sem no entanto renunciar ao caráter individual de cada região”, aponta Gomes (2000, p.212). O mesmo autor esmiúça, por conseguinte, a metodologia da geografia de La Blache: “o método vidaliano é caracterizado por três proposições: observação (descrição), comparação e conclusão. Assim, a tradição das narrativas de viagens e das descrições regionais se encontrava incorporada em sua construção científica. A premissa fundamental residia na necessidade de começar pela observação direta” (GOMES, 2000, p.209).

Logo, da descrição à explicação, o percurso metodológico vidaliano começa pela observação direta: “a Geografia não é precisamente uma ciência de livros; ela necessita a contribuição da observação pessoal. Jamais haverá um bom professor se ele não envolver o interesse da observação pessoal pelas coisas que deve descrever” (VIDAL DE LA BLACHE, 2012[1888], p.207). Além da descrição direta, Vidal também reconhece que a geografia deveria

recorrer às suas fontes, como aponta no artigo “A geografia humana: suas relações com a geografia da vida”, de 1903: “é nessa aliança íntima com a Cartografia, a Estatística e a Etnografia, nessa perspectiva mais compreensiva do conjunto das relações entre os povos e numa concepção mais geográfica da humanidade que os progressos recentes da ciência à qual nos dedicamos extraem suas fontes” (VIDAL DE LA BLACHE, 2012[1903], p.122). A estatística e a etnografia auxiliariam as investigações da geografia, mas a cartografia ocuparia o principal papel, uma vez que “a razão de ser da Geografia não é localizar? Ela procede da noção de lugar em direção à de causa; ela começa por onde para chegar ao porquê”, conclui Vidal (2012[1903], p.115).

A cartografia desempenha, dessa forma, um papel metodológico para a ciência geográfica, pois propicia o caráter de totalidade à geografia vidaliana, conforme Vidal (2012[1904], p.45) defende “que a geografia não se divida em duas partes verdadeiramente desiguais em valor: um estudo geral, que seria a ciência da Terra, e uma série de descrições sem método e sem sentido. Para isso, a cartografia é, seguramente, o instrumento mais apropriado”, no prefácio ao seu Atlas, de 1904.

A concepção de totalidade está, então, no centro da geografia lablachiana. Ao defender a importância da cartografia, Vidal advogava, por conseguinte, que a geografia deveria ser uma ciência multiescalar. Desse modo, no cerne do “Princípio da geografia geral”, Vidal diz:

A ideia de que a Terra é um todo, no qual as partes estão coordenadas, proporciona à Geografia um princípio de método cuja fecundidade aparece melhor à medida que se amplia a sua aplicação. Se nada existe isoladamente no organismo terrestre, se em todo lugar repercutem as leis gerais, de modo que não se possa tocar uma parte sem provocar todo um encadeamento de causas e de efeitos, a tarefa do geógrafo toma um caráter diferente daquele que às vezes lhe é atribuído. Qualquer que seja a fração da Terra que estude, ele não pode nela se fechar. Um elemento geral se introduz em um estudo local. Não há de fato área em que a fisionomia não dependa de influências múltiplas e longínquas das quais importa determinar o local de origem. Cada área age imediatamente sobre sua vizinha e é influenciada por ela (VIDAL DE LA BLACHE, 2012[1896], p.47-8).

A introdução de um elemento geral num estudo local demonstra a necessidade dessa visão multiescalar defendida por Vidal, porque “na realidade, a Terra é um todo, cujas diferentes partes se esclarecem mutuamente. Seria colocar uma venda nos olhos estudar uma região isoladamente, como se ela não fizesse parte de um conjunto” (VIDAL DE LA BLACHE, 2012[1894], p.44).

A ideia de conjunto para Vidal se opõe, portanto, a tudo aquilo que é isolado: “uma visão pontilhistas não se sustentava caso não se juntasse ao conjunto geral dos fenômenos. Não se tratava de uma substituição, mas de uma integração da parte ao todo, do particular ao geral; nem tampouco do enciclopedismo vago e genérico, mas da necessidade de conexão entre as

escalas”, conforme aponta Ribeiro (2010a, p.8); que complementa: “não existe, portanto, dicotomia entre a Geografia Geral e a Geografia Regional, na medida em que as escalas dependem uma da outra”.

Essa mútua dependência entre o geral e o particular fez com que Vidal estudasse um recorte regional tendo em vista o âmbito terrestre total, conforme defende que “é preciso ir além e reconhecer que nenhuma parte da Terra contém em si mesma sua explicação. Só se descobre o jogo das condições locais com alguma clareza quando a observação se eleva para além de tais condições, quando se é capaz de apreender as analogias naturalmente conduzidas pela generalidade das leis terrestres” (VIDAL DE LA BLACHE, 2012[1894], p.44).

Desse modo, Vidal argumenta que a geografia procura conhecer leis gerais, sem ignorar, contudo, os fenômenos particulares. Em sua primeira aula na Sorbonne, em 1899, ele afirma que: “no grupo das ciências da terra, a Geografia guardará seu papel específico que ela não deve perder de vista. Sem dúvida, o estudo da Terra, considerada em seu conjunto, responde à sua própria definição: ela persegue o conhecimento das leis gerais, mas pretende estudá-las em sua aplicação nos diversos ambientes. A Geografia se interroga sobre o meio de explicar as diferenças de fisionomia apresentadas pelas regiões” (VIDAL DE LA BLACHE, 2012[1899], p.80).

Não obstante, somado à busca de leis gerais e à explicação das diferenças de fisionomia entre as regiões, a geografia lablachiana se caracteriza por outro fator: a ação humana. De fato, Vidal sempre considerou a geografia como uma ciência humana, sem que esse adjetivo significasse, todavia, que ela não tivesse relações com aquilo que ele chamava de “geografia da vida”, isto é, a geografia botânica e a geografia zoológica:

A Geografia humana merece esse nome porque estuda a fisionomia terrestre modificada pelo homem; nisso ela é geografia. Não considera os fatos humanos senão em sua relação com a superfície onde se desenvolve o variado drama da concorrência dos seres vivos. Há, portanto, fatos sociais e políticos que não entram em sua competência ou que a ela se ligam muito indiretamente; não há espaço para incorporá-los. A despeito dessa restrição, ela mantém inúmeros pontos de contato com essa ordem de fatos. No entanto, esse ramo da geografia possui a mesma origem da Geografia botânica e zoológica. É delas que extrai sua perspectiva. O método é análogo; porém, bem mais delicado a manipular – como em toda ciência na qual a inteligência e a vontade humanas estão em jogo (VIDAL DE LA BLACHE, 2012[1903], p.104-5).

Uma vez mais, pode-se perceber a influência da biologia na concepção vidaliana de geografia, pois, ao considerar a ação do homem como análoga à das plantas e dos animais, Vidal não estabelecia uma dicotomia entre o homem e a natureza. Conforme defende: “tanto nos procedimentos quanto nos resultados, a obra geográfica do homem é essencialmente biológica. Frequentemente, velhos hábitos de linguagem fazem com que consideremos a

natureza e o homem como dois termos opostos, dois adversários em duelo. Entretanto, o homem não é “como um império dentro de um império”; ele faz parte da criação vivente, é seu colaborador mais ativo. Ele não age sobre a natureza senão nela e por seu intermédio. É entrando na disputa da concorrência dos seres, tomando partido, que ele assegura seus propósitos” (VIDAL DE LA BLACHE, 2012[1903], p.103).

Percebe-se, portanto, como os 4 pontos da concepção vidaliana de geografia, apontados por Ribeiro (2010a), estão interligados. A visão multiescalar devia-se ao seu método, no qual a geografia recorria a diversas fontes, dentre as quais, as ciências naturais, que lhe proporcionavam um aporte científico à geografia humana, sem que ela, contudo, deixasse de ter um caráter interdisciplinar: “sua dedicação em implantar as bases de um novo ramo não o fez perder de vista a riqueza oriunda dos empréstimos interdisciplinares” (RIBEIRO, 2010a, p.11).

Dentre esses empréstimos interdisciplinares, o mais fundamental para Vidal era o da história, pois, “utilizando os aportes de uma região definida pelas ciências naturais, Vidal procurou dar um passo que amalgamasse os interesses geográficos recentes à sua formação de historiador – e, assim, fundir os elementos físicos à História” (LIRA, 2012b, p.77). Todavia, Vidal procurava distinguir a geografia da história, sem negar, entretanto, que elas eram próximas, já que a segunda poderia ajudar nas investigações da primeira:

A História e a Geografia são companheiras antigas que há muito tempo caminharam juntas e que, como acontece com os velhos conhecimentos, perderam o hábito de discernir as diferenças que as separam. Longe de mim a intenção de atrapalhar a harmonia deste arranjo. É útil, no entanto que, continuando a prestar serviços recíprocos, elas tenham a nítida consciência das divergências que existem nos seus pontos de partida e nos seus métodos. A Geografia é a ciência dos lugares e não dos homens, ela se interessa pelos acontecimentos da História à medida que acentuam e esclarecem, nas regiões onde eles se produzem, as propriedades, as virtualidades que sem eles permaneceriam latentes (VIDAL DE LA BLACHE, 1982[1913], p.47).

Sem dúvida, em todos os conceitos da geografia vidaliana pode-se perceber um aporte de sua formação de historiador. Conforme aponta Gomes (2000, p.198): “quatro ideias principais são recorrentes em sua obra: organismo, meio, ação humana e gênero de vida”. Cumpre, então, analisar esses conceitos, tendo em vista, claro, as interconexões entre eles, pois “a noção de meio, que compõe o arcabouço teórico de Vidal, não pode ser entendida sem a noção de ação humana. A natureza, para ele, é uma força viva, que possui movimento próprio e elementos em conexão que escapam à intervenção humana. No entanto, a natureza torna-se “meio” à medida que a ação humana intervém em sua dinâmica. Nesse sentido, a noção de meio está relacionada com a intervenção humana, que lhe dá uma forma particular” (SILVA, 2004, p.145).

Vidal defendeu a íntima relação entre o homem e o meio durante toda a sua carreira como geógrafo. Por exemplo, num artigo chamado “Da interpretação geográfica das paisagens”, de 1908, diz: “por suas obras e pela influência que exerce sobre si mesmo e o mundo vivente, o homem é parte integrante da paisagem. Ele a humaniza e a modifica de algum modo. Por isso, o estudo de seus estabelecimentos fixos é particularmente sugestivo, visto que é de acordo com eles que se ordenam cultivos, jardins, vias de comunicação; elas são os pontos de apoio das alterações que o homem produz sobre a terra” (VIDAL DE LA BLACHE, 2012[1908], p.129). De modo verossímil, em sua obra póstuma, Vidal argumenta: “a natureza forneceu ao homem materiais que têm exigências próprias, facilidades especiais e incapacidades também, que se prestam mais a certas aplicações do que a outras; nisso ela é sugestiva, mas por vezes restritiva. Contudo, a natureza age só como estímulo. Ao criar instrumentos, o homem tinha em vista um desígnio” (VIDAL DE LA BLACHE, 1954[1921], p.274).

Se por um lado, portanto, as ideias de meio e de ação humana estão intrinsicamente ligadas para Vidal, devido à relação entre o homem e a natureza; por outro lado também, a noção de organismo possui uma estreita relação com o conceito mais famoso da geografia vidaliana: o de gênero de vida. Ambos esses conceitos remetem à ideia de fisionomia de Vidal, haja vista que para ele a função da geografia seria a de descrever a fisionomia das áreas. Conforme aponta Silva (2004, p.145): “a fisionomia, noção fundamental do pensamento vidaliano, é a marca distintiva da singularidade de cada meio, de cada região”. Ou seja, cada região possui uma fisionomia própria, podendo ser identificada como um organismo (ARCHER, 1993). Ademais, essas diferenças de fisionomias devem-se aos diversos gêneros de vida que existem em cada área.

Em dois artigos homônimos chamados “Os gêneros de vida na geografia humana” e publicados por Vidal nos *Annales* em 1911, ele defende essa ideia, tanto que é assim que começa o primeiro artigo: “sabe-se que a fisionomia de uma área é suscetível de mudar bastante segundo o gênero de vida que nela praticam seus habitantes” (VIDAL DE LA BLACHE, 2012[1911], p.131). Na sequência, Vidal desenvolve melhor o conceito:

Um gênero de vida constituído implica uma ação metódica e contínua, que age fortemente sobre a natureza ou, para falar como geógrafo, sobre a fisionomia das áreas. Sem dúvida, a ação do homem se faz sentir sobre seu meio desde o dia em que sua mão se armou de um instrumento; pode-se dizer que, desde os primórdios das civilizações, essa ação não foi negligenciável. Mas totalmente diferente é o efeito de hábitos organizados e sistemáticos que esculpem cada vez mais profundamente seus sulcos, impondo-se pela força adquirida por gerações sucessivas, imprimindo suas marcas nos espíritos, direcionando em um sentido determinado todas as forças do progresso (VIDAL DE LA BLACHE, 2012[1911], p.132).

Pode-se perceber, então, como um gênero de vida constitui-se para Vidal como uma espécie de reflexo da relação entre o homem e a natureza, cuja ação humana transforma em meio. Não obstante, essa ação humana é mediada, segundo Vidal, pelas técnicas empregadas pela população, “desde os primórdios das civilizações”, as quais podem levar a diferentes níveis de progresso. Gomes (2000, p.205) concorda, ao afirmar que “[os gêneros de vida] são frutos de escolhas humanas frente ao meio ambiente, escolhas das quais a sucessão conduzirá ou não a uma progressão mais ou menos rápida, a uma conquista mais ou menos eficaz. Os gêneros de vida atuais são, portanto, resultados contingentes dos gêneros de vida anteriores, ao longo de uma cadeia contínua, regida não por uma ideia de necessidade, mas somente de possibilidade”.

Buttimer (1978) também aponta essa relação entre as comunidades humanas e seus meios ambientes expressa pelos gêneros de vida: “genres de vie (styles of living), the products and reflections of a civilisation, represented the integrated result of physical, historical, and socio-cultural influences surrounding the human relationship to milieu in particular places. It was the dialog of human communities and their environments – the modus vivendi established between civilisations and millieux – that constituted the material object of la géographie humaine” (BUTTIMER, 1978, p.60).

Tanto a ideia de organismo quanto a de gênero de vida derivam-se das analogias biológicas de Vidal (ARCHER, 1993). Vidal, por exemplo, se utiliza da comparação entre um gênero de vida e uma célula para destacar a importância de compreender as origens históricas das diferenças geográficas entre as regiões: “como toda célula tem seu núcleo, todo gênero de vida tem seu lugar de nascimento. Mas, para que ele se enraíze e se fortaleça, é necessário um espaço favorável, assim como a planta precisa de um para se expandir e fazer frutificar suas sementes. Desse modo, o desenvolvimento de um gênero de vida é uma questão essencialmente geográfica, e só podemos compreender bem as diferenças assaz importantes que ele introduz entre as regiões e os homens remontando a essas origens” (VIDAL DE LA BLACHE, 2012[1911], p.159).

Além das analogias biológicas, Vidal descreve o conceito de gênero de vida tendo em vista a relação dos homens com as plantas e os animais, demonstrando, mais uma vez, a conexão entre a geografia humana e aquilo que ele denominava como “geografia da vida”: “para constituir gêneros de vida que o tornassem independentes das chances de alimentação cotidiana, o homem teve que destruir certas associações de seres vivos para formar outras. Teve que agrupar, por meio de elementos reunidos de diversos lados, sua clientela de animais e plantas, fazendo-se assim ao mesmo tempo destruidor e criador, quer dizer, realizando simultaneamente

os dois atos nos quais se resume a noção de vida” (VIDAL DE LA BLACHE, 2012[1911], p.140).

O gênero de vida pode ser entendido, portanto, como uma espécie de conceito caracterizador da geografia lablachiana, uma vez que nele se incorporam suas demais ideias; pois, sendo um fruto da relação entre os homens e a natureza, o gênero de vida simboliza a maneira como a ação humana influenciou no meio, conforme os diversos níveis de civilização, que variam de acordo com os usos das técnicas, com o domínio das plantas e dos animais, com a existência de estradas e comunicações, dentre outros fatores.

Desse modo, a ideia de gênero de vida abarca tanto a influência da história quanto da biologia na concepção geográfica de Vidal. A herança da história pode ser percebida porque existe uma continuidade temporal de cada gênero de vida, uma vez que eles possuem uma origem, mas são, de certo modo, atemporais, pois são transmitidos através das gerações, como uma espécie de “caracteres adquiridos” (CLAVAL, 2006); enquanto a da biologia se nota por causa das relações entre a geografia humana e a “geografia da vida” de La Blache, na qual as analogias biológicas servem para igualar cada região na qual um gênero de vida é predominante com um organismo, imprimindo-lhes, assim, uma personalidade (ARCHER, 1993; LACOSTE, 2001).

As ideias de meio, ação humana, organismo e gênero de vida são, de acordo com Gomes (2000), os principais conceitos da geografia lablachiana, que, por conseguinte, perpassam toda a sua carreira. Das publicações em vida de La Blache, duas obras merecem destaque: o *Tableau de la géographie de la France*, de 1903, que tornou Vidal famoso; e *La France de l'est*, de 1917, considerada por Lacoste (2001), como uma obra de “outro Vidal”. Em ambos esses livros podem ser apreendidas as ideias fundamentais de La Blache, o que, por um lado, os assemelha. Por outro lado, porém, cumpre aqui ressaltar as diferenças entre eles, uma vez que elas servem como uma síntese das mudanças empreendidas por Vidal ao longo de sua trajetória acadêmica e que podem, por fim, resumir seu pensamento.

No Quadro de geografia da França, o objetivo de Vidal era o de descrever as diferentes regiões do país, ou, dito em seus termos, retratar os distintos *pays* da França. Conforme Archer (1993, p.501) aponta: “in this book, Vidal vividly portrays the variegated human-natural landscape of France in terms of the specific genres de vie of the country’s various *pays*. Yet the *Tableau* represents Vidal’s attempt to reconstruct the historical geography of France”. Ou seja, a variedade dos *pays* devia-se à diversidade dos gêneros de vida, como o próprio Vidal indica num artigo de 1904 chamado “Os *pays* da França”: “essa palavra *pays* é uma palavra muito

antiga, repetida com muita frequência em sua acepção popular. Não significa uma extensão, uma zona qualquer. No pensamento daqueles que a empregam, há um significado que poderíamos chamar de social: ela exprime um gênero de vida ligado a uma zona determinada” (VIDAL DE LA BLACHE, 2012[1904], p.230).

Em resumo então: “os pays são representantes regionais dos gêneros de vida” (LIRA, 2012b, p.139). Isso significa que, para Vidal, os pays, por exprimirem certo gênero de vida, possuem uma relação duradoura com os habitantes de determinada região: “nessa ideia de pays há, sempre, uma concepção social, uma certa relação entre o solo e o uso que dele fizeram os habitantes, e é disso mesmo que se compõe a lembrança profunda que eles guardam do pays” (VIDAL DE LA BLACHE, 2012[1904], p.239). Tal “lembrança profunda” é àquilo que remete Lacoste (2001), ao afirmar o destaque de Vidal no Tableau:

Com seu Quadro da geografia da França, modelo tantas vezes retomado por tantas teses, cursos e manuais ou com os quinze tomos da Geografia universal (A. Colin) cuja concepção ele influenciou, Vidal de la Blache introduziu a ideia das descrições regionais aprofundadas, que são consideradas a forma, a mais fina, do pensamento geográfico. Ele mostra como as paisagens de uma “região” são o resultado da superposição ao longo da história, das influências humanas e dos dados naturais. Mas em suas descrições, Vidal dá maior destaque para as permanências, a tudo aquilo que é herança duradoura dos fenômenos naturais ou de evoluções históricas antigas (LACOSTE, 2001, p.60).

De fato, como Claval (2010, p.232) ressalta: “the France that Vidal de la Blache depicted in the Tableau de la géographie de la France was the France of the Ancien Régime”, demonstrando como as permanências, as heranças, o passado; em suma, a história da França é que estava no centro de sua reflexão, tanto que é assim que ele começa a introdução do Quadro: “a história de um povo é inseparável da área que ele habita [...] As relações entre o solo e homem, na França, são marcas de um caráter original de antiguidade, de continuidade” (VIDAL DE LA BLACHE, 1999[1903], p.141).

Não apenas a antiguidade, portanto, mas também a continuidade é uma marca das relações entre o homem e o solo na França, o que demonstra a durabilidade dessa relação, uma vez que ela é fixa: “muito cedo os estabelecimentos humanos parecem ter adquirido ali a fixidez; o homem ali se deteve porque encontrou, juntamente com os meios de subsistência, os materiais de suas construções e de suas indústrias. Deste modo, durante longos séculos ele levou uma vida local, que se impregnou lentamente dos sumos da terra. Uma adaptação que se operou graças aos hábitos transmitidos e mantidos sobre os lugares em que eles haviam nascido” (VIDAL DE LA BLACHE, 1999[1903], p.141).

Na sequência do Quadro, Vidal procura explicar “Em que sentido a França é um ser geográfico” e, para imprimir uma personalidade especificamente geográfica à França, repele as

outras concepções: “não é do ponto de vista geológico que a França possui o que se pode chamar uma individualidade [...] O que nós dizemos da geologia pode se repetir para o clima, a flora e a fauna sobre este território que nós denominamos França” (VIDAL DE LA BLACHE, 1999[1903], p.142). Ou seja, dizer que a França é um ser geográfico implica em caracteriza-la com uma personalidade, a qual deve sua origem à ação humana, sendo possível, de ser investigada, portanto, apenas pela geografia:

Uma individualidade geográfica não resulta de simples considerações de geologia e de clima. Não é algo dado de antemão pela natureza. É preciso partir da ideia de que uma área (“contrée”) é um reservatório onde dormem energias das quais a natureza depositou o germe, mas cujo emprego depende do homem. É ele que, ao submetê-la ao seu uso, ilumina sua individualidade. Ele estabelece uma conexão entre traços esparsos; os efeitos incoerentes de circunstâncias locais, ele substitui por um concurso sistemático de forças. É então que uma área adquire precisão e se diferencia, tornando-se, em sentido amplo, como uma medalha esculpida pela efígie de um povo. Esta palavra, personalidade, pertence ao domínio e ao vocabulário da geografia humana. Ela corresponde a um grau de desenvolvimento já avançado das relações gerais. Este nível foi atingido cedo pela França (VIDAL DE LA BLACHE, 1999[1903], p.143).

Ao afirmar então que a França possui uma personalidade geográfica moldada pela ação do homem em cada pays como reflexo de um gênero de vida regional, Vidal procurava cumprir com seu duplo objetivo do Quadro: descrever os pays da França e demonstrar a importância particular da geografia, enquanto ciência nascente que ele ajudava a edificar. Para tanto, Vidal reteve sua atenção apenas para a relação entre o homem e a natureza, negligenciando, assim, a relação dos homens entre si na sociedade.

É essa a crítica de Lacoste (2001), ao dizer que: “Vidal de la Blache instala (com que estilo!) sua concepção do “homem-habitante” e essa expulsa para fora dos limites de reflexão geográfica o homem nas suas relações sociais, e com mais forte razão ainda, nas relações de produção. Além do mais, o “homem vidaliano” não habita as cidades, ele mora sobretudo no campo, ele é sobretudo o habitante de paisagens que seus ancestrais longínquos modelaram e organizaram” (LACOSTE, 2001, p.61).

O “homem vidaliano” é, portanto, apenas um habitante, não há uma caracterização dele em relação ao seu trabalho, gênero ou idade, por exemplo. Ao considerar a população somente em sua distribuição espacial, Vidal ignorava outras de suas características fundamentais. “Falava sobre a “evolução” do homem, mas nada dizia sobre o domínio de uns sobre os outros como uma injustiça, nada sobre as classes sociais que foram se formando, nada sobre alguns possuírem muito e outros muito pouco”, resume Campos (2015b, p.76), em sua breve análise de outra obra de Vidal, “Os princípios de geografia humana”, mas cujas críticas também servem para o Quadro de geografia da França.

Não obstante, por ser fruto da ancestralidade das paisagens moldadas por gêneros de vida transmitidos, o homem do Quadro é essencialmente um homem rural. Não é por acaso, pois, que assim escreve Vidal nos últimos parágrafos de sua obra:

Quando se produzem grandes revoluções econômicas, como aquelas que as descobertas do século XIX levaram aos meios de transporte, quais os habitantes do globo que poderiam estar satisfeitos por escapar às suas consequências? Elas atingem tanto a choça do camponês quanto a mansarda do operário. Elas repercutem nos salários, na venda de produtos agrícolas, na duração do trabalho rural. Tais transformações são de natureza capaz de provocar consequências que o espírito humano dificilmente pode medir [...] Pensamos também que as grandes mudanças de que somos testemunhas não alcançarão profundamente o que há de essencial em nosso temperamento nacional. A robusta constituição rural que o clima e o solo dão ao nosso país é um fato cimentado pela natureza e pelo tempo. Ele se exprime por um número de proprietários não igualado em parte alguma. Nisso reside, sobre isto se apoia uma solidez que talvez não se encontre em nenhum país no mesmo grau que no nosso, uma solidez francesa. Entre os povos de civilização industrial que nos são vizinhos, vemos hoje os habitantes retirarem cada vez mais sua subsistência do exterior; a terra, entre nós, permanece a nutridora de seus filhos. Isto cria uma diferença no apego que ela inspira (VIDAL DE LA BLACHE, 1999[1903], p.144-5).

Mesmo reconhecendo o impacto das “revoluções econômicas” pelas quais a França passou, Vidal corrobora que “a robusta constituição rural” propicia uma “solidez francesa”, corroborando dessa forma sua visão do caráter eminentemente rural do país. Assim, a terra permanece a nutridora de seus filhos na França, algo que é fixo e permanente, quase que imutável para o Vidal do Quadro; tanto que é assim que ele termina sua obra: “o estudo atento daquilo que é fixo e permanente nas condições geográficas da França deve ser ou deve tornar-se mais do que nunca o nosso guia” (VIDAL DE LA BLACHE, 1999[1903], p.145).

Em suma, portanto, ao reter suas atenções para as permanências e as fixidezes dos pays da França, Vidal procurava no Quadro remeter às origens históricas do território francês, descrevendo suas regiões nas relações expressas entre o homem e o meio pelos gêneros de vida, sem perder de vista, como, ao mesmo tempo, elas formam, em conjunto, uma personalidade geográfica. Ribeiro (2014b, p.1219) resume a questão: “Vidal s’insurge contre l’homogénéisation qui caractérise le monde urbain-industrial. Il défend la “France profonde” et ses régions pleines d’histoires et de géographies tout à fait spécifiques. C’est pour cela que Vidal de la Blache se trouve en phase avec le mouvement régionaliste. De même, le Tableau est glorifié comme l’une des plus grandes synthèses relatives à la France. Vidal loue le pays pour ce qu’il possède de plus précieux: la terre, la culture, le sol, le peuple”.

Entretanto, a despeito desse ser o foco de Vidal no Quadro, isso não significa que sua concepção de geografia encobria apenas aquilo que é permanente e fixo, ou somente os pays e as descrições regionais. De fato, como aponta Lacoste (2001), Vidal expande sua ideia de “geograficidade” entre o Quadro e A França do Leste, ou seja, examina outros fenômenos e

investiga outros fatores concernentes à geografia, para além de suas concepções do Quadro que o tornaram famoso. Além das permanências dos pays ruraux e antigos, Vidal também era sensível às mudanças que as regiões sofriam em virtude dos avanços dos meios de transportes e de comunicações, duas modificações típicas da modernidade (RIBEIRO, 2012).

Desse modo, como Ribeiro (2014, p.10) aponta: “é preciso ler Vidal de la Blache como um intérprete da modernidade, pois ele apreendeu como poucos a dinâmica destas mudanças: os transportes e as comunicações iam tecendo novas relações sociais possibilitadas pelas novas conexões entre os lugares”. De fato, Vidal, em sua aula inaugural em Nancy, ainda em 1873, dizia: “muitas causas favorecem o desenvolvimento das sociedades humanas na Europa. A principal delas foi estimular sua atividade, impor a si o exercício constante como se fora sua própria lei de existência; o signo do progresso consiste na ação cada vez mais sensível do homem sobre o mundo físico que o cerca” (VIDAL DE LA BLACHE apud LIRA, 2012b[1873], p.199), demonstrando como o progresso significava para ele o aumento da atividade do homem no meio, o que levava ao desenvolvimento da sua civilização; como concorda Lira (2012b, p.93): “o progresso, para Vidal, é impulsionado pela capacidade de trocas e de produzir os elementos de subsistência a excedentes a partir do meio. O meio cultivado, as técnicas construídas, desde que colocadas em movimento, geram um salto atroz no acúmulo das civilizações”. Ou seja, as técnicas construídas, quando colocadas em movimento, demonstram ainda mais esse progresso do homem sobre o meio, pois a circulação é um símbolo do desenvolvimento para Vidal: “três são os principais eixos de análise da geografia vidaliana e que compõem uma visão de progresso do mundo [...] história, circulação e adaptação” (LIRA, 2012b, p.172).

Ao considerar a circulação através dos avanços nos meios de transporte e de comunicação, Vidal passava a analisar as mudanças globais da sua época, num contraste claro com o exame das permanências regionais dos pays, presentes no Quadro. Todavia, antes mesmo de publicar o Quadro, em 1903, Vidal já estava ciente dessas transformações nas técnicas circulantes, pois conforme assinala na sua aula inaugural na Sorbonne em 1899:

É importante considerar as novas condições nas quais se exerce o trabalho geográfico. Elas se modificaram e ainda se modificam todos os dias. Por quê? Basta considerar o desenvolvimento das invenções que contribuíram para nos libertar dos velhos entraves de distância e de tempo. Sem dúvida, esta é a maior mudança já produzida nas relações entre a Terra e o homem. Sob nossos olhos, temos um mapa que, com as redes de comunicação nele indicadas, parecem dar uma imagem do domínio do homem sobre a Terra. Imaginemos, por exemplo, o telégrafo elétrico. Tal invenção tem feito mais pelo conhecimento da Terra que o fizeram, em seu tempo, o relógio de sol, a bússola e o astrolábio (VIDAL DE LA BLACHE, 2012[1899], p.71).

A libertação dos velhos entraves de distância e tempo só foi possível, portanto, por causa do avanço da velocidade dos meios de comunicação e de transportes, mudança que Vidal assistiu na virada do século XIX para o XX. Não só os telégrafos, mas também as ferrovias, os portos e, evidentemente, as grandes cidades e indústrias são adventos de seu tempo com os quais Vidal se espantava – basta lembrar sua admiração tanto na inauguração do Canal de Suez em 1869, quanto na viagem aos Estados Unidos em 1904 – mas os quais também Vidal incorporava em seu pensamento geográfico.

De fato, as diferenças entre as análises de o “Quadro de geografia da França” e de a “França do Leste” se encontram na incorporação da visão de Vidal acerca dessas mudanças engendradas, especialmente, pelo advento das cidades. Todavia, isso não significa, de modo algum, que Vidal se importou com os fenômenos urbanos e com as mudanças na relação entre distância e tempo apenas no final de sua carreira, quando da publicação da “França do Leste”, em 1917. Na verdade, três artigos podem ser destacados como exemplificadores dessa “passagem” do pensamento lablachiano do Quadro para a França do Leste; são eles: “As regiões francesas”, de 1910; “A relatividade das divisões regionais”, de 1911; e “A renovação da vida regional”, de 1917. Juntos, eles permitem compreender a forma como Vidal conjugava suas análises das permanências e do passado com aquelas relativas às mudanças e ao futuro, o que levava sua concepção geográfica não a uma contradição, mas a uma complementaridade, haja vista que, “para a Geografia, o tempo não é algo linear e evolutivo, mas uma coordenada complexa que admite permanências (os pays) e mudanças (as grandes cidades), sincronias e diacronias” (RIBEIRO, 2010, p.12).

Ozouf-Marignier e Robic (2007) analisam esse processo na trajetória de Vidal, no qual “por uma lenta deriva, vemos um modelo naturalista sendo erodido frente à onipresença da análise econômica: Vidal passa da ‘região natural’ a ‘região econômica’” (OZOUF-MARIGNIER, ROBIC, 2007, p.13). Em “As regiões francesas”, por exemplo, Vidal investiga, no terceiro tópico de seu artigo, a origem das regiões industriais demonstrando a relação dessas com as cidades: “esse trabalho de formação, esse progresso em direção à personalidade se traduz por um fenômeno em íntima relação com o desenvolvimento urbano, sem que, entretanto, seja necessariamente absorvido por uma cidade”, aponta Vidal (2012[1910], p.257), que na sequência desenvolve o conceito de nodalidade: “não saberia defini-lo melhor senão tomando por empréstimo de um geógrafo inglês, o Sr. Mackinder, uma expressão da qual faz afortunado uso: a de nodalidade. Toda cidade representa um nó de relações, mas há nodalidades de nível superior que ultrapassam o perímetro da própria cidade, tomando aí seu ponto de

partida e estendendo progressivamente seu raio de ação” (VIDAL DE LA BLACHE, 2012[1910], p.257).

Ou seja, as indústrias possuem uma íntima relação com a cidade, mas, por vezes, os nós que saem delas como centro se estendem para além do próprio perímetro de uma grande urbe. Daí que Vidal procura demonstrar a necessidade de uma nova organização espacial, pautando-se na sua ideia de região econômica, cujo núcleo se encontra numa cidade regional:

Vidal demonstra que, se a França quer salvaguardar sua posição na concorrência mundial, deve adotar uma nova estrutura. Diferente do clássico departamento e também da província do Antigo Regime, a região econômica se impôs. A conjunção da retração do espaço-tempo e das condições da produção do século XIX produziram uma sensível ruptura histórica nas últimas três décadas. A essa revolução deve corresponder uma nova forma de organização territorial. No seio deste projeto, uma região de um novo tipo, que muda de escala e que deve ser animada por uma metrópole, a “cidade regional”. Vidal forja, então, um novo conceito: o de “nodalidade” (OZOUF-MARIGNIER, ROBIC, 2007, p.11).

Conforme o próprio Vidal assinala, a cidade regional possui uma importância ímpar, pois “ela representa, assim, uma dessas nodalidades de ordem superior que servem como intermediários entre a área que elas fazem prosperar e os mercados externos. Esse papel exige um conjunto de condições geográficas, e mesmo históricas, que só se encontram reunidas em determinados pontos” (VIDAL DE LA BLACHE, 2012[1910], p.265).

As cidades regionais são, portanto, poucas, porém essenciais no território francês, haja vista que se configuram como o ponto fundamental de trocas com o mercado externo. Por isso Vidal aponta também a importância das estradas: “cidades e estradas são as grandes pioneiras da unidade – elas criam a solidariedade das regiões [...] Nas condições econômicas do mundo atual, esse papel se precisa e se define” (VIDAL DE LA BLACHE, 2012[1910], p.264); e, não obstante, dos oceanos: “ora, o grande mercado, inesgotável e fecundo em promessas de futuro é aberto pelo Oceano” (VIDAL DE LA BLACHE, 2012[1910], p.269).

Vidal termina então seu artigo defendendo como a especialização das regiões com um centro numa cidade regional e com base em suas funções econômicas é mister para a França:

Na França, esqueceu-se de organizar a vida regional. Quanto a nós, temos fé suficiente no poder das razões econômicas para acreditar que a necessidade de um organismo apropriado, isto é, de agrupamentos regionais acabará por se impor [...] O poder do Estado, exercendo-se sem intermediário sobre o departamento, é um contrassenso na vida moderna. Frente a um formalismo administrativo, para o qual toda iniciativa regional é uma usurpação, ergue-se um espírito chauvinista que tudo sujeita à sua medida. Foi-se o tempo de procurar na centralização política o segredo da força. Seria muito prudente substituir um mecanismo tenso e rígido por um organismo mais flexível, tomando da vida um pouco da força de resistência que ela concede a todas as suas criações (VIDAL DE LA BLACHE, 2012[1910], p.274).

É nesse sentido que podemos afirmar a íntima relação que se forma entre a geografia vidaliana e o movimento regionalista da França de sua época (BERDOULAY, 2017). Ao afirmar que o “poder do Estado” é um “contrassenso na vida moderna”, Vidal faz a sua defesa

de um “organismo mais flexível”, o qual seria mais apto à modernidade e cujo centro deveria se localizar em uma cidade regional:

Les régions, déjouant la centralisation imposée, s'étaient affirmées. Pour Vidal, un grand nombre de phénomènes attestaient du dynamisme actuel des régions françaises: la multiplication des associations régionales vouées à la promotion industrielle, commerciale et agricole; la réorganisation en cours du transport fluvial et ferroviaire dans la grande région de Lyon, en Meurthe-et-Moselle et dans la Loire; l'essor des littératures et des mouvements politiques régionaux. Mais parmi tous, il retenait surtout l'impact de la grande industrie qui élargissait considérablement l'échelle des phénomènes économiques (MERCIER, 2001, p.400).

Em suma, portanto, para Vidal, a descentralização é um emblema da modernidade. Nesse contexto, urgia, então, a reorganização regional tal como advogada pelo movimento regionalista: “ainsi, en encourageant sa propre transformation, la France ne faisait qu'assumer sa part du destin humain. À l'inverse, refuser cette évolution eût été, d'après Vidal, un refus coupable d'assumer la responsabilité de la France dans la marche de l'humanité” (MERCIER, 2001, p.400)

De modo similar, em “A relatividade das divisões regionais”, Vidal busca demonstrar a necessidade dessa nova divisão administrativa para a França que, segundo ele, não pode mais se pautar nas regiões naturais ou nos pays: “quis-se buscar, nas regiões naturais e nos pays, o princípio das divisões e das subdivisões administrativas. Mas é pena que o elemento humano, com sua inquietude e sua perpétua busca pelo melhor, não se deixa encerrar em molduras fixas. O homem não é uma planta escrava do meio onde ela deitou raízes. Ele obedece ao instinto progressivo que é a própria vida das sociedades”, aponta Vidal (2012[1911], p.279).

Assim, de acordo com La Blache, o “instinto progressivo que é a própria vida das sociedades” fez com que novas formas de concentração e, por conseguinte, de divisões regionais emergissem, pois, “por um lado, não existe mais isolamento depois da revolução dos transportes; por outro, produzem-se novos fenômenos de “concentração”, tais como a metropolização (concentração demográfica em determinadas grandes cidades e incremento de seu papel) e as concentrações urbanas e econômicas (regiões de cidades ou de portos) rompendo com a regularidade dos espaçamentos e das antigas dimensões territoriais – como os departamentos” (OZOUF-MARIGNIER, ROBIC, 2007, p.12).

Desse modo, Vidal procura demonstrar como a regionalização não ocorre mais devido à homogeneidade dentro de uma região, mas sim por causa da solidariedade entre as regiões. É nesse sentido que, “il renouvelle en conséquence la notion de région: celle-ci n'est plus caractérisée par son homogénéité interne, mais par sa capacité à se lier à la extérieur grâce à l'intensité de son rayon d'influence” (RIBEIRO, 2014b, p.1229); ou, conforme o próprio:

Acima de tudo, a troca se estabelece pelo contato com as regiões vizinhas e contíguas; ela se nutre das diferenças que as distinguem. O princípio de agrupamento não é mais fundado sobre a homogeneidade regional, mas sobre a solidariedade entre regiões diversas. É uma combinação e, por isso, um progresso; algo como um buquê em relação a uma simples flor. À medida que se torna mais contínuo e mais íntimo, esse contato coloca em ação um novo ciclo de fenômenos geográficos. Faz nascer a necessidade de estradas, mercados permanentes, depósitos; criações que se imprimem no solo e fixam as correntes de circulação. Desses elementos se constitui, pouco a pouco, pela divisão do trabalho, pela reunião de recursos e o concurso de aptidões diversas, algo que se tornará um órgão essencial na evolução posterior das sociedades: a cidade [...] De fato, o desenvolvimento das cidades é, sobretudo, obra do comércio: um sítio urbano corresponde a um lugar de troca (VIDAL DE LA BLACHE, 2012[1911], p.280-1).

A cidade é, portanto, “um órgão essencial na evolução posterior das sociedades” e, não obstante, é ela que promove a solidariedade entre as regiões, quando sua nodalidade ultrapassa o seu próprio perímetro, tendo, assim, um raio de ação regional. Em outros termos, as cidades aumentam seu escopo de ação, conforme crescem as trocas, o que altera, por sua vez, as divisões regionais. Conforme Vidal (2012[1911], p.285) diz:

Em função das comunicações, o organismo econômico deixou de ser exclusivamente urbano para tornar-se regional. Ele estendeu progressivamente sua auréola. Interesses de todo um grupo de departamentos e semidepartamentos gravitam em torno da cidade-mestra que, retendo para si a função mais elevada e o impulso diretor, é tão essencial ao seu entorno quanto este o é para ela mesma. Esses progressos são o resultado geográfico de múltiplas causas, no fundo das quais encontra-se a revolução efetuada pelos transportes. Muitos recursos do solo permaneciam inúteis, energias latentes esperavam apenas este sinal para emergir. A cidade que chamarei regional promove tudo isso, se ele estiver à altura de seu papel. Ela é o núcleo no qual se acumula a força de impulso. É pela atração que ela exerce em torno de si que se mede a extensão da região que lhe deve ser atribuída. Assim submetidas, como todas as coisas, às leis da evolução, as divisões regionais se desfazem e se recriam segundo as mudanças produzidas nas relações entre os homens.

Pode-se perceber como para Vidal a cidade regional se assemelha a um organismo que se expande e se emancipa de seu meio conforme aumenta as suas trocas. De acordo com Archer (1993, p.507-8): “the role of the natural environment in stimulating the evolution of social organisms thus narrows to the extent that that of social relations expands [...] In Vidal’s terms, this is a very similar process involving two intimately interrelated processes: (1) the expansion of internal circulation and (2) the role of economic ‘revolutions’”. Assim, “a cidade é relativamente independente do meio geográfico justamente pela alta capacidade de circulação. Ela faz convergir pelas redes elementos novos, estranhos ao sítio. E a argamassa de culturas só pode se fundir nas cidades sendo elas, portanto, o princípio da construção nacional e do imperialismo dos Estados” (LIRA, 2012b, p.135).

Desse modo, como Ribeiro (2012) constata, Vidal identifica a emergência das grandes cidades como um símbolo, uma espécie de emblema dos grandes Estados imperiais. Não é a toa que, apresentando os relatos de Vidal da sua viagem para os Estados Unidos em virtude do VIII Congresso Internacional de Geografia em Washington, Ribeiro (2012, p.157) assinala que,

para Vidal, “na comparação com a Europa, temos a nítida sensação de que, enquanto esta representa o passado, a tradição e as mudanças lentas, os Estados Unidos incorporam a rapidez, as técnicas, o futuro”.

A visão de Vidal acerca das mudanças que a modernidade engendrou no território estadunidense pode, portanto, ter contribuído para a modificação de seus critérios de regionalização (OZOUF-MARIGNIER, ROBIC, 2007). Ribeiro (2012) caminha nessa direção, quando nota que “três aspectos são cruciais, reveladores da sensibilidade de Vidal diante de como a modernidade se expressava nos Estados Unidos: (i) as grandes cidades enquanto “regiões urbanas”; (ii) a existência de “cidades mundiais”; (iii) a “concentração” como arranjo espacial típico do americanismo” (RIBEIRO, 2012, p.160); mas também Claval (2011, p.268) que afirma algo similar: “trois aspects ont à cet égard frappé Vidal : a) le rôle du chemin de fer, b) la capacité que montre la société américaine à imaginer et à mettre en oeuvre des combinaisons à des échelles que nul n’avait encore envisagées, c) la nouvelle trame des établissements humains, qui ignore le village et le bourg et multiplie les responsabilités des villes”. Em suma, pois: “Vidal constataria que as enraizadas estruturas rurais francesas também começavam a ser revolvidas, conformando-se em matéria constante até sua morte em 1918: o impacto geográfico da urbanização e da modernização do território francês, discutido com apuro nos anos 1910, 1911, 1916 e 1917” (RIBEIRO, 2012, p.160).

De acordo com o próprio Vidal, em artigo que relata suas experiências na viagem para o Congresso nos Estados Unidos: “la personnalité de ces grandes cités américaines est difficile à saisir; c’est moins une ville qu’une région urbaine, un amalgame dans lequel plusieurs villes coexistent en une seule [...] Çà et là des étendues vides donnent une impression d’inachevé, d’une croissance gauche et trop rapide d’adolescent. Le genre de beauté que nous recherchons dans nos villes d’Europe manque à ces nouvelles venues” (VIDAL DE LA BLACHE, 1905 apud SANGUIN, 1993, p.201).

Assim, como resumem Ozouf-Marignier e Robic (2007, p.14): “a reflexão sobre a região natural se esvai. Os artigos mais tardios e o livro dedicado a *La France de l’Est* consagram a região econômica como uma nova entidade, fundada sobre um feixe de atividades agrícolas ou industriais especializadas e sobre sua organização por uma metrópole”. Antes, porém, de publicar “A França do Leste”, Vidal mantém o teor de sua análise no artigo “A renovação da vida regional”, ao defender que: “pelo clima, pelo solo, a França é o país das diversidades, assim como o é também pela composição dos povos que nela se encontram [...] Assim, a

despeito da centralização administrativa, jamais a vida regional foi extirpada de nosso solo” (VIDAL DE LA BLACHE, 2012[1917], p.316).

Neste artigo, Vidal incorpora outros fatores que, segundo ele, formariam uma “linha de apoio”, isto é, uma sucessão de auxílios aos interesses das cidades regionais:

Quando os negócios crescem, é preciso o apoio do dinheiro. Para as empresas nascidas localmente, nutridas por esses próprios locais, o auxílio financeiro só pode provir de bancos situados de modo a sustentar as oportunidades, a seguir as flutuações, a conhecer o valor das pessoas: o crédito deve estar disponível, no próprio local [...] A cooperação do dinheiro é apenas uma parte do auxílio que as empresas suscitarão. Deve-se levar em conta também a cooperação da ciência [...] O Estado, com seus engenheiros, presta auxílio aos diferentes serviços onde os interesses regionais se confundem com aqueles da nação (VIDAL DE LA BLACHE, 2012[1917], p.322-4).

Dos bancos à ciência, do Estado aos engenheiros; todos deveriam se unir para defender os interesses regionais – onde esses fossem os mesmos que os da nação. Ideia similar Vidal defende em 1916, num artigo chamado “Evolução da população na Alsácia-Lorena e nos departamentos limítrofes” que antecipa suas ideias presentes no livro publicado no ano seguinte. Nesse artigo, Vidal começa descrevendo a região de Alsácia e Lorena, remetendo a “circunstâncias” que afetaram os movimentos de sua população. Implicitamente, portanto, Vidal se refere à guerra franco-prussiana de 1870:

A região representada é uma daquelas que, há aproximadamente meio século, experimentou mais vivamente as transformações de ordem política e econômica produzidas no mundo. Recentemente, essas mudanças não fizeram senão acelerar sua velocidade, e é pouco provável que, por um bom tempo, ela venha a diminuir. Pois bem, a influência dessas mudanças sobre os movimentos da população é contínua e profunda. Segundo o gênero de vida predominante (agrícola ou industrial) ou determinada forma de indústria (esparsa ou concentrada), ocorre uma adaptação diferente dos agrupamentos humanos. Deslocamentos de longo ou curto alcance são produzidos. Quando se poderia crer que a população estava mais ou menos fixada em seus limites, aparecem novas condições que colocam tudo em questão. Isso faz lembrar o maquinismo, a fábrica, a locomotiva ou a mina, elevando-se como um sopro que repõe em movimento, para novamente agregá-las, as moléculas humanas. Essas circunstâncias afetaram por diversas vezes e continuam a afetar, particularmente, a região que nos diz respeito (VIDAL DE LA BLACHE, 2012[1916], p.289).

Segundo Campos (2014b), em sua “Breve análise de A França do Leste, de Vidal de la Blache”, nesse artigo do ano anterior ao livro, Vidal foi tão implícito ao se referir à Guerra de 1870 que escreve apenas uma vez o termo “Alemanha”. Não obstante, escreve justamente quando relata as consequências do Tratado de Frankfurt – o acordo, assinado em maio de 1871, que selou o fim do conflito franco-prussiano – para a região de Alsácia-Lorena¹². Depois de falar do crescimento da região e do papel das ferrovias para tanto, Vidal assinalou: “tais

¹² Conforme relata Campos (2014b, p.181), explicando o significado da expressão ‘Alsácia-Lorena’: “Na guerra franco-prussiana, os germânicos exigiram a anexação dos dois departamentos [Haut-Rhin e Bas-Rhin, localizados na Alsácia] ao Reich e também a parte de Lorena que falava a língua germânica. Em 11/05/1871, a Alsácia-Lorena (termo que designava o conjunto submetido à dominação alemã de 1871 a 1918 e, depois, de 1940 a 1944) tornou-se oficialmente alemã”.

observações eram necessárias para compreendermos o êxodo industrial que se seguiu imediatamente ao Tratado de Frankfurt – que nos talhou diretamente na carne. A unidade econômica da região foi rompida. Separados dali em diante, não deviam os dois fragmentos buscar, um na Alemanha, outro na França, suas condições de existência?” (VIDAL DE LA BLACHE, 2012[1916], p.308). A perda da Alsácia-Lorena, segundo Vidal, causou, pois, um êxodo industrial “que nos talhou diretamente na carne”, ou, noutras palavras, a derrota na guerra franco-prussiana foi muito sentida pelos franceses.

É nesse momento então que Vidal começa a argumentação que também será a tônica de A França do Leste. Logo na sequência assinala: “porém, nessa separação, a parte que coube à França – delimitada por mãos sábias – parecia incapaz de sustentar, sozinha, o desenvolvimento industrial do qual ela havia usufruído [...] Na região do Mosela, foram os centros metalúrgicos mais prósperos que passaram ao estrangeiro: o que nos restou, senão migalhas?” (VIDAL DE LA BLACHE, 2012[1916], p.308), argumentando que a perda da Alsácia-Lorena fez com que para a França sobrassem apenas “migalhas”. Entretanto, algumas páginas adiante, faz uma importante ressalva: “a crise que de súbito rompeu o desenvolvimento, já tão avançado em 1870, não conduziu, como se podia reear, a uma ruptura definitiva de trabalho, ideias e interesses que, dali por diante, seguiam vias divergentes. Através dos ramos que cresceram vigorosamente, a árvore mutilada renasceu” (VIDAL DE LA BLACHE, 2012[1916], p.310). Ou seja, de forma tácita, Vidal defende que a Alsácia-Lorena ainda pertencia à França, pois “a árvore mutilada renasceu” e, “pode-se, então, afirmar que continuavam com o mesmo gênero de vida, um gênero francês e que, portanto, era à França que a região pertencia” (CAMPOS, 2014b, p.178). Para terminar o artigo, Vidal é categórico: “foi assim que uma espécie de continuidade regional pôde sobreviver à separação política” (VIDAL DE LA BLACHE, 2012[1916], p.312).

O artigo de 1916 de Vidal antecipa, desse modo, algumas das principais ideias – e práticas – defendidas pelo autor em A França do Leste, as quais, grosso modo, foram resumidas por Ozouf-Marignier e Robic (2007, p.13):

La France de l'Est constitui um ensaio de Geografia regional, analisando um front geopolítico conflituoso no momento da própria redação do livro. Segundo Vidal, a Alsácia-Lorena é um grande espaço político que foi integrado há muito tempo à nação francesa, de acordo com um modelo de adesão pacífica, oposto ao sistema coercitivo alemão. De início é apresentado o quadro natural. O quadro histórico analisa esta incorporação suave. Em seguida é mostrado o papel específico da região como intermediária entre a Europa Ocidental e a Europa Central. Adiante, Vidal detalha a vida econômica e a organização interna, dominadas pela existência de regiões industriais têxteis, do carvão e do ferro, e por sua estruturação em regiões econômicas modernas sob o domínio das grandes cidades. A reunificação deste grande espaço e

sua incorporação à França Maior (metrópole e império colonial) trará novos problemas de adaptação.

Analogamente, Campos (2014b, p.176) sintetiza: “no texto do livro “A França do Leste”, onde não deixavam de figurar seu patriotismo e seu engajamento na empreitada colonial, procurou demonstrar as diversas afinidades entre Alsácia, Lorena e França, e as divergências das duas primeiras com o Império Alemão”. Porém, “em nenhum momento reivindicou abertamente, para a França, as áreas da Alsácia e da Lorena tomadas pela Alemanha, mas deixou claro que elas pertenciam aos franceses” (CAMPOS, 2014b, p.179).

Então, em sua breve análise dessa obra lablachiana, Campos (2014b) irá dissecar as ideias teóricas e as propostas práticas de Vidal, explicitando-as. Tendo em vista essa aparente contradição da “defesa implícita” de Vidal – na qual ele defende francamente o pertencimento da Alsácia-Lorena à França, sem, contudo, reivindicar sua posse da mesma maneira –, Campos (2014b) ressalta duas justificativas utilizadas por Vidal em sua argumentação: o papel da Revolução de 1789 na formação de uma personalidade regional para essa região; e o desenvolvimento econômico da Alsácia e da Lorena antes de 1870.

Desse modo, “la fonction implicite de ces réflexions est sans doute d’introduire l’idée que cette “contrée” qu’est la France de l’Est existe toujours, en dépit de la frontière qui la partage depuis 1871 [...] les facteurs économiques l’emportent dans ce cas sur les facteurs politiques (LACOSTE, 1994, p.XXI-II). Desapareceram momentaneamente, então, os aspectos geológicos para dar lugar aos aspectos políticos, a um espírito regional derivado da participação no conflito interno francês, que Vidal exemplifica: “assim, tanto na guerra quanto na paz, se afirma uma personalidade regional que, com plena consciência dela mesma, tem livremente anunciado sua adesão à grande pátria. Ela tira sua força tanto do passado quanto do presente” (VIDAL DE LA BLACHE apud CAMPOS, 2014b[2927], p.189-90).

Da mesma forma: “no capítulo décimo terceiro, chamado “Organização Econômica da França de Leste antes de 1870”, Vidal continuou a demonstrar que o crescimento das indústrias (assim como em outras regiões francesas) começou antes da anexação” (CAMPOS, 2014b, p.192), e complementa com um exemplo de Vidal: “às vésperas da guerra de 1870, a indústria mineira estava em pleno crescimento em nosso departamento de Mosela” (VIDAL DE LA BLACHE apud CAMPOS, 2014b[1917], p.193).

Todos os argumentos elencados por Vidal visavam, portanto, defender o pertencimento de Alsácia-Lorena à França, mas não apenas isso, procuravam também mostrar as parecenças entre as regiões e o país, e, em oposição, negá-las em relação à Alemanha. “Segundo Vidal, a Alemanha, apesar da semelhança de línguas, diferia da Alsácia e que esta não diferia menos de

Lorena (de língua francesa), mas que, entre as duas últimas, a aproximação e a fusão eram operadas sem dificuldades, sem abalos”, relata Campos (2014b, p.194), mostrando como Vidal contra-argumentou com o fato de que em algumas partes da Alsácia-Lorena se falava alemão, não francês. Não obstante, “Vidal não via problema no uso de dialetos (existiam em diversas regiões do país), mas discordava do fato de deixar a alemã o papel de língua oficial em grande parte dos atos públicos [...] não poderia, sob o pretexto das línguas, armar povos contra povos” (CAMPOS, 2014b, p.186). Ou seja, a língua não poderia ser, para Vidal, o critério do pertencimento da Alsácia-Lorena à França, mas sim a história; tanto que, no capítulo XIX de A França do Leste, chamado “A questão da fronteira na França do leste”, Vidal “não tratou precisamente da nova fronteira de 1871, e sim da de 1814 e 1815” (CAMPOS, 2014b, p.198), referindo-se às delimitações fronteiriças impostas à França pelo Tratado de Paris em 1814 e pelo Congresso de Viena em 1815, que marcaram o fim do período napoleônico (1804-1814). Em suma, portanto, “la thèse principale de Vidal est que l’Alsace et le nord de la Lorraine sont profondément devenus français (bien que de culture germanique) du fait de leur participation extrêmement active à la Révolution de 1789” (LACOSTE, 1994, p.XVI).

Em dois capítulos anteriores, o VII - A hegemonia alemã e o XVIII - Sobre o princípio de agrupamento na Europa Ocidental, Vidal começa a explicar sua posição contrária ao expansionismo alemão e, ademais, promove, ao mesmo tempo, uma análise de sua época, na qual incorpora outros países como atores fundamentais. De acordo com Campos (2014b, p.195), Vidal “acusava a Alemanha de estar agindo fora dos princípios políticos de “cunho civilizatório” da Europa, se opunha aos métodos germânicos de extensão territorial, de poderio militar e de exploração de recursos naturais, além de ver uma possibilidade de uma aliança continental com as forças do leste e do oeste do continente. Em sua análise, colocou um ator temido por Mackinder: a Rússia, se opondo a isolá-la, conclamando-a a participar da ‘comunidade europeia’”. Vidal invoca, uma vez mais, as ideias de Mackinder¹³ – assim como já fizera antes, em 1910, no artigo “As regiões francesas”, ao utilizar-se do conceito de nodalidade mackinderiano –, para analisar as posições geopolíticas dos países europeus no contexto da primeira guerra mundial (1914-1918). Nesse momento, Vidal age não só como um geógrafo político, mas também como um geopolítico a serviço do Estado francês (COSTA, 1992; PEREIRA, 2002). Ele é eloquente, ao dizer:

Diante do espetáculo desses formigueiros humanos, dessas cidades por todos os lados aumentando, sucede ao observador de se perguntar se não estaria assistindo a

¹³ O inglês Halford John Mackinder (1861-1947) foi responsável direto pelo processo de institucionalização da geografia na Inglaterra ao ser professor em Oxford e Londres, além de criar uma teoria a respeito do poder terrestre, cuja pedra angular se encontrava no seu conceito de Heartland ou Pivot Area (COSTA, 1992, MORAES, 2018).

formação de alguma coisa nova, de um Estado ultrapassando os quadros que a história parecia ter destinado à maioria dos Estados da Europa, capaz de disputar, um dia, mesmo com a Rússia, a vantagem da extensão. Se esse pensamento viesse a acometer o espírito do visitante, considere se ele se arraigasse no espírito da Alemanha! O crescimento no sentido material, a extensão, Raum, segundo a expressão de seus teóricos de geografia política, é a medida da vitalidade e da saúde de um Estado. Se, portanto, a Grã Bretanha, a França, a Rússia encontraram na África e na Ásia seu campo de expansão, o da Alemanha está principalmente designado em seu entorno imediato: ele consiste em uma clientela unida por uma estreita combinação de interesses à ascendência de sua força (VIDAL DE LA BLACHE apud CAMPOS, 2014b[1917], p.195).

Algumas páginas adiante, Vidal é bastante claro ao defender que “a noção de grupos tende a substituir à noção de Estado na condução dos assuntos mundiais” (VIDAL DE LA BLACHE, 2012[1917], p.456). Nesse momento, já não analisa mais especificamente o leste da França, com as regiões de Alsácia e Lorena, mas se refere, na verdade, ao jogo geopolítico das potências no começo do século XX. Concomitantemente, enfatiza, por um lado, a necessidade dos Estados europeus possuírem colônias em outros continentes; enquanto, por outro, rechaça a posição expansionista da Alemanha dentro da Europa, a qual deve ser combatida através da formação de grupos – aonde a Rússia tem um papel primordial.

De fato, esse duplo movimento de Vidal é explícito, pois ele aponta que “a guerra deu início à refutação; as obras de paz devem termina-la. A partir de então, grandes tarefas se apresentarão. A França terá de prestar contas perante o mundo pelos recursos naturais que já possui e por aqueles que tem a legítima ambição de adquirir. Seria injustiça supor que ela possa falhar nessa tarefa” (VIDAL DE LA BLACHE, 2012[1917], p.460) e, logo na sequência, conclui: “o perigo que ameaçou a Europa implica mais de uma lição. Entre outras coisas, ele nos aponta a necessidade de uma Europa organizada sobre bases mais largas, numa harmonia mais bem regrada as forças do Leste e do Oeste” (VIDAL DE LA BLACHE, 2012[1917], p.460). A “legítima ambição de adquirir” recursos naturais pelo mundo demonstra sua defesa do colonialismo francês e, outrossim, o “perigo que ameaçou a Europa” retrata sua visão do expansionismo alemão como uma ameaça. Em suma, portanto, “defendia que os principais Estados europeus não deveriam possuir colônias no próprio continente (principalmente por causa da anexação de Alsácia e Lorena) e, ao mesmo tempo, que estavam incumbidos de explorar áreas de outros continentes” (CAMPOS, 2014b, p.203).

Na verdade, Vidal varia o tom do seu discurso, pois, se para reivindicar novamente a posse de Alsácia-Lorena para a França Vidal age de forma tácita; para combater o expansionismo alemão, entretanto, ele atua de modo oposto, com extrema veemência¹⁴:

¹⁴ Outro exemplo da intensidade com que Vidal combate o expansionismo alemão pode ser encontrado numa passagem de “Sobre o princípio de agrupamento na Europa Ocidental” que começa assim: “Como Deus tentado no cume da montanha, a Alemanha viu o desenrolar de enormes perspectivas; contudo, diferentemente de Deus,

A Alemanha gosta de praticar na indústria a manobra envolvente que é sua tática favorita na guerra. Pelo crescimento enorme de sua produção hulhífera e dos meios de transporte colocados a seu serviço, pelas ligações de interesses que seus bancos comerciais conseguem “fechar” [contratar] mesmo fora da Alemanha, pela produção excessiva de engenheiros que suas Escolas Técnicas colocam no mundo, ela prepara o terreno para o ataque direto que executam suas poderosas associações industriais, agrupadas em trusts para a resistência e, sobretudo, para a conquista. Foi assim que gradualmente, metodicamente, ela continuou na Alsácia-Lorena o assédio da indústria local [...] Erigir a Alsácia-Lorena em fortaleza da indústria alemã é um dos artigos do programa das ambições do Império; programa de cobiça convertido em necessidade pelo impulso sem medida impresso à produção industrial (VIDAL DE LA BLACHE apud CAMPOS, 2014b[1917], p.199).

Vidal via, portanto, a Alemanha como uma grande inimiga dos interesses franceses e sabia que “a preponderância econômica da Alemanha se deve à exploração intensa de recursos minerais, o sustentáculo de sua pujança militar” (VIDAL DE LA BLACHE, 2012[1917], p.462). Ao mesmo tempo, defendia que “se a Alemanha é central em relação à Europa, a Rússia o é em relação a essa parte incomparavelmente mais vasta da Ásia que podemos designar por uma expressão que os geógrafos, com razão, tomaram de empréstimo dos geólogos: a Eurásia [...] Interessa à Rússia facilitar o concurso dos Estados da Europa Ocidental e vice-versa. Os indícios de uma fecunda cooperação recíproca já se anunciam diante do fracasso das armas” (VIDAL DE LA BLACHE, 2012[1917], p.463). Entretanto, a “fecunda cooperação recíproca” apontada por Vidal entre a Rússia e os Estados da Europa Ocidental não viria a acontecer tão cedo, pois “mal sabia ele que alterações significativas iriam ocorrer, no mesmo ano da publicação de seu livro, no Império Russo”, aponta Campos (2014b, p.198), referindo-se à Revolução Russa de 1917.

Por fim, Vidal termina seu livro com um capítulo cujo título é taxativo: “Nossas colônias”. Nele, “fez referências às colônias africanas e asiáticas da França, do mesmo modo que sempre tratou esse assunto: “nossa” África do Norte, “nossa” Conchinchina. Por causa da guerra na Europa, pediu atenção sobre a atitude das colônias para com a metrópole, pois a França havia utilizado de contingentes “coloniais” tanto nos campos de batalha quanto nas indústrias da guerra” (CAMPOS, 2014b, p.201). Após analisar as principais áreas dominadas pela França, visando, evidentemente, um melhor domínio e exploração por parte da metrópole, Vidal não é menos categórico para concluir: “este Império Colonial merece ocupar a atenção e os esforços, não de alguns especialistas, mas da França inteira. Ele representa nosso futuro no mundo” (VIDAL DE LA BLACHE apud CAMPOS, 2014b[1917], p.201).

ela cedeu à tentação. Pareceu-lhe que a expansão, a força, com tudo o que ela implica, eram as condições necessárias para uma exploração mais completa e mais intensa dos recursos cuja imensidão se revelava [...] Depende de nós desmentirmos essas propostas tendenciosas” (VIDAL DE LA BLACHE 2012[1917], p.459-60).

“Nosso futuro no mundo”, diz ele, referindo-se às colônias da França. Junto com a sua defesa da volta da Alsácia-Lorena para a posse francesa e de sua análise do expansionismo alemão conjugado com os blocos mundiais, a visão colonialista de Vidal faz de *La France de l’Est* uma grande obra de geopolítica. Nela, todos os argumentos parecem se associar em prol dos interesses do autor, que, não por coincidência, são os mesmos que os do Estado francês. “O que nos restou senão migalhas?”, indignava-se. No entanto, para ele, os laços econômicos entre Alsácia e Lorena seriam fortes o suficiente para que uma espécie de “continuidade regional pudesse sobreviver à separação política”. De maneira semelhante, ao abordar as colônias ele é categórico: face aos “desafios econômicos”, há que se tirar “todo proveito possível” de seus territórios”, conclui Ribeiro (2011, p.5). Desse modo, direta ou indiretamente, Vidal advoga em prol dos interesses do Estado francês, uma vez que há uma espécie de revanchismo no ar e, assim, “La France de l’Est marque le point ultime de l’évolution de la pensée géographique de Paul. Nul ne saura si ce livre a été écrit à la demande du gouvernement ou s’il s’agit d’une initiative personnelle de sa part. Les français savent parfaitement les raisons pour lesquelles l’Alsace et la Lorraine doivent revenir à la France. La défaite de 1870-1871 doit être vengée” (SANGUIN, 1993, p.283-4).

Seria um erro, contudo, considerar que a geografia política foi “incorporada” no pensamento de Vidal apenas no fim de sua carreira, quando da publicação de *A França do Leste*, um ano antes de sua morte. Na verdade, em 1889, quando Vidal ainda era professor em Nancy, ele publicou um livro chamado *États et Nations de l’Europe autour de la France*, que rechaça essa ideia, uma vez que já apresentava aspectos geopolíticos do pensamento lablachiano. Segundo Pereira (2012, p.347): “Estado e Nações da Europa em torno da França... O que seria o livro, afinal, se não uma leitura geográfico-política da posição francesa no continente europeu? Não escapava a Vidal, certamente, a circunstância ao mesmo tempo atlântica, continental e mediterrânea de sua pátria, envolvida por cinco ou seis Estados diferentes”. Nessa obra, Vidal analisa os países em torno da França, como Suíça, Holanda, Inglaterra, Escócia e Irlanda, além de tratar do processo de unificação da Alemanha e da Itália. Ao tratar da questão entre língua e nacionalidade, afirma: “a língua é uma parte do patrimônio nacional. Por vezes é tudo que dele permanece. Ela representa, assim, as lembranças do passado e as esperanças do futuro [...] Mas a palavra nacionalidade exprime outra coisa, e mais do que um simples aspecto de linguagem” (VIDAL DE LA BLACHE, 2012[1889], p.363); e passa então a analisar as diferentes “nacionalidades” da Europa, mas antes define que “uma nação é um ser moral. A natureza e as combinações da política preparam, a história cimenta essas associações que

denominamos nações ou povos, mas elas vivem de lembranças, de ideias, de paixões, e mesmo de preconceitos tornados comuns” (VIDAL DE LA BLACHE, 2012[1889], p.363-4), numa aproximação curiosa com o conceito de “consciência coletiva” durkheimiano (DURKHEIM, 2010[1893]).

É em Ratzel, porém, que Vidal encontra uma influência para *États et Nations*: “embora apresente características originais e distintivas, *États et Nations* não poderia deixar de apresentar, como qualquer obra geográfica francesa da época, um fundo ratzeliano. Este residiria, em grande medida, numa formulação das mais caras ao geógrafo alemão: a noção de posição (*lage*), ressignificada a partir de uma ideia de Karl Ritter” (PEREIRA, 2012, p.346). As ideias de Ritter¹⁵, conforme aponta Claval (2007), influenciaram La Blache nas bases de sua construção teórico-epistemológica para a geografia – tanto que, de acordo com Ribeiro (2014), trata-se do autor mais citado por Vidal em “Princípios de Geografia Humana” de 1921 e na coletânea “Vidal, Vidais” de 2012, seguido pelo próprio Ratzel.

Não obstante a publicação de *États et Nations* ainda no começo da carreira de Vidal, ideias de geografia política permearam o seu pensamento durante toda a sua trajetória, tanto antes quanto “depois” de *A França do Leste*. Por exemplo, em 1902, num artigo chamado “Estradas e caminhos da antiga França”, Vidal diz: “a França é uma zona onde as partes estão naturalmente em relação, cujos habitantes aprenderam desde cedo a se frequentar e a se conhecer. E se as relações cômodas se formaram entre eles, é porque as condições geográficas não apenas permitiram, mas também provocaram” (VIDAL DE LA BLACHE, 2012[1902], p.225-6), numa ideia próxima aos gêneros de vida e às descrições do *pays* presentes no *Tableau* publicado no ano seguinte. Já nos *Principes de la géographie humaine*, a obra póstuma de Vidal, publicada por De Martonne em 1921, ele retoma algumas ideias desenvolvidas em *La France de l'Est*: “a França, mais experimentada ainda após a guerra de 1870 que lhe havia mutilado o território nacional, teve de reconstituir, em vista da nova fronteira, todo o sistema de circulação, de adaptar e ligar de novo as suas linhas de caminhos-de-ferro, os seus canais; e tal como numa carne golpeada as fibras tendem a unir-se, a França procurou cicatrizar assim as suas feridas” (VIDAL DE LA BLACHE, 1954[1921], p.327).

De tudo isso, conclui-se que, a despeito dos “mitos” em torno de sua obra, Vidal foi sim um geógrafo político (RIBEIRO, 2014), pois “se não era um expedicionário, não restam dúvidas

¹⁵ Carl Ritter (1779-1859), ao contrário de Friedrich Ratzel (1844-1904), não foi um contemporâneo de La Blache (1845-1918). Assim como Alexander von Humboldt (1769-1859), Ritter nasceu na Prússia e foi geógrafo e naturalista. Juntos foram os responsáveis pela “gênese da geografia moderna” (MORAES, 1989).

que os documentos e as ações militares atraíam a atenção de Vidal”, aponta Ribeiro (2010b, p.5). O mesmo autor encerra a questão da geopolítica em Vidal:

Afinal, baseado muitas vezes em relatórios de missões militares, Vidal de la Blache escreveu uma série de textos, discutindo: a inserção territorial da França na Europa; a penetração francesa no continente africano, a missão civilizatória e moral da colonização europeia na África e na Ásia, com destaque para os papéis da língua francesa e do estabelecimento de instituições de ensino; a má delimitação fronteiriça entre a Argélia e o Marrocos e seus desdobramentos econômicos negativos para a França; a relação entre geografia política e geografia humana; a contenda entre Brasil e França em torno do território da Guiana Francesa, com Vidal de la Blache sendo o próprio redator do documento oficial francês depositado junto à arbitragem suíça; a participação militar da França no Peru; o domínio britânico no Canadá; o pano de fundo e as consequências geopolíticas da confecção do mapa-múndi na escala milionésima; a conquista do Saara; o papel indispensável da Rússia para a construção do equilíbrio geopolítico europeu pós-1918; a constituição da fronteira da região do Sarre e, de modo geral, da “França do Leste” (RIBEIRO, 2014, p.16).

Geógrafo político, regional e humano; articulador interdisciplinar da história, da geologia, da biologia e da geografia; teórico da ancestralidade dos pays e do passado rural francês, analista das nodalidades das cidades e do futuro imperialista da França: muitos são os adjetivos e as epígrafes capazes de retratar Vidal de la Blache. Atento tanto às plantas e aos animais quanto às metrópoles e às indústrias, foi sensível às dinâmicas multiescalares do seu tempo, compreendendo a relação entre o local e o global, através de uma região pautada ora em uma personalidade, ora em uma solidariedade.

Entre as rupturas e as continuidades que marcam sua trajetória biográfica, seu pensamento se articulou sempre tendo em vista o contexto histórico e geopolítico da França, pois, entre as duas guerras que marcaram a sociedade francesa na virada do século XIX para o XX, “Vidal foi – simplificando – primeiro, um pedagogo, depois um cientista para, enfim, tornar-se um homem público” (OZOUF-MARIGNIER, ROBIC, 2007, p.16). Da derrota na guerra franco-prussiana à vitória na primeira guerra mundial, Vidal construiu, portanto, seu percurso geográfico de professor universitário, de líder de uma revista especializada e de geopolítico sempre em busca do *sui generis* da geografia.

3.2 A morfologia social de Émile Durkheim

Em comparação com o pensamento de Vidal, as ideias de Durkheim parecem já terem sido mais bem analisadas pela literatura científica – ao menos nas publicações em português. Aparentemente, podemos intuir que a sociologia se preocupa mais com os seus clássicos do que a geografia, ao menos na medida em que há, sem dúvidas, muito mais preconceitos e distorções em torno da figura de Vidal do que de Durkheim.

Desse modo, nosso objetivo não é fazer uma reconstituição total da sociologia durkheimiana uma vez que extrapolaria o escopo desse trabalho. Nesse sentido, cumpre recortar qual a contribuição específica da sociologia de Durkheim para o pensamento geográfico e, para tal, é preciso definir em quais escritos durkheimianos está presente a sua concepção de “geografia”. Assim, a seleção dos textos de Durkheim privilegia aqueles que foram escritos em sua “juventude” – que seria um recorte genérico demarcando o final do século XIX –, quando ele procura delimitar um campo específico para a sociologia, dentro do qual se enquadra sua noção de morfologia social. Grosso modo: “after the late 1890s, the latter, les représentations collectives, are viewed increasingly as largely autonomous elements. It is religion, rather than morphological facts, which acquires a pre-eminent explanatory status” (ANDREWS, 1993, p.109). Ou seja, a preeminência da morfologia social no pensamento durkheimiano encontra-se nos seus primeiros escritos uma vez que depois ela irá, gradativamente, perdendo essa hegemonia para o conceito de “representações coletivas”, pois “in essence, the morphological characteristics of the social substratum are reduced from providing a necessary and suficiente explanation for collective representations, to providing a necessary (primitive) condition only” (ANDREWS, 1993, p.117).

Podemos dizer que, de certa forma, os escritos da juventude de Durkheim se iniciam com sua tese de doutorado: “Da Divisão do Trabalho Social”, sua primeira obra de fôlego, pois de muitas maneiras há continuidades entre suas ideias presentes em *De la division du travail social*, em *Las règles de la méthode sociologique* e em *Le suicide*, obras publicadas alguns anos depois. Conforme aponta Ortiz (2002a, p.92): “há uma lógica sequencial nas primeiras publicações: A divisão do trabalho social (1893) estabelece o objeto da Sociologia, As regras do método sociológico (1895) lançam as bases de uma metodologia específica da nova ciência, O suicídio (1897) aplica o método a um terreno considerado até então alheio ao domínio sociológico”. Do objeto ao método e do método à aplicação, portanto, se fez a trajetória de Durkheim ou, pelo menos, do “jovem Durkheim”, aquele do século XIX.

Todavia, seria um equívoco considerar que somente nas três obras seminais que Durkheim escreve no século XIX se encontra suas concepções sobre a morfologia social. Além delas, é na verdade em diversos artigos e resenhas feitas para o *L'Année Sociologique*, revista criada por Durkheim em 1896, que aparecem a definição e as aplicações da morfologia social durkheimiana. Porém, mesmo 5 anos antes de publicar a sua tese da divisão do trabalho, Durkheim já se referia explicitamente à geografia, na sua lição de abertura de seu curso de ciência social em Bourdeaux de 1888 (DURKHEIM, 1975a[1888]).

Durkheim, nessa sua lição de abertura, começa por apresentar as fases de evolução da sociologia até assinalar que: “a sociologia tem um objeto nitidamente definido e um método para o estudar. Os objetos são os fatos sociais; o método é a observação e a experimentação indireta, ou, por outras palavras, o método comparativo. O que agora é preciso é traçar os quadros gerais da ciência e delimitar as suas divisões essenciais” (DURKHEIM, 1975a[1888], p.94); antecipando algumas de suas ideias que estarão presentes em *As regras do método sociológico*, publicado em 1895.

Na sequência então, ao apresentar os grupos de fenômenos que seriam os objetos de estudo da sociologia, Durkheim assinala pela primeira vez uma divisão entre dois conceitos que seriam fundamentais para o seu pensamento: a morfologia e a fisiologia social:

Mas cada um dos grupos de fenômenos que acabamos de distinguir poderia ser sucessivamente examinado sob dois pontos de vista diferentes e criar assim duas ciências. Cada um deles consiste num certo número de ações coordenadas visando-se um objetivo e poderemos estudá-las como tal; ou então estudar-se-á, de preferência, o ser encarregado de cumprir essas ações. Por outras palavras, ora se procurará saber qual é o seu papel e como se cumpre, ora como é ele próprio constituído. Deste modo, encontraríamos as duas grandes divisões que dominam toda a biologia, as funções dum lado, as estruturas do outro; aqui a fisiologia, além a morfologia. O economista, por exemplo, colocar-se-ia do ponto de vista fisiológico? Procuraria saber quais são as leis da produção dos valores, da sua troca, da sua circulação, do seu consumo. Do ponto de vista morfológico, pelo contrário, investigaria o modo como se agrupam os produtores, os trabalhadores, os comerciantes, os consumidores; compararia as corporações de outrora com os sindicatos de hoje, a fábrica com a oficina, e determinaria as leis destes diversos modos de associação. O mesmo quanto ao direito: ou se estudaria como funciona, ou então descrever-se-iam os órgãos encarregados do funcionamento (DURKHEIM, 1975a[1888], p.97).

Partindo de uma analogia biológica, portanto, ao igualar a sociedade a um organismo, Durkheim assinala que há duas formas de se estudá-la: ou se analisa sua estrutura, ou procura-se compreender suas funções. A divisão, por conseguinte, baseia-se na biologia, pois o estudo da estrutura se insere dentro da morfologia – a parte da biologia que estuda como os órgãos estão dispostos na estrutura de determinado organismo, e analisa de que modo são constituídos –; enquanto o estudo das funções cabe à fisiologia – a parte complementar da biologia que se

preocupa em assinalar a função que cada órgão ocupa, visando compreender o papel que cumpre para o funcionamento dessa vida.

Durkheim insere o adjetivo “social” a cada uma dessas divisões dos estudos biológicos, pois a vida social, de acordo com sua visão, poderia – e deveria – ser analisada da mesma forma que a vida biológica. Desse modo, há de um lado a morfologia social e de outro a fisiologia social. Para Durkheim, então, é a primeira que se ocuparia de assuntos concernentes à geografia; prova disso é que, ao editar sua revista *L'Année Sociologique*, Durkheim cria, no seu segundo volume, de 1898 – 10 anos depois de sua aula inaugural –, a sexta seção¹⁶, intitulada *Morphologie Sociale*, na qual pontua:

Before analysing the works we have grouped together under the above title, we must first state the meaning of the term. Social life rests upon a substratum determinate in both size and form. It is made up of the mass of individual who constitute society, the manner in which they have settled upon the Earth, the collective relationships. The social substratum will differ according to whether the population is of greater or lesser size and density, whether it is concentrated in towns or scattered over rural areas, according to the way in which towns and houses are constructed, whether the space occupied by a society is more or less extensive, according to the nature of the frontiers which enclose it and the avenues of communication which cross it. On the other hand, the constitution of this substratum directly or indirectly affects all social phenomena, just as all psychological phenomena are linked either obliquely or immediately to the condition of the brain. Thus here is a whole range of problems plainly of interest to sociology which must derive from the same science, since they all refer to one and the same object. It is this science which we propose to call social morphology (DURKHEIM, 1980[1898], p.241).

Aquilo que ele denomina como “substrato social” seria, portanto, o objeto de estudo da morfologia social. De acordo com Durkheim, esse substrato afeta, direta ou indiretamente, todos os fenômenos sociais, de modo que se deve estudá-lo dentro de uma ciência específica, uma divisão da sociologia que ele propõe chamar de morfologia social.

Durkheim, porém, reconhece que as questões relativas à morfologia social se relacionam aos objetos de estudo de outras ciências que não a sociologia: “the studies that deal with these questions at present relate to different disciplines. Geography studies the territorial configuration of states, history retraces the evolution of rural and urban groups, whilst demography deals with all matters concerning the distribution of population, etc. We believe it advantageous to draw these fragmentary sciences out of their isolation, letting them establish contact with each other by assembling them under one single rubric” (DURKHEIM, 1980[1898], p.241-2); mas logo na sequência rechaça a importância dessas outras ciências: “in fact the need is not to study the forms of the earth, but the very different forms which societies

¹⁶ As outras seções da revista eram: Seção 1 – Sociologia geral; 2 – Sociologia religiosa; 3 – Sociologia jurídica e moral; 4 – Sociologia criminal e estatística da moral; 5 – Sociologia econômica; (6 – Morfologia social); e 7 – Miscelâneas (DURKHEIM, 1980[1898]). Não há, portanto, uma seção específica que trate de questões explicitamente políticas (FAVRE, 1983).

assume when they are established upon the earth. Doubtless the water-courses and mountains, etc., play a part as elements in the constitution of the social substratum. But they are not the sole ones, nor even the most vital ones. The use of the word geography inevitably inclines us to ascribe to them an importance which they do not possess, as we shall have occasion to note” (DURKHEIM, 1980[1898], p.242).

A justificativa que Durkheim fornece, portanto, para a emergência da morfologia social está no fato que ela agrupa estudos de “ciências fragmentárias” dentro de uma “única rubrica”. Desse modo, Durkheim vê como uma necessidade propor um novo nome para uma ciência que se ocupa do substrato material das sociedades, pois “the number of individuals, the manner in which they are grouped together, the form their dwellings take – these are in no way geographical facts. Why therefore preserve a term so greatly distorted from its normal sense? For these reasons some fresh designation appears to us a necessity. The one we suggest has clearly the advantage of highlighting the unified nature of the object on which all these researches are centred, namely, the perceptible, material forms of societies – in fact, the nature of their substratum” (DURKHEIM, 1980[1898], p.242).

Durkheim é explícito, assim, ao afirmar que o número de indivíduos, a maneira que se agrupam e a forma de suas habitações não são “fatos geográficos”. Para ele, essas questões se enquadram dentro do substrato social da sociedade, de modo tal que são objeto de estudo não da geografia humana, mas sim da morfologia social e, por conseguinte, da própria sociologia. Em outro artigo, chamado “A sociologia e seu domínio científico”, de 1900, Durkheim é enfático:

Le substrat social se différencie de mille manières sous la main de l’homme et ces différences ont une grande signification sociologique soit par les causes dont elles dépendent, soit par les effets qui en résultent. La présence ou l’absence d’enceintes, de marchés, la construction d’édifices publics et leur inégale diversité par rapport aux établissements privés, tous ces faits sont liés à ce qu’il y a de plus essentiel dans la vie collective, et concourent en même temps à lui donner une empreinte déterminée (DURKHEIM, 1975b[1900], p.21).

Entretanto, se Durkheim é categórico ao defender a importância maior da morfologia social em relação à geografia, também é bastante claro ao afirmar que a morfologia social corresponde apenas ao primeiro estudo da sociologia. Em seu artigo “Sociologia e ciências sociais”, de 1903, ao analisar as divisões das ciências sociais particulares, afirma:

Há, na realidade, tantos ramos da sociologia e tantas ciências sociais particulares quantas as diferentes espécies de fatos sociais. Uma classificação metódica dos fatos sociais seria prematura e, de qualquer modo, não poderia ser aqui elaborada. Mas é possível indicar quais as principais categorias. Primeiro, há que estudar a sociedade no seu aspecto exterior. Considerada sob esta perspectiva, ela surge como que constituída por uma massa de população, de uma certa densidade, disposta de determinada maneira num território, dispersa nos campos ou concentrada nas cidades, etc.: ocupa um território mais ou menos extenso, situado de determinada maneira em

relação aos mares e aos territórios dos povos vizinhos, mais ou menos atravessado por cursos de água e por diferentes vias de comunicação que estabelecem contato, mais ou menos íntimo, entre os habitantes. Este território, as suas dimensões, a sua configuração e a composição da população que se movimenta na sua superfície são naturalmente fatores importantes da vida social; é o seu substrato e, assim como no indivíduo, a vida psíquica varia consoante a composição anatômica do cérebro que lhe está na base, assim os fenômenos coletivos variam segundo a constituição do substrato social. Justifica-se portanto o espaço de uma ciência social que faça a anatomia da sociedade; e visto que esta ciência tem por objeto a forma exterior e material da sociedade, propomos chamar-lhe morfologia social (DURKHEIM, 1975a[1903], p.134).

“Primeiro, há que estudar a sociedade no seu aspecto anterior”. Ou seja, a morfologia se ocupa da forma exterior e material das sociedades – suas dimensões, sua configuração e a composição da população – e, além disso, antecede a fisiologia na explicação das sociedades. Antes a estrutura, depois a função, portanto.

Ademais, ele também é explícito ao dizer que, na divisão entre a morfologia e a fisiologia, a segunda é mais importante que a primeira para a sociologia: “esta divisão é sem dúvida muito natural; no entanto, no decurso das nossas investigações, manter-nos-emos quase exclusivamente no ponto de vista fisiológico”, afirma Durkheim (1975a[1888], p.98), em sua aula inaugural. O motivo para essa supremacia da fisiologia sobre a morfologia deve-se, segundo ele, ao fato de que nas sociedades superiores a função está dissociada da estrutura: “são estas as razões desta preferência. Nos seres inferiores há entre o órgão e a função uma relação estreita, rígida. É impossível uma modificação na função se não se produzir uma correspondente no órgão. Este está como que congelado no seu papel porque está fixo na sua estrutura. Mas já não se passa o mesmo com as funções superiores dos seres superiores. Aqui a estrutura é de tal modo flexível que já não constitui obstáculo às alterações: acontece que um órgão ou parte de um órgão cumpre sucessivamente funções diferentes” (DURKHEIM, 1975a[1888], p.98).

Desse modo, Durkheim irá concluir que, logicamente, se a estrutura antecede a função, a morfologia também deve anteceder a fisiologia: “é sobretudo a propósito das sociedades que é correto dizer-se que a estrutura supõe a função e dela a resulta. As instituições não se estabelecem por decreto, mas resultam da vida social e mais não fazem do que manifestá-la exteriormente por símbolos aparentes. A estrutura é a função consolidada, é a ação que se tornou hábito e que se cristalizou. Portanto, se não queremos ver as coisas no seu aspecto mais superficial, se desejarmos atingi-las nas suas raízes, deveremos aplicar-nos sobretudo ao estudo das funções” (DURKHEIM, 1975a[1888], p.99).

Essa divisão entre estrutura e função, que deriva na distinção entre morfologia e fisiologia, permeia todo o pensamento durkheimiano, de modo tal que foi conceituada antes

mesmo da criação da *Année*, em 1896. Em 1900, Durkheim afirma que essa diferença deve ser entendida como sendo de grau, não de tipo, pois, ao tratar da morfologia, afirma:

Cette branche de la sociologie n'est donc pas une science purement statique et c'est pour cette raison que nous n'estimons pas opportun d'adopter ce terme qui n'indique pas clairement le point de vue à partir duquel la société est considérée: en effet, il ne s'agit pas, comme on l'a dit parfois, de la considérer à un moment donné, immobilisée de façon abstrait, mais d'en analyser la formation et d'en rendre compte. Sans aucun doute les phénomènes concernant la structure ont quelque chose de plus stable que les phénomènes fonctionnels, mais entre ces deux ordres de faits il n'y a que des différences de degré (DURKHEIM, 1975b[1900], p.22).

Ou seja, a distinção entre os fatos morfológico e fisiológico decorre de uma diferença de grau, porque a estrutura seria mais “estável” do que a função. Na verdade, é na obra *As regras do método sociológico*, que Durkheim, quando vai definir os caracteres do fato social conceitua essa diferença: “Com efeito, os fatos que nos forneceram sua base são, todos eles, maneiras de fazer; são de ordem fisiológica. Ora, há também maneiras de ser coletivas, isto é, fatos sociais de ordem anatômica ou morfológica. A sociologia não pode desinteressar-se do que diz respeito ao substrato da vida coletiva” (DURKHEIM, 2007[1895], p.11). A justificativa que Durkheim fornece para tanto consiste que, para ele, as maneiras de ser – morfológicas – são fatos sociais tal como as maneiras de fazer – fisiológicas –, haja vista que também cumprem com os critérios de exterioridade, generalidade e coercibilidade que caracterizam os fatos sociais: “essas maneiras de ser se impõe aos indivíduos tanto quanto as maneiras de fazer de que falamos” (DURKHEIM, 2007[1895], p.11).

Não obstante, ao estabelecer essa afirmação da factibilidade das “maneiras de ser”, Durkheim também se posiciona em relação à geografia, já que, segundo ele, “quando se quer conhecer a forma como uma sociedade se divide politicamente, como essas divisões se compõem, a fusão mais ou menos completa que existe entre elas, não é por meio de uma inspeção material e por observações geográficas que se pode chegar a isso; pois essas divisões são morais, ainda que tenham alguma base na natureza física. É somente através do direito público que se pode estudar essa organização, pois é esse direito que a determina, assim como determina nossas relações domésticas e cívicas” (DURKHEIM, 2007[1895], p.11). Ou seja, uma vez mais Durkheim reafirma a importância da morfologia social em detrimento à geografia humana, pois somente ela poderia compreender de que maneira a moralidade determina a distribuição geográfica, e não o inverso. Para ele: “les hommes se groupent sur le sol d'abord et avant tout en vertu de leur solidarité morale et non des conditions géographiques” (MUCCHIELLI, ROBIC, 1995, p.105). Isso não significa dizer que Durkheim negligencia a importância da morfologia social: “ces choses sont évidemment fondamentales et Durkheim ne cherche nullement à les minimiser: ce sont les ‘structures’ de la vie sociale. Mais il oppose aux

structures le ‘fonctionnement’, à la permanence le mouvement, à la statique la dynamique. Les structures n’expliquent pas l’évolution. Mieux: seule l’étude de l’évolution permet de mettre à jour les véritables structures” (MUCCHIELLI, ROBIC, 1995, p.108).

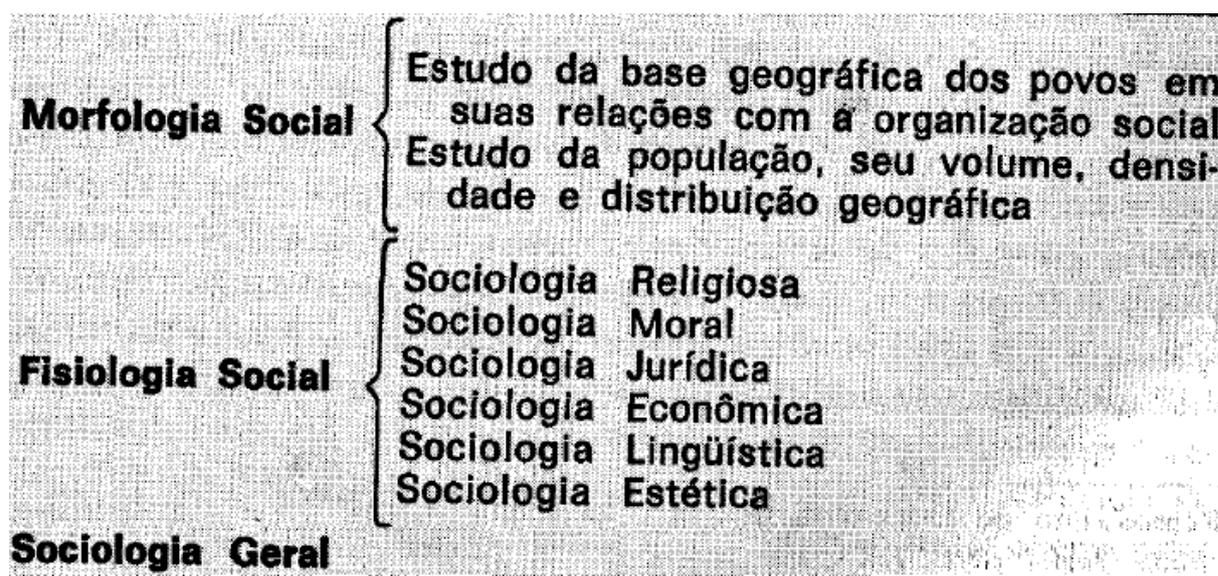
Desse modo, Durkheim é explícito ao colocar que a morfologia deveria se subordinar à fisiologia. Exemplo disso é que em *As Regras*, Durkheim passa do capítulo 4 – Regras relativas à constituição dos tipos sociais – para o 5 – Regras relativas à explicação dos fatos sociais –, começando-o assim, com uma ressalva: “mas a constituição das espécies é antes de tudo um meio para agrupar os fatos para facilitar sua interpretação; a morfologia social é um encaminhamento para a parte realmente explicativa da ciência” (DURKHEIM, 2007[1895], p.91). A morfologia serve apenas para constituir tipos sociais e somente a fisiologia tem, portanto, a capacidade de explicar os fatos, uma vez a morfologia analisaria apenas o substrato material das sociedades, “mas ao lado do substrato da vida coletiva, existe essa mesma vida”, afirma Durkheim (1975a[1903], p.134). Desse modo, “em biologia, enquanto a anatomia (também chamada morfologia) analisa a estrutura dos seres vivos e o modo de composição dos seus tecidos, a fisiologia estuda as funções destes tecidos e destes órgãos. Do mesmo modo, ao lado da morfologia social há lugar para uma fisiologia social que estuda as manifestações vitais das sociedades. Mas a fisiologia social é já em si muito complexa e compreende uma pluralidade de ciências particulares; pois os fenômenos sociais, de ordem fisiológica, são em si muito variados” (DURKHEIM, 1975a[1903], p.134). Ou seja, para Durkheim, a morfologia social é una, compreende a apenas um estudo; enquanto a fisiologia social, por outro lado, é plural, pois abarca uma variedade de ciências particulares, como distintos ramos da sociologia.

Depois de passar em revista essas ciências particulares que se enquadram dentro da fisiologia social, Durkheim reitera, nesse artigo de 1903, a necessidade de se dividir a ciência, em especial a sociologia:

Hoje em dia é impossível um sociólogo possuir a enciclopédia da sua ciência; mas é necessário que cada cientista se dedique a uma ordem especial de problemas, se não se quiser contentar com noções muito gerais e vagas, que poderiam ter tido a sua utilidade enquanto a sociologia apenas procurava explorar o seu domínio e tomar consciência de si mesma, mas nas quais ela hoje em dia se não deve deter. Isto não quer no entanto dizer que não haja lugar para uma ciência sintética que se esforce por reunir as conclusões gerais que se deduzem de todas estas ciências particulares. Por diferentes que as diversas classes de fatos sociais sejam umas das outras, não passam de espécies de um mesmo gênero; há portanto que procurar saber o que provoca a unidade do gênero, o que caracteriza o fato social in abstracto e se, além disso, não haverá leis muito gerais, de que as diversas leis estabelecidas pelas ciências particulares sejam apenas formas particulares. Tal como a biologia geral, a sociologia geral tem por objeto extrair as propriedades e as leis mais gerais de sua vida. É a parte filosófica da ciência. Mas como o valor da síntese depende do valor das análises de que ela resulta, fazer avançar este trabalho de análise constitui a tarefa mais urgente da sociologia (DURKHEIM, 1975a[1903], p.136-7).

A sociologia geral é, então, a parte filosófica da ciência. Não obstante, é também a última, pois, enquanto ciência de síntese que se ocupa de aspectos gerais, depende das análises particulares empreendidas tanto pela morfologia quanto pela fisiologia social. Desse modo, Durkheim apresenta não só uma divisão, mas também uma sequência e uma hierarquia metodológica, que começa na morfologia social e termina na sociologia geral. Ou seja, a morfologia social não é apenas o primeiro estudo da sociologia, mas também o menos importante; ela antecede a fisiologia, cujo caráter explicativo é superior e ambas em conjunto formam a parte analítica da ciência, que fornecem ferramentas para o estudo sintético feito pela sociologia geral. Essa divisão é, portanto, para Durkheim, tanto hierárquica quanto cronológica. De acordo com ele, “o quadro seguinte representa esquematicamente as principais divisões da sociologia” (DURKHEIM, 1975a[1903], p.137), o qual foi replicado na figura 1 – As divisões da sociologia em ciências sociais particulares segundo Durkheim –, que apresenta a divisão da sociologia durkheimiana:

Figura 1: As divisões da sociologia em ciências sociais particulares segundo Durkheim.



Fonte: DURKHEIM (2000[1903]).

Entretanto, Durkheim também reconhece certa importância da morfologia social, quando, ao defini-la e caracterizá-la, assinala que “a morfologia social não se deve limitar a uma análise descritiva; deve igualmente explicar. Deve procurar saber porque é que a população se acumula em certos pontos mais que noutros, porque é que ela é principalmente urbana ou principalmente rural, quais as causas que determinam ou travam o desenvolvimento das grandes cidades, etc. Verificamos que esta ciência especial tem uma quantidade indefinida de problemas a tratar” (DURKHEIM, 1975a[1903], p.134).

Nesse ponto, aparece uma das únicas citações diretas de Durkheim a La Blache. Depois de dizer que “esta ciência especial tem uma quantidade indefinida de problemas a tratar”, Durkheim pontua – numa nota de rodapé – “aquilo a que os alemães chamam *anthropogeographie* está relacionado com o que nós chamamos morfologia social (v. os trabalhos de Ratzel na Alemanha e os de Vidal de La Blache na França)” (DURKHEIM, 1975[1903], p.134). Ou seja, Durkheim conhecia os trabalhos de Vidal, mas não se referia a ele. Nem mesmo em seus trabalhos específicos sobre morfologia social, nos quais se dirige à geografia inúmeras vezes, Durkheim não faz alusão a Vidal¹⁷.

Todavia, a outro geógrafo, ao alemão Friedrich Ratzel, Durkheim se dirigia direta e frequentemente (DURKHEIM, 1900[1899]). Em uma de suas definições dos objetos de estudo de morfologia social, por exemplo:

Le substrat doit tout d’abord être défini dans sa forme extérieure qui se caractérise principalement: 1) par l’étendue du territoire; 2) par la situation géographique de la société, c’est-à-dire par sa position périphérique ou centrale par rapport aux continents et par la façon dont elle est entourée par les sociétés voisines, etc; 3) par la forme de ses frontières. En fait, comme l’a démontré Ratzel, les frontières changent de nature et d’aspect suivant les pays; elles sont constituées tantôt par des surfaces plus ou moins étendues, tantôt par des lignes géométriques, dans certains cas elles pénètrent comme des coins dans les pays voisins, alors qu’ailleurs elles s’incurvent et sont repoussées vers l’intérieur, et ainsi de suite (DURKHEIM, 1975b[1900], p.21).

Ao colocar que a morfologia deveria estudar a extensão, a localização e as fronteiras do território, Durkheim, evidentemente, incorpora para a sociologia objetos de estudo geográficos. Mas, para ele, os fatores morfológicos principais não eram esses, já que “le fait primordial, c’est la façon dont les humains sont organisés en société et non la manière dont ils occupent le sol, cette dernière dépendant de la première bien plus que l’inverse. Les faits sociaux fondamentaux sont d’ordre économique et religieux, l’investissement du sol, tant dans son étendue que dans sa densité, en dépend” (MUCCHIELLI, 1998, p.392).

É nesse sentido que Durkheim cria dois conceitos morfológicos que tiveram importante papel para a sua sociologia: o volume social e a densidade material das sociedades. Esses conceitos Durkheim desenvolve em *Da divisão do trabalho social* como sendo explicativos da diferenciação social das sociedades, pois seriam as causas fundamentais cujo efeito é a divisão do trabalho. Conforme o corolário de Durkheim: “a divisão do trabalho varia na razão direta do volume e da densidade das sociedades, e, se ela progride de uma maneira contínua no curso do

¹⁷ Por um lado, é de se surpreender, portanto, com o fato de Durkheim – até o ponto em que sabemos – não fazer alusão aos escritos de Vidal; haja vista que ele sempre foi um opositor veemente dos seus “adversários”, especialmente de Gabriel Tarde (VARGAS, 2014). Por outro lado, porém, há de se recordar que Durkheim também nunca fez referências diretas aos escritos de Max Weber em suas obras, a despeito de inúmeras evidências que ambos conheciam os trabalhos um do outro (TIRYAKAN, 2009).

desenvolvimento social, é porque as sociedades se tornam regularmente mais densas e, em geral, mais volumosas” (DURKHEIM, 2010[1893], p.258).

O argumento de Durkheim, portanto, é de que a divisão do trabalho aumenta com o crescimento do volume e da densidade da sociedade; ela é a causa decorrente desses efeitos. Nesse livro, podemos ver uma espécie de “aplicação prática” da morfologia social. Nele, Durkheim analisa o processo de diferenciação das sociedades modernas, buscando compreender qual é a função da divisão do trabalho nesse fenômeno. Resumidamente, partindo das “evidências jurídicas”, ele distingue dois tipos de solidariedade, isto é, duas formas diferentes de coesão social, que ele denomina como mecânica e orgânica. A primeira tem como causa a similitude entre os indivíduos, enquanto a segunda se origina por causa da divisão do trabalho. Entretanto, além da distinção dos tipos, Durkheim se esforça em medir também a intensidade de cada solidariedade. De acordo com ele, o vínculo que une os indivíduos por causa de suas crenças comuns expressas através da consciência coletiva é mais fraco do que o laço gerado pela interdependência de funções da divisão do trabalho. O motivo para tanto se deve ao fato de que a ligação entre o indivíduo e a sociedade é maior quanto mais indireta e dependente for essa relação. Ou seja, a força da solidariedade social é proporcional ao aumento da consciência individual e da divisão do trabalho. Com isso, Durkheim assinala que: “não só, de maneira geral, a solidariedade mecânica liga os homens menos fortemente do que a solidariedade orgânica, como também, à medida que avançamos na evolução social, ela vai se afrouxando cada vez mais” (DURKHEIM, 2010[1893], p.133).

“É, pois, uma lei da história a de que a solidariedade mecânica que, a princípio, é única ou quase perde terreno progressivamente e que a solidariedade orgânica se torna pouco a pouco preponderante”, aponta Durkheim (2010[1893], p.157), com o intuito de afirmar aquilo que ele denomina como a preponderância progressiva da solidariedade orgânica. E continua com uma consequência disso: “mas quando a maneira como os homens são solidários se modifica, a estrutura das sociedades não pode deixar de mudar. A forma de um corpo se transforma necessariamente quando as afinidades moleculares não são mais as mesmas” (DURKHEIM, 2010[1893], p.157). Durkheim afirma, portanto, não só que a solidariedade orgânica se torna progressivamente preponderante sobre a mecânica, mas também que, por conseguinte, um tipo de sociedade no qual o vínculo social se deve à divisão do trabalho passa a ser o preponderante. “Desta prioridade histórica resulta uma prioridade lógica na explicação dos fenômenos sociais. Se a solidariedade mecânica precedeu a solidariedade orgânica, não se podem, com efeito, explicar os fenômenos da diferenciação social e da solidariedade orgânica a partir dos

indivíduos”, aponta Aron (2002, p.465), remetendo a uma concepção metodológica de Durkheim em defesa de sua sociologia: “enganam-se os economistas que explicam a divisão do trabalho pelo interesse dos indivíduos em compartilhar as ocupações para fazer crescer o rendimento da coletividade [...] Com efeito, a consciência da individualidade não podia existir antes da solidariedade orgânica e da divisão do trabalho” (ARON, 2002, p.465), conclui.

Disso decorre uma sequência de tipos de sociedades com suas características peculiares e um processo evolutivo que as permeia. A preponderância progressiva da solidariedade orgânica demonstra justamente isso: que há uma passagem dos tipos de sociedade nos quais os vínculos sociais deviam-se à abrangência da consciência coletiva para outros nos quais a solidariedade social é devida à divisão do trabalho, onde, portanto, domina a solidariedade orgânica. Resumidamente, os primeiros vínculos sociais seriam, para Durkheim, de origem familiar: os clãs formados pela consanguinidade e pelo parentesco. Na sequência, emergem as divisões pela comunhão do território, para além do sangue. Já nessa passagem se demonstra o primeiro enfraquecimento da consciência coletiva, ainda nas sociedades tradicionais, pois “os vínculos que resultam da coabitação não possuem, no coração do homem, uma fonte tão profunda quanto os que vêm da consanguinidade” (DURKHEIM, 2010[1893], p.170). Ou seja, a evolução social dos vínculos de solidariedade demonstra que a abrangência da consciência coletiva sobre as consciências individuais diminui na medida em que a sociedade se torna mais complexa. Não obstante, porém, essa complexidade cresce cada vez mais quanto maior for a divisão do trabalho, o que marca também a passagem das sociedades tradicionais para as modernas.

Durkheim conclui daí então que o vínculo fundamental que une os homens nas sociedades modernas é o da profissão. Não mais o da localização, muito menos o da família, uma vez que “o modo de agrupamento dos homens que resulta da divisão do trabalho é, pois, bem diferente do que exprime a repartição da população no espaço. O meio profissional já não coincide nem com o meio territorial, nem com o meio familiar. É um novo contexto, que substitui os outros; por isso, a substituição só é possível na medida em que estes últimos são anulados”, resume Durkheim (2010[1893], p.174).

Depois de assinalar a preponderância progressiva da solidariedade orgânica e suas consequências, Durkheim termina o primeiro livro de sua obra fazendo um resumo: “a vida social deriva de uma dupla fonte: a similitude das consciências e a divisão do trabalho social. O indivíduo é socializado no primeiro caso, porque, não tendo individualidade própria, confunde-se, como seus semelhantes, no seio de um mesmo tipo coletivo; no segundo, porque,

tendo uma fisionomia e uma atividade pessoais que o distinguem dos outros, depende deles na mesma medida em que se distingue e, por conseguinte, da sociedade que resulta da sua união” (DURKHEIM, 2010[1893], p.216).

Depois desse breve resumo, é no segundo livro, cujo título é “As causas e as condições”, que Durkheim busca compreender quais os motivos e as circunstâncias que engendram a divisão do trabalho e que, por conseguinte, produzem uma sociedade na qual predomina a solidariedade orgânica. Depois de refutar a ideia de que os progressos da divisão do trabalho andariam pari passo aos progressos da felicidade, induz que a busca da felicidade não pode ser causa nem condição que explique o fenômeno da divisão do trabalho, pois ela “não pode portanto ser explicada pelo enfado, pela busca da felicidade, pelo aumento dos prazeres, ou pelo desejo de aumentar a produção coletiva. A divisão do trabalho é um fenômeno social, que só pode ser explicado por outro fenômeno social: o de uma combinação do volume, densidade material e moral da sociedade” (ARON, 2002, p.472). Desse modo, enquanto fenômeno social, a divisão do trabalho deve ser explicada sociologicamente, já que “a causalidade eficiente do meio social representa, para Durkheim, a condição da existência da sociologia científica” (ARON, 2002, p.534). Conforme também aponta Ortiz (2002b, p.127): “na verdade, a divisão do trabalho, que é o suporte estrutural dos diferentes tipos de solidariedade (mecânica e orgânica), repousa sobre elementos que lhe antecedem. Ela é um “efeito” da combinação de outras “causas”: a densidade material e o volume social”.

Finalmente, é na sequência então, Durkheim se preocupa em definir os conceitos de densidade dinâmica e de volume social – as bases de sua conceituação morfológica –, a começar por distinguir a densidade moral da material:

A divisão do trabalho progride tanto mais quanto mais houver indivíduos suficientemente em contato para poderem agir e reagir uns em relação aos outros. Se conviermos em chamar de densidade dinâmica ou moral essa aproximação e o intercâmbio ativo que dela resulta, poderemos dizer que os progressos da divisão do trabalho são diretamente proporcionais à densidade moral ou dinâmica da sociedade. Mas essa aproximação moral só pode produzir seu efeito se a própria distância real entre os indivíduos tiver diminuído, como quer que seja. Portanto, a densidade moral não pode aumentar sem que a densidade material aumente ao mesmo tempo, e esta pode servir para medir aquela. Aliás, é inútil procurar saber qual das duas determinou a outra; basta constatar que são inseparáveis (DURKHEIM, 2010[1893], p.252-3).

Ou seja, resumidamente, a densidade moral exprime a relação dos homens entre si, enquanto a densidade material exprime a relação dos homens com as coisas e com o meio que os cercam. Durkheim afirma que se ambas aumentam cresce também a divisão do trabalho social, e, não obstante, “a condensação progressiva das sociedades no decurso do desenvolvimento histórico produz-se de três maneiras principais” (DURKHEIM, 2010[1893], p.253), a saber: 1) a concentração da população em áreas cada vez menores; 2) a formação de

idades e seu desenvolvimento; e 3) a quantidade e a rapidez das vias de comunicação e de transmissão. Todos esses são fenômenos que Durkheim acreditava ser característicos dos povos mais avançados, mas não das sociedades inferiores, pois, obviamente, seria nas sociedades modernas que o aumento da densidade levaria a uma maior divisão do trabalho.

“Mas esse fator não é o único”, ressalva Durkheim (2010[1893], p.256), e continua: “se o adensamento da sociedade produz esse resultado é que ela multiplica as relações intersociais. Mas estas serão ainda mais numerosas se, além disso, o número total dos membros da sociedade se tornar mais considerável. Se ela compreender mais indivíduos ao mesmo tempo em que estes se acham mais intimamente em contato, o efeito será necessariamente fortalecido. Portanto, o volume social tem sobre a divisão do trabalho a mesma influência da densidade” (DURKHEIM, 2010[1893], p.256). A mesma influência, então, numa relação diretamente proporcional para com ambos os fenômenos. “Por isso Durkheim diz que “a divisão do trabalho varia em relação direta à densidade e ao volume das sociedades”. Ou seja, o fato moral, a solidariedade entre os indivíduos, deveria, enquanto efeito, ser vinculado a uma causa anterior, a própria estrutura social”, conclui Ortiz (2002b, p.128).

Assim, a estrutura social da sociedade, isto é, seu volume social e sua densidade dinâmica, explicam a divisão do trabalho, uma vez que elas são as causas que precedem um efeito que é a divisão do trabalho. Ademais, nota-se como “a condensação progressiva das sociedades no decurso do desenvolvimento histórico” decorre de mudanças na base morfológica da sociedade. Ou seja, sua conceituação das diferenças entre a morfologia e a fisiologia social lhe permite – nesse primeiro momento de seu percurso sociológico (ORTIZ, 2002b) – afirmar que o desenvolvimento social é oriundo de fatores morfológicos. Isso também contribui para Durkheim reiterar um corolário fundamental de toda a sua sociologia: o primado da sociedade sobre o indivíduo, pois, segundo ele, “um corolário de tudo o que precede é que a divisão do trabalho só se pode efetuar entre os membros de uma sociedade já constituída. De fato, quando a concorrência opõe indivíduos isolados e estranhos uns aos outros, ela não pode deixar de separá-los ainda mais” (DURKHEIM, 2010[1893], p.274). Ou seja, se a função da divisão do trabalho é criar laços de solidariedade entre os indivíduos, esses laços pressupõem a existência de uma sociedade, pois, caso ela não existisse, nada subjugaria os indivíduos a se aproximarem e, não obstante, a própria divisão do trabalho teria como resultado fazê-los antes divergir que convergir, uma vez que diferenciar, para Durkheim, não é o mesmo que opor. “Ora, a divisão do trabalho une ao mesmo tempo que opõe; faz convergir as atividades que diferencia; aproxima aqueles que separa. Já que a concorrência não pode ter determinado essa

aproximação, é necessário que esta última tenha preexistido; é necessário que os indivíduos entre os quais a luta se trava já sejam solidários e o sintam, isto é, pertençam a uma mesma sociedade”, conclui Durkheim (2010[1893], p.275).

Logo na sequência, Durkheim assinala: “é por isso que, onde esse sentimento de solidariedade é fraco demais para resistir à influência dispersiva da concorrência, esta gera efeitos bem diferentes da divisão do trabalho” (DURKHEIM, 2010[1893], p.275), antecipando o que viria a ser o tema do livro 3 da obra, isto é, “As formas anormais” da divisão do trabalho. Assim ele começa o capítulo 1 desse livro, chamado “A divisão do trabalho anômica”:

Até aqui estudamos a divisão do trabalho apenas como um fenômeno normal; mas, como todos os fatos sociais e, mais geralmente, como todos os fatos biológicos, ela apresenta formas patológicas que é necessário analisar. Conquanto, normalmente, a divisão do trabalho produza a solidariedade social, algumas vezes, porém, ela apresenta resultados totalmente diferentes, até mesmo opostos. Ora, é importante pesquisar o que a faz desviar assim da sua direção natural; porque, enquanto não estiver estabelecido que esses casos são excepcionais, poder-se-ia suspeitar que a divisão do trabalho os implicasse logicamente. Por sinal, o estudo das formas desviadas permitir-nos-á determinar melhor as condições de existência do estado normal. Quando conhecermos as circunstâncias em que a divisão do trabalho deixa de engendrar a solidariedade, saberemos melhor o que é necessário para que ela produza todo o seu efeito. A patologia, neste caso como em outros casos, é um precioso auxiliar da fisiologia (DURKHEIM, 2010[1893], p.367).

Durkheim estabelece, portanto, uma distinção entre a divisão do trabalho normal – que engendra a solidariedade social – e a divisão anômica, ou seja, a anormal, aquela que, por conseguinte, não produz a solidariedade, tendo “resultados totalmente diferentes, até mesmos opostos”. Não obstante, a divisão do trabalho anômica não é, para Durkheim, apenas anormal, mas também patológica, o que o possibilita deduzir ações práticas dessa construção teórica, já que “se um fenômeno é normal, não há por que querer eliminá-lo, mesmo que nos afete moralmente. Mas, se é patológico, temos um argumento científico para justificar projetos de reforma [...] Assim, define-se a normalidade pela generalidade, mas, como as sociedades são diferentes, é impossível conhecer a generalidade de modo abstrato e universal” (ARON, 2002, p.532). Ou seja, quando a divisão do trabalho não cumpre a sua função, que é a de promover a solidariedade dentro do organismo social, ela está fora do padrão de sua normalidade, de modo que representa uma patologia – ou uma anomia – para o próprio organismo. Os exemplos que ele apresenta da disfunção da divisão do trabalho pelo desvio da sua forma normal são, resumidamente, as crises econômicas, o antagonismo entre capital e trabalho, a divisão do trabalho forçada e as lutas de classe, todas decorrentes do estado de desregulamentação moral da vida econômica e que são, “pois, variedades de uma mesma espécie; em todos os casos, se a divisão do trabalho não produz a solidariedade, é porque as relações entre os órgãos não são

regulamentadas, é porque elas estão num estado de anomia” (DURKHEIM, 2010[1893], p.385).

Todos os exemplos de anomia apresentados Durkheim crê serem frutos das rápidas mudanças econômicas, do crescimento das indústrias e dos mercados que, demasiadamente acelerados, não sofreram ainda um processo de regulamentação, já que também, as ciências morais e sociais “foram as últimas a entrar no círculo das ciências positivas (DURKHEIM, 2010[1893], p.387), sendo incapazes de prever de antemão quais os remédios para essa patologia, sem antes compreender suas causas e estudar seus tipos.

Desse modo, Durkheim rechaça as teorias que culpam a própria divisão do trabalho pelo estado anômico da sociedade: “ela foi acusada, com frequência, de diminuir o indivíduo, reduzindo-o ao papel de máquina. E, de fato, se não sabe a que tendem essas operações que reclamam dele, se não as vincula a nenhum objetivo, só pode realiza-las por rotina. Todos os dias, ele repete os mesmos movimentos com uma regularidade monótona, mas sem se interessar por eles, nem compreendê-los”, diz Durkheim (2010[1893], p.388), concordando, em partes, com as críticas da transformação do indivíduo em máquina através de uma analogia biológica: “não é mais a célula viva de um organismo vivo, que vibra sem cessar em contato com as células próximas, que age sobre elas e responde, por sua vez, à sua ação, se dilata, se contrai, se dobra e se transforma segundo as necessidades e as circunstâncias; não é mais que uma engrenagem inerte, que uma força externa aciona e que sempre se move no mesmo sentido e da mesma maneira” (DURKHEIM, 2010[1893], p.388).

Entretanto, Durkheim discorda dessas críticas na medida em que essa não se constitui na essência da divisão do trabalho, mas sim na sua excepcionalidade. Ou seja, sua natureza normal não prevê nem produz essa forma patológica e anômica, pois ao invés de maquinizar os indivíduos, a divisão do trabalho, na verdade, os solidariza:

O que resolve a contradição é que, ao contrário do que se disse, a divisão do trabalho não produz essas consequências em virtude de uma necessidade da sua natureza, mas apenas em circunstâncias excepcionais e anormais. Para que ela possa desenvolver-se sem ter sobre a consciência humana uma influência tão desastrosa, não é necessário temperá-la com seu contrário; é necessário e bastante que seja ela mesma, que nada venha do exterior desnaturá-la. Porque, normalmente, o jogo de cada função exige que o indivíduo não se encerre estreitamente nela, mas mantenha-se em relação constante com as funções vizinhas, tome consciência de suas necessidades, das mudanças que nelas sobrevêm, etc. A divisão do trabalho supõe que o trabalhador, longe de permanecer debruçado sobre sua tarefa, não perca de vista seus colaboradores, aja sobre eles e sofra sua ação. Ele não é, pois, uma máquina que repete movimentos cuja direção não percebe, mas sabe que tendem a algum lugar, a uma finalidade que ele concebe mais ou menos distintamente. Ele sente servir a algo. Para tanto, não é necessário que abarque vastas proporções do horizonte social, mas basta que perceba o suficiente dele para compreender que suas ações têm uma finalidade fora de si mesmas. Assim, por mais especial, por mais uniforme que possa ser sua atividade, ela será a atividade de um ser inteligente, pois terá um sentido, e ele o sabe.

Os economistas não teriam deixado na sombra essa característica essencial da divisão do trabalho e, em consequência, não a teriam exposto a essa crítica desmerecida, se não a tivessem reduzido a não ser mais que um meio de aumentar o rendimento das forças sociais, se tivessem visto que ela é, antes de mais nada, uma fonte de solidariedade (DURKHEIM, 2010[1893], p.390).

Por fim, na conclusão de sua obra, Durkheim rechaça também outra crítica feita à divisão do trabalho: a de ela diminuir a personalidade individual. “Mas será que a divisão do trabalho, ao fazer de cada um de nós um ser incompleto, não acarreta uma diminuição da personalidade individual? É uma crítica que se lhe faz com frequência”, escreve Durkheim (2010[1893], p.425); para, em seguida, inverter a lógica: “longe de ser prejudicada pelos progressos da especialização, a personalidade individual se desenvolve com a divisão do trabalho” (DURKHEIM, 2010[1893], p.425). Os motivos para tal inversão se encontram na ideia durkheimiana de diferenciação social, pois, como é a divisão do trabalho que engendra a solidariedade entre os indivíduos nas sociedades modernas, eles necessitam diferenciar-se entre si, assumindo cada qual uma função na divisão do trabalho, de modo que emerja entre eles uma solidariedade proveniente, não dos aspectos comuns da consciência coletiva, mas sim das distinções decorrentes da diferenciação social. “A diferenciação social, fenômeno característico das sociedades modernas, é a condição criadora da liberdade individual. Só numa sociedade em que a consciência coletiva perdeu uma parte da sua rigidez o indivíduo pode ter uma certa autonomia de julgamento e de ação. Nessa sociedade individualista, o problema mais importante é manter o mínimo de consciência coletiva, à falta da qual a solidariedade orgânica provocaria a desintegração social. O indivíduo é a expressão da coletividade”, aponta Aron (2002, p.473), ratificando não só a ideia de Durkheim do primado da sociedade sobre os indivíduos, mas também da defesa do individualismo nas sociedades modernas, nas quais a solidariedade social deriva-se da divisão do trabalho social.

De todo o exposto sobre a obra *Da Divisão do Trabalho Social*, percebe-se como a conceituação da morfologia social serviu para Durkheim alicerçar todo o seu raciocínio sociológico, no sentido de que nessa obra ele “coloca em prática” sua definição de morfologia. Nessa etapa de seu percurso sociológico, a evolução social é explicada através de mudanças morfológicas, de modo que a morfologia social foi, portanto, de suma importância para Durkheim edificar sua sociologia como uma ciência *sui generis*.

4. APROXIMAÇÕES E DIVERGÊNCIAS

Tendo sido apresentadas as figuras de Durkheim e La Blache, suas trajetórias biobibliográficas e as principais ideias de seus pensamentos, convém concluir comparando possíveis aproximações e divergências entre os dois autores, especialmente sobre o lugar da geografia humana. Analisamos a sociologia durkheimiana ressaltando os aspectos do “jovem Durkheim”, isto é, destacamos as suas ideias presentes em “Da divisão do trabalho social” com o intuito de salientar os caracteres de seu pensamento que mais se aproximam, a nosso ver, da geografia. Porém, como ressalta Lukes (1984, p.2): “hay un Durkheim de los sociólogos (profundamente alterado por la interpretación parsoniana), un Durkheim de los antropólogos sociales (originariamente esbozado por Radcliffe-Brown, pero progresivamente redibujado desde entonces), un Durkheim de la teoría de la anomia (que procede de Merton) y de los estudios sobre el suicidio, un Durkheim de los criminólogos y otro de los psicólogos sociales”. Ou seja, como também sugere o título da coletânea de artigos de La Blache – Vidal, Vidais – não há apenas um Durkheim, mas vários Durkheims! Onde estaria, pois, o Durkheim dos geógrafos?

Inversa e complementarmente, há um Vidal sociólogo dentre os muitos Vidais? A tentativa de responder essas perguntas passa obrigatoriamente por uma complexa compreensão do pensamento e da trajetória de ambos, pois “quando Durkheim afirma que a Sociologia vive uma “era de especialidade”, no fundo ele traduz um movimento que se realiza nos diferentes campos intelectuais” (ORTIZ, 2002a, p.96); isto é, assim como Durkheim, La Blache também estava “em busca do sui generis”, mas de sua ciência, a geografia humana, não a sociologia.

“Fragmentava-se o mundo em “objetos” sublinhando antes suas especificidades que semelhanças. Interrogar-se sobre como apreender os fenômenos era, antes de tudo, identificar aquilo que poderia ser (ingenuamente) apropriado e batizado como “monopólio” por cada ciência”, conclui Ribeiro (2007, p.117). Selecionar especificidades e negligenciar semelhanças, monopolizando a ciência foi, sem dúvida, antes uma estratégia de Durkheim que de La Blache. Se nos atentamos mais ao “percurso geográfico” de La Blache, nos moldes de Ortiz (2002b), é devido ao motivo de que há – em língua portuguesa – muito menos sobre a geografia lablachiana, do que sobre a sociologia durkheimiana. Sobre Durkheim, outros já esmiuçaram o seu pensamento com extremo sucesso (LUKES, 1984; ARON, 2002; GIDDENS, 1988; NISBET, 1974). Sobre La Blache, porém, as fontes são mais escassas. Procurou-se, dessa forma, contribuir mais acerca do autor menos estudado.

Mas não se deve somente a isso. A análise mais detalhada da geografia lablachiana decorre do fato que, na relação entre os dois autores, Durkheim tem muito mais a dizer sobre a geografia humana que La Blache sobre a sociologia. Tanto implícita quanto explicitamente, Durkheim tomou partido da questão da geografia humana, opinando sobre seu “lugar”, muito mais do que La Blache o fizera para com a sociologia.

Nesse sentido, podemos apontar 3 pontos nos quais La Blache e Durkheim “dialogam”, seja convergindo ou divergindo: 1) a relação com autores alemães, em especial Ratzel; 2) as bases teóricas diferentes sobre as quais cada autor alicerça as suas teorias; e 3) certos objetivos científicos e pragmáticos similares, apesar dos recortes epistemológicos distintos.

4.1 Os débitos com os alemães e as críticas à Ratzel

A relação de débito com os alemães, dentre os quais se encontra a figura de Friedrich Ratzel, trata-se de uma estratégia em comum, compartilhada por Vidal e Durkheim, para institucionalizarem suas ciências. A fim de arraigarem a geografia humana e a sociologia no contexto acadêmico da França da época, era necessária uma referência obrigatória aos pensadores alemães e, dentro desse contexto, as ideias de Ratzel adquiriram preeminência.

É nesse sentido que podemos apontar um paralelo entre as táticas vidalianas e durkheimianas utilizadas para a emancipação¹⁸ de suas ciências:

Pour faire reconnaître cette légitimité grandissante, les géographes vidaliens utilisent différentes tactiques, d'ailleurs communes à toutes les disciplines nouvelles au début de ce siècle: la référence mais distanciée à la science allemande -ici l'anthropogéographie de Ratzel inspiratrice mais critiquée-; la fondation d'une revue, les Annales de Géographie créées en 1891, qui, à la fois, donne une image lisible de l'unité du groupe et permet de disqualifier les approches anciennes ou concurrentes; une nouvelle présentation des résultats scientifiques, certes moulée dans un genre traditionnel, la thèse de doctorat d'Etat, mais appuyée sur des signes neufs de scientificité, la carte utilisée non plus pour localiser mais pour donner à voir l'agencement des indices construits par l'observation, la photographie, non pas parce qu'elle illustre mais parce qu'elle définit l'objet qu'il faut comprendre, les croquis et graphiques empruntés aux sciences de la nature, etc. (CHARTIER, 1980, p.34).

Ora, a primeira coisa a se ressaltar é que a geografia se institucionaliza primeiro e, devido ao contexto histórico favorável – do revanchismo francês pós-1870 e da expansão da geografia pelo ensino secundário – a geografia não encontra as mesmas dificuldades que a sociologia para se consolidar no campo acadêmico francês: “l’institutionnalisation de la géographie, parce qu’elle a laissé intacte l’unité universitaire, n’a pas rencontré les mêmes résistances que les autres sciences sociales: elle a donc pu réaliser rapidement. En regard de ce processus, la réception des autres disciplines sociales s’est faite non seulement plus tard et plus lentement mais aussi dans des conditions plus précaires dans les facultés des lettres” (KARADY, 1976, p.277).

Nesse sentido, a estratégia durkheimiana é mais ofensiva do que a vidaliana, uma vez que a sociologia procura ocupar espaços “já ocupados” por outras ciências: “c’était le fondement même de la stratégie durkheimienne, pour garantir la légitimité scientifique de la sociologie et lui assurer une place équivalente à celle des disciplines classiques dans les programmes d’enseignement notamment, il fallait mettre en oeuvre une relation

¹⁸ Ora, Karady (1979) aponta as mesmas estratégias que Chartier (1980) apontara para a geografia para a sociologia: “on peut présenter sous quatre aspects l’effort de légitimation scientifique accompli par l’Ecole sociologique: 1) le recours à la légitimité établie des sciences à l’étranger en général et en Allemagne en particulier, 2) l’usage de l’Année comme arme stratégique, 3) les techniques singulières de démonstration de la scientificité mises en oeuvre dans la pratique disciplinaire, 4) enfin les rapports d’alliance, de solidarité et de service recherchés avec les autres sciences sociales” (KARADY, 1979, p.70).

d'interdépendance avec les sciences de l'homme établies dans les facultés – l'histoire, la géographie et la philosophie surtout mais aussi la psychologie - au moyen d'offres de services tout autant que d'une efficace et radicale critique de leurs présupposés épistémologiques” (KARADY, 1976, p.305).

A “relação de interdependência” que Durkheim defende traz junto certo “imperialismo sociológico” de sua parte, uma vez que ele afirma que a sociologia deve abarcar essas “ciências sociais especiais”, dentre as quais se encontra a geografia: “en réalité, toutes ces sciences spéciales, économie politique, histoire comparée du droit, des religions, démographie, géographie politique, ont été jusqu'à présent conçues et appliquées comme si chacune formait un tout indépendant, alors qu'au contraire les faits dont elles s'occupent ne sont que les diverses manifestations d'une même activité, l'activité collective. Il en dérive que les liens, qui les unissaient, passaient inaperçus” (DURKHEIM, 1975b[1900], p.22). Por isso a geografia teria o mesmo papel que a história, a estatística e depois a etnografia: o de fornecer “materiais” para a sociologia: “il s'agit pour lui, comme avec l'histoire et la statistique puis l'ethnographie, d'annexer à la sociologie des matériaux qu'apportent cette fois-ci non seulement l'histoire et la démographie, mais aussi une nouvelle venue: la géographie, dont il s'agit de borner strictement l'apport” (MUCCHIELLI, ROBIC, 1995, p.113).

Essa incorporação das ciências sociais particulares dentro da sociologia se faz através de uma crítica aos pressupostos epistemológicos dessas ciências. Portanto, à geografia – assim como à história¹⁹ – lhes falta unidade e um poder de síntese que somente a sociologia possui:

Avant Ratzel, qui aurait l'idée de voir dans la géographie politique une science sociale, ou plus généralement une science explicative au sens propre du terme? Ce constat peut d'ailleurs être généralisé. Beaucoup de ces recherches non seulement n'ont rien de sociologique, mais n'ont qu'imparfaitement un caractère scientifique. En ne reliant pas les faits sociaux au milieu social dans lequel ils sont enracinés, ces recherches demeurent suspendues en l'air sans relation avec le reste du monde, sans qu'il soit possible d'apercevoir le lien qui les unit les unes aux autres et qui en constitue l'unité [...] il n'est pas nécessaire de démontrer longuement comment ces inconvénients s'éliminent lorsqu'on considère ces différentes sciences comme des branches d'une science unique qui les englobe toutes et à laquelle on donne le nom de sociologie (DURKHEIM, 1975b[1900], p.32-3).

Percebe-se, então, que Durkheim se dirige diretamente à Ratzel a fim de mostrar os limites de sua proposta para a antropogeografia e de que modo ela deveria ser incorporada pela morfologia social. Andrews (1993, p.121) chega mesmo a apontar que foi a leitura que

¹⁹ Interessante observar que, na verdade, a disputa epistemológica com a geografia é vista como secundária por Durkheim e seus discípulos, pois antes era preciso combater a contingência da história e da psicologia: “intervient enfin une question de priorité à la fois stratégique et épistémologique. En fait, la première offensive menée par le ‘collectif’ durkheimien au sein des sciences sociales françaises est dirigée contre l'histoire [...] l'interpellation de la géographie arrive dans un deuxième temps: c'est une concurrente jugée d'abord mineure” (MUCCHIELLI, ROBIC, 1995, p.121).

Durkheim fez de Ratzel que fez com que ele cunhasse seu conceito de morfologia: “it seems quite likely that Durkheim’s reaction to Ratzel’s monograph and to the latter’s earlier work, *Anthropogeographie*, was an importante stimulus to his clarification of the nature of social morphology as a sub-field of sociology, in introducing the rubric in the *Année* the following year”, e o mesmo autor completa: “in essence Ratzel was criticized for purporting to explain social facts by those of physical geography, and for claiming far too much for geographical factors which at best could provide conditions for the subseqüente development of social phenomena, but could in no way provide anything approaching a suficiente explanation for them” (ANDREWS, 1993, p.121).

Antes de analisar, então, de que maneira Durkheim e Vidal recepcionaram as ideias de Ratzel no processo de emancipação de suas ciências, faz-se necessário apresentar, sumariamente, a figura e a importância de Ratzel para a geografia.

Friedrich Ratzel viveu em um período peculiar da história da Alemanha: o de sua unificação territorial. Ao contexto, soma-se o texto: sua obra situa-se como um marco para a gênese da geografia moderna (MORAES, 1989). Após as contribuições de Humboldt e Ritter em meados do século XIX, a geografia alemã reencontrou em Ratzel um grande expoente, já no período pós-unificação (CAPEL, 1988). O contexto histórico da Alemanha desempenha, portanto, importante papel para a compreensão do pensamento ratzeliano. “Formado na histórica Universidade de Leipzig, na qual teve um papel essencial na sistematização da geografia alemã, Ratzel combateu voluntariamente na guerra franco-prussiana, fundou a Associação de Munique para a Defesa dos Interesses Alemães no Exterior, e participou da fundação da Sociedade Colonial, em 1884”, aponta Oliveira (2012, p.12), o que demonstra como a atuação de Ratzel em vida se conjuga com os interesses da Alemanha recém-unificada. Por conseguinte, tal reflexo também está presente em sua obra, pois Ratzel contribuiu para a institucionalização da geografia alemã, a qual “ligou-se diretamente a um contexto político peculiar marcante: a mudança da concepção filosófica de mundo, já que o idealismo romântico de finais do séc. XVIII e início do séc. XIX, também conhecido como pensamento clássico alemão, foi esvaziado pelo utilitarismo da segunda metade do século XIX, característica de uma ciência aplicada com objetivos práticos” (OLIVEIRA, 2012, p.9).

Antes da unificação territorial alemã, porém, “Ratzel vive sua infância quase imune às mudanças ocorridas na metade do século XIX. Apesar da simpatia pelos liberais republicanos, o Ducado de Baden era, no fundo, muito conservador, e poucos foram os ecos do revolucionário

ano de 1848. Isolado, vivendo o dia-a-dia com sua família, frequentando a Igreja Luterana e a escola” (MARTINS, 1993, p.20).

Tendo nascido em 1844 na cidade de Karlsruhe, Ratzel trabalhou como farmacêutico e estudou geologia e biologia nas Universidades de Heidelberg, Jena e Berlim, até participar como oficial do exército alemão na Guerra Franco-Prussiana de 1870. A Guerra aparece como um divisor de águas na biografia ratzeliana, porque é depois dela que Ratzel se aproximou da geografia: “após participar da Guerra Franco-Prussiana, Ratzel estuda em Munique, e entre 1873 e 1875, divulga seus primeiros trabalhos, de caráter regional, a partir de algumas viagens que fez para a América e alguns lugares da Europa, e Ratzel, assim como Richthofen, chegam a Geografia justamente a partir destas expedições. Ratzel veio a Geografia a partir das ciências físicas, assim como Richthofen” (OLIVEIRA, 2012, p.39).

Antes de entrar para a geografia, Ratzel trabalhou, na verdade, como jornalista geográfico escrevendo artigos de viagens para o periódico *Kolnisch Zeitung*, de Munique. Entre 1873 e 1875, viajou para diversos lugares da Europa e também da América, sendo que seus relatos e impressões sobre os Estados Unidos e o México foram publicados em dois livros lançados ainda nessa mesma década (MORAES, 1990). De acordo com Martins (1993, p.31): “gradualmente, o jovem afastava-se de sua educação formal, das classificações dos objetos, e tomava consciência da totalidade orgânica da paisagem. ‘Espaço’ vinha ocupando o lugar de ‘espécies’ em sua organização conceitual”.

Mas é no intervalo entre as suas viagens, que Ratzel conheceu aquele que influenciará demasiadamente a sua obra: o explorador alemão Moritz Wagner (1813-1887):

No inverno de 1871-2 Ratzel passa alguns meses em Munique, durante os quais conhece e estabelece uma grande amizade com o etnógrafo e explorador Moritz Wagner, que desenvolvera, após pesquisa de campo na América Central, a tese de que a evolução era consequência da migração para novos habitats, e que as pessoas e suas ideias mudavam quando se dispersavam. Essa tese será, mais tarde, explorada por Ratzel, resultando no conceito de difusão e diferenciação de culturas e de traços culturais particulares (MARTINS, 1993, p.34).

Foi o mesmo Wagner que ajudou Ratzel a adentrar na geografia: “o retorno de Ratzel a Munique encerra o período itinerante de sua vida, que lhe mostrou com clareza seu talento para a geografia. Indicado, com a ajuda de seu grande amigo Moritz Wagner, para uma vaga de Privatdozent no departamento de geografia da Politécnica de Munique, Ratzel não perde tempo para completar sua qualificação acadêmica, e defende sua tese de Habilitation no ano seguinte. O assunto dessa tese é a migração chinesa” (MARTINS, 1993, p.39).

Ratzel lecionou, então, por alguns anos em Munique. É lá, inclusive, que publicou, em 1882, o primeiro volume de sua obra capital: a *Anthropogeographie*. Alguns anos mais tarde,

publicou o primeiro volume de sua segunda grande obra – *Völkerkunde* –, até que, em 1886, se transfere para a Universidade de Leipzig. Conforme aponta Martins (1993, p.48):

Muito feliz e confortável em Munique, em 1880 Ratzel torna-se professor adjunto, e recusa uma oferta de trabalho na Universidade de Leipzig, onde vagara uma cadeira, devido à morte de Oskar Peschel. Mas, em 1886, frente a uma segunda solicitação, Ratzel decide aceitar o convite, e muda-se para Leipzig, onde vai ocupar o lugar deixado por Ferdinand von Richthofen, que se transferira para Berlim. Embora oferecesse resistência para se desvincular de Munique, a experiência do geógrafo em Leipzig será muito produtiva.

Em Leipzig, Ratzel lecionou por quase duas décadas, até sua morte prematura com apenas 60 anos: “considerado um dos mais ilustres professores de Leipzig, onde praticou boa parte de sua atividade docente, é notável a intensa divulgação e dimensão de suas aulas. Ratzel ministrou cerca de cento e vinte e oito aulas, cursos e palestras, ao longo de dezoito anos de atividade docente, entre 1866 e 1904, ano de sua morte” (OLIVEIRA, 2012, p.64).

Durante os anos de 1880 e 1890, Ratzel publicou outras obras que irão compor seu grande conjunto bibliográfico: em 1891, lançou o segundo volume da *Anthropogeographie* (RATZEL, 1914); entre 1886 e 1888, publicou o segundo e o terceiro volume de sua segunda grande obra, *Völkerkunde* (RATZEL, 1896); até que, em 1897, lançou seu livro mais polêmico: *Politische Geographie* (RATZEL, 1987), o qual teve uma segunda edição em 1903 (RATZEL, 2016). Ademais, dentre as grandes obras de Ratzel, incluem-se também: *Die Erde und das Leben* (A Terra e a vida), de 1901-2, e; *Über Naturschilderung* (Sobre a descrição da natureza), de 1904; as quais demonstram outro “prisma” da obra ratzeliana, diferente dos seus escritos mais conhecidos da Antropogeografia e da Geografia Política (MARTINS, 1993).

Além das publicações próprias, Ratzel formou alguns discípulos em Leipzig: “até o final de sua vida, Ratzel orienta cerca de 100 dissertações. Os mais ilustres estudantes e orientandos desses anos em Leipzig foram Jean Brunhes, Ellen Semple (que assiste às aulas apenas como ouvinte, pois mulheres não podiam se matricular na Universidade de Leipzig), Hans Helmut e Alfred Hettner”, aponta Martins (1993, p.50). Todavia, a mesma autora complementa: “Fica difícil de afirmar que Ratzel tenha fundado uma escola em Leipzig” (MARTINS, 1993, p.50).

É importante observar que, dentre os principais alunos que tiveram aulas e orientações com o próprio Ratzel, dois deles não eram alemães: o francês Jean Brunhes (1869-1930) e a estadunidense Ellen Semple (1863-1932). Isso demonstra que o impacto das ideias ratzelianas se expandiu para além da própria Alemanha, influenciando, principalmente, a rival França. Além de Brunhes, vários outros autores franceses se referiam à Ratzel.

As principais referências à Ratzel na França, então, vieram das revistas criadas por Vidal e por Durkheim: os *Annales de Géographie* e *L'Année Sociologique*, respectivamente. Assim,

“apesar dos *Annales de géographie* terem sido fundados antes do *L’Année sociologique*, é nas páginas deste último que o debate se inicia, desenvolvendo-se uma espécie de disputa por fatias do conhecimento entre a pretendida Morfologia Social, fundada por Durkheim, e a Antropogeografia de Ratzel. Os adeptos da Morfologia Social, definida como tributária dos estudos sociológicos, julgavam-na mais qualificada do que a Antropogeografia para conduzir muitas das investigações e estudos propostos por esta última” (CARVALHO, 2004, p.88).

Nessa revista, logo em seu primeiro volume, o próprio Durkheim já resenhava uma das obras ratzelianas, a saber: o primeiro volume da Geografia Política de Ratzel (DURKHEIM, 1897, 2013a). Mas é somente no segundo volume que ele cria uma seção específica, a *Sixième Section*, intitulada “Morfologia Social”, a qual discute questões relativas diretamente às ideias ratzelianas, às quais Durkheim se opunha, defendendo sua sociologia (DURKHEIM, 1982).

Isso não significa, todavia, que Durkheim – assim como Vidal – não enxergasse os méritos das obras de Ratzel. Tanto que, no 3º volume da *L’Année Sociologique*, Durkheim convidou o próprio Ratzel a publicar seu artigo, intitulado “O solo, a sociedade e o Estado” (RATZEL, 1983[1898]). Nesse mesmo volume da revista, Durkheim publicou uma resenha da Antropogeografia. Depois de apresentar o objetivo das 3 partes dessa obra (RATZEL, 1914), Durkheim afirma o que é, para ele, o ponto central da antropogeografia ratzeliana:

It’s a question of knowing, not only what determines the political map, or the map of ethnic groups or religious groups, to have such and such form, but also how the nature of land contributes to determine the way in which the human masses move around the surface of the globe. Whether these populations constitute national or religious or economic groups, there are forces that make that necessary, here to crowd together, there to spread apart, that draw them in or push them back, that combine to mark the direction in which they are heading, the road they are following, etc., and, at the very least, certain ones among these forces are inherent to the nature of the land (DURKHEIM, 2013b [1898], p.81).

Desse modo, ele conclui que o objetivo central do livro não é somente compreender de que maneira que essas “forças” agem sobre a população, mas também apresentar como elas se movimentam, resultando na distribuição dessa população pelo globo: “the object of the book is to investigate what they are, and the way they act. Accordingly, it is essentially a general theory of human migrations that is presented in the first part of anthropogeography, because migrations are none other than groups and to distribute themselves over the land at every moment in history. Consequently, it is only the study of these movements that can account for this distribution” (DURKHEIM, 2013b [1898], p.81).

Ao contrário do seu método de desconstrução dos argumentos dos rivais a fim de estabelecer sua superioridade especificamente sociológica (LUKES, 1984), Durkheim é, num primeiro momento, simpático com as ideias de Ratzel: “in these pages we have already had

occasion to indicate the importance that we attach to Ratzel's work. Not only are these accounts enriched with interesting and ingenious view, but the author deserves high praise for having freed geography from the solitary confinement in which it was languishing, for having related it to sociology, for transforming it into a genuine social science, and in doing so, clearing the way for studies that promise to be [even more] fruitful" (DURKHEIM, 2013b [1898], p.84). De acordo com ele, os livros de Ratzel – a Politische Geographie e a Anthropogeographie, no caso – são “ricos” e “engenhosos” e têm o mérito de “tirar a geografia do seu isolamento”, transformando-a numa “ciência social”.

Todavia, logo na sequência, Durkheim adverte dos “perigos” do projeto ratzeliano:

With regard to Anthropogeographie we must take a point that we made in reviewing his Politische Geographie. If the science Ratzel undertakes to establish has great many possibilities, his subject matter like his method still remains not utterly and clearly defined. We made it clear before that it was not easy to say precisely what exactly it was about. Doubtless, the theory of migratory movements is the main aspect; but many other subjects are dealt with in it. It is, in short, a matter of studying all the influences that the land can have on social life in general (DURKHEIM, 2013b [1898], p.84-5).

A falta de “definição clara” do seu objeto e do seu método parece ser, então, o motivo que desqualifica a antropogeografia ratzeliana. Durkheim afirma, assim, que Ratzel peca pela ambição de suas ideias: “now, the various problems that arise from such na endeavor are much too heterogeneous to come under the jurisdiction of one and the same science (...) A scholar, working alone and single-handedly, cannot be, to the same degree, competente with such a variety of problems. This is what causes a somewhat distressing reaction while reading Anthropogeographie” (DURKHEIM, 2013b [1898], p.85).

Após indicar o problema do método ratzeliano, Durkheim termina sua resenha apontando que “doubtless, the telluric influences are far from being negligible; but it does not seem that they have the preponderance of significance that is attributed to them” (DURKHEIM, 2013b [1898], p.85). Em suma, portanto, “la critique de Durkheim est éminemment pertinente, elle marque nettement la différence entre morphologie sociale et géographie sociale, elle affirme que le fait primordial c'est la façon dont les humains sont organisés en société et non la manière dont ils occupent le sol, cette dernière dépendant de la première bien plus que l'inverse” (MUCCHIELLI, ROBIC, 1995, p.112).

Para ele, então, a morfologia social é melhor do que a antropogeografia para explicar as relações entre os fatores geográficos e a sociedade porque não exagera nos significados que atribui a eles. Nesse sentido, ele finaliza afirmando que não é a geografia que esclarece a sociologia, mas sim o contrário:

Indeed, as people associate land more and more with their livelihood and transform it for their use, it becomes for them increasingly harder to part with it. Only, in this case, if there is a relationship of dependency, it is almost the reverse of the one observed at the start. Now, if a society adheres to the land it is not because it felt the influence but, on the contrary, because it has assimilated itself into it. Far from conforming to the pattern the land sets, it is this last that bears the society's imprint. It is no longer the land that accounts for man, but the man who accounts for the land. If the geographical factor remains important enough for sociology to know about it, it is not because the geographical factor sheds new light on sociology; on the contrary, it is through sociology that the geographical factor becomes intelligible (DURKHEIM, 2013b [1898], p.86).

De modo extremamente similar, o sobrinho e maior discípulo de Durkheim, Marcel Mauss critica a antropogeografia de Ratzel com base nos mesmos parâmetros de seu tio. Em um artigo publicado em 1905 na *L'Année Sociologique*, chamado “Ensaio sobre as variações sazonais das sociedades esquimós – Estudo de morfologia social”, Mauss não cita explicitamente o nome de Ratzel, mas, evidentemente, é a ele que se refere quando critica as deficiências da antropogeografia. Ele começa, porém, tecendo-lhe alguns elogios:

Ao tratar dessas questões, somos levados a especificar nossa posição em relação aos métodos praticados pela disciplina especial que adotou o nome de antropogeografia. Os fatos que ela examina são claramente, num certo sentido, do mesmo gênero que iremos abordar. Ela também se propõe a estudar o modo de repartição dos homens na superfície do solo e a forma material das sociedades, e não se poderia contestar sem injustiça que as pesquisas que ela empreendeu nessa direção trouxeram resultados importantes. Portanto, nada mais distante de nosso pensamento do que depreciar seja as descobertas positivas, seja as sugestões fecundas que devemos a essa brilhante plêiade de trabalhadores (MAUSS, 2003, p.427).

Logo na sequência, todavia, critica esses “especialistas da geografia” – dentre os quais inclui também os franceses da escola de Vidal – pelo “ângulo muito particular” que empreendem as suas análises:

Ao conceber a sociedade apenas como grupos de homens organizados em pontos determinados do globo, não cometemos o erro de considerá-las como se fossem independentes de sua base territorial; é claro que a configuração do solo, sua riqueza mineral, sua fauna e sua flora afetam a organização delas. Mas, por serem especialistas da geografia, os cientistas dessa escola foram naturalmente induzidos a ver as coisas de que se ocupam sob um ângulo muito particular; em razão mesmo dos estudos aos quais se dedicavam, eles atribuíram ao fator telúrico uma preponderância quase exclusiva. Em vez de estudarem o substrato material das sociedades em todos os seus elementos e em todos os seus aspectos, é sobretudo e antes de tudo o solo que concentra sua atenção; é ele que está no primeiro plano de suas pesquisas, e tudo que os diferencia dos geógrafos comuns é que eles consideram o solo mais especialmente em suas relações com a sociedade (MAUSS, 2003, p.427-8).

Trata-se, como se percebe, das mesmas questões que Durkheim já havia levantado: a antropogeografia peca por exagerar na importância do fator telúrico. Desse modo, a morfologia social seria uma ciência mais prudente, pois, enquanto ramo da sociologia, não cometeria os mesmos erros que a geografia, já que, em sua análise, não privilegiaria o solo, mas sim a sociedade: “todas essas questões não são portanto geográficas, mas propriamente sociológicas; é dentro de um espírito sociológico que iremos abordar aquelas que são o objeto deste trabalho. Se em vez da palavra antropogeografia preferimos a expressão morfologia social para designar

a disciplina à qual pertence este estudo, não é por um gosto vão de neologismo; é que essa diferença de rótulo traduz uma diferença de orientação” (MAUSS, 2003, p.429).

Entretanto, no percurso sociológico durkheimiano, pouco a pouco a morfologia social foi perdendo espaço, pois a preocupação de Durkheim deixou de ser o espaço enquanto substrato social e passou a ser o espaço enquanto representação coletiva (ORTIZ, 2002b). Por isso, “although one must begin with a clear understanding of the morphological base, this alone is not sufficient to account for those collective ideas and practices – myths, legends and rituals, for example – which are themselves a sui generis outcome of social activity, with their own coherent and internally consistent systems of development and change” (ANDREWS, 1993, p.117). Nesse sentido, é que podemos afirmar que “as representações formam, portanto, uma realidade sui generis, elas se combinam entre si e, mesmo mantendo laços estreitos com seu substrato biológico, em certa medida são independentes [...] Por isso Durkheim é tão enfático ao dizer que ‘a consciência coletiva é muito mais do que um simples epifenômeno da base morfológica’” (ORTIZ, 2002b, p.128-9).

Por mais que Durkheim tenha desenvolvido o conceito de representação coletiva mais para o final de seu percurso sociológico, – quando da publicação de *As Formas Elementares da Vida Religiosa*, em 1912 –, o germen dessa ideia na verdade já estava presente desde as suas primeiras críticas à Ratzel, pois “tout d’abord, on observe que Durkheim conteste le fondement même du déterminisme géographique simple de Ratzel: il n’y a pas d’action directe du sol sur les institutions [...] Enfin, et c’est là toute et son intérêt, au lieu de se contenter des vagues allusions à la manière dont la géographie façonne les mentalités, Durkheim annonce déjà l’hypothèse de recherche qu’il développera avec Mauss quelques années plus tard: il existerait un lien direct, logique, entre la structure d’une société – notamment son habitat – et les représentations du monde propre aux individus de cette société” (MUCCHIELLI, ROBIC, 1995, p.110). Ou seja, a argumentação desenvolvida por Durkheim e Mauss sobre o caráter sui generis das representações coletivas pode ser interpretada como tendo sido originada de uma crítica às ideias ratzelianas (DURKHEIM, MAUSS, 2000).

O fato é que, como a morfologia social foi perdendo preponderância na argumentação durkheimiana e também entre os seus discípulos²⁰, a recepção das ideias de Ratzel na França

²⁰ Interessante observar que Mauss, ao abrir a Nova Série do *L’Année Sociologique*, após a Primeira Guerra Mundial, assinala de novo a importância da morfologia social: “Durkheim frequentemente explicou em que grau a morfologia, o estudo da estrutura física das sociedades forma o ponto de partida e também o ponto de chegada de todos os estudos da vida social. Mas aqui é preciso novamente opor o pequeno espaço que ocupa nestes volumes ao grande espaço que ocupa em nossos espíritos. Duas ciências consideráveis fazem parte dela: a demografia e a antropogeografia ou geografia humana, se aceitamos as denominações correntes. A demografia é inteiramente

foi passando, paulatinamente, para as mãos do círculo de Vidal. Por mais que os ataques tenham começado na revista de Durkheim, as primeiras análises das ideias ratzelianas começaram na de Vidal. Desse modo, já no primeiro volume dos *Annales de Géographie*, houve um artigo com referência direta à Ratzel, assinado por Louis Raveneau (RAVENEAU, 1892); enquanto que o próprio La Blache se dirigiria ao alemão, em outras duas edições: na 7ª, comentando a sua geografia política, e na 13ª, com seu necrológio (VIDAL DE LA BLACHE, 1898, 1904). Depois da morte de Ratzel, suas obras continuaram sendo comentadas nas páginas da revista, agora por Sion, em 1904, e também por Hückel, em 1906 e 1907 (SION, 1904; HÜCKEL, 1906, 1907). O primeiro a respeito de sua geopolítica e o segundo sobre a chamada “geografia da circulação” de Ratzel que, em termos antropológicos, se enquadraria na escola alemã conhecida como “difusionista” (GINGRICH, 2005).

Os motivos que levaram Vidal e os vidalianos a se posicionarem frente às ideias de Ratzel são muitos, mas, mais do que à Ratzel, a geografia francesa nascente no final do século XIX, se referia aos alemães de forma geral, pois via na ciência germânica um modelo:

Se é verdade que em 1870 os sucessores imediatos de Humboldt e Ritter não possuíam o mesmo brilho de seus mestres, quatro anos depois uma decisão governamental aponta para a criação de uma cadeira de Geografia em todas as universidades do Estado. O êxito é inegável: em 1890, praticamente todas as universidades alemãs possuem um ensino especializado em Geografia, ao passo que a França tinha cinco cadeiras e a Inglaterra apenas uma. Por essas razões, Leipzig (com Peschel, Richthofen e Ratzel) e Berlim (com Richthofen e Penck) atraem inúmeros estrangeiros (...) Visitá-la era uma etapa importante, pelo menos, por três razões: no aperfeiçoamento da formação, na busca de ideias para organização do ensino e de um eventual laboratório e mesmo como um rito de admissão na comunidade geográfica internacional (RIBEIRO, 2009b, p.23).

Assim como ocorreu para a formação da escola de geografia francesa, na figura de Vidal, os sociólogos desse país também se utilizaram das referências aos alemães a fim de consolidar a sociologia no quadro universitário. Nesse sentido, a referência à Ratzel é secundária para Durkheim, porém é válido notar que:

Embora Durkheim gostasse de sublinhar o quanto a sociologia devia a Saint-Simon e Comte, ele não escondeu sua estima pelos trabalhos alemães. Exaltou, sobretudo, os méritos de psicólogos e sociólogos, tais como Lotze, Fechner, Wundt, Wagner, Schmoller e Schäffle, que o ajudaram a se libertar de uma concepção da sociedade baseada no indivíduo (atomismo), para melhor desenvolver o realismo social, que deve fundamentar a sociologia. Suas simpatias socialistas – assim como as de seus discípulos – refletiram em parte a influência dos progressos do socialismo na Alemanha, que vários deles (ex.: Bouglé, Davy), inclusive o próprio Durkheim, tiveram ocasião de visitar. Georg Simmel foi, aliás, convidado a colaborar na publicação do primeiro volume de *L'Année Sociologique*, que dedicou sempre uma parte importante de suas análises críticas às publicações alemãs (BERDOULAY, 2017, p.11).

sociológica; a outra é, ao mesmo em grande parte, de nossa competência; em nossa opinião pessoal, é inteiramente de nossa competência; mas não faremos disso uma questão de Estado” (MAUSS, 1999[1927], p.45), e ao dizer para não fazer disso “uma questão de Estado” está se opondo à perspectiva de Febvre (FEBVRE, 1955[1922]).

Ambos, portanto, tinham uma posição de admiração e rivalidade com os alemães. Reconheciam um débito, mas faziam uma leitura crítica de suas obras – o que é nítido com Ratzel. Assim, “desde o fim do século XIX, os homens de ciência franceses foram ficando menos obcecados pela superioridade da ciência alemã, considerando-a mais uma concorrente que um modelo a seguir. Eles se concentraram mais sobre os aspectos da ciência francesa que eram potencialmente fortes e lhes permitiriam superar seus rivais. Assim, na maior parte das disciplinas, esses homens de ciência se esforçaram em promover sua própria ‘escola’ nacional” (BERDOULAY, 2017, p.6).

Isso implica que a geografia de Vidal e dos vidalianos não era um mero reflexo das ideias ratzelianas, uma vez que essa recepção passava por uma espécie de filtro:

Os vidalianos só foram sensíveis às ideias alemãs que suas próprias concepções os predisuseram a acolher. A escola francesa conheceu sua plenitude quando elaborou e ilustrou sua própria concepção da geografia humana. Esta concepção deu à disciplina uma definição antropocêntrica. Foi para concretizá-la cientificamente que os vidalianos se voltaram para os trabalhos de Ratzel e o método regional, que se esforçaram no sentido de rejeitar toda a oposição entre o homem e natureza graças ao neokantismo, e que apreciaram começar suas análises pelo estudo da repartição da população. A despeito de um desenvolvimento quase separado da geomorfologia, no decorrer do século XX, o pensamento vidaliano original não pôde aceitar uma dicotomia entre os elementos humanos e físicos da geografia (BERDOULAY, 2017, p.230-1).

De modo complementar, tampouco se pode dizer – como muitas vezes a história ortodoxa da geografia propagou – que Ratzel e Vidal tinham concepções opostas de geografia. Muito pelo contrário, na verdade: “Ratzel e Vidal de la Blache compartilham a mesma concepção sobre a relação Homem-Natureza. De início, concordam com o postulado segundo o qual o Homem estaria submetido à Natureza em razão das necessidades de sua própria existência física” (MERCIER, 2009, p.27). Não obstante, “em plena comunhão de espírito, Ratzel e Vidal de la Blache forjaram uma mesma teoria para compreender a gênese e a dinâmica das entidades regionais. Essa teoria, posto que coerente e explícita quanta aos seus postulados, os conduziu a uma interpretação consequente do objeto geográfico” (MERCIER, 2009, p.28). Ou seja, antes que uma rivalidade, Vidal expressava uma admiração pelo mestre alemão. Existiam divergências entre os dois, mas as convergências eram muito maiores, pois “Ratzel foi uma das referências intelectuais, com a sua Antropogeografia, para o estabelecimento da Geografia Humana de Vidal. Apesar de algumas pequenas divergências, os dois convergiam no tratamento dado à região e ao Estado, tanto na defesa do colonialismo quanto na própria visão geopolítica” (CAMPOS, 2014, p.423).

O exemplo mais visível dessa oposição se encontra no último livro de Vidal: *A França do Leste*, em 1917. Publicado durante o decorrer da primeira guerra mundial, evidentemente que, nele, o francês Vidal não traria elogios ao mestre alemão Ratzel:

No livro *La France de l'Est (Lorraine-Alsace)*, Vidal demonstrou que, do ponto de vista geopolítico, não estava tão distante de Ratzel, estando também convencido de que território e poder eram sinônimos. Ele criou na geografia uma escola nacional francesa, ou seja, para o Estado francês. No livro citado, no qual não colocou os grandes geógrafos do período (como Humboldt, Ritter, Ratzel ou Reclus), as ideias de Vidal eram semelhantes às práticas estratégicas, empresariais e diplomáticas da França; não deixou de ser um defensor do Estado francês. Além disso, presentes seu antigermanismo, a defesa de um agrupamento europeu que tivesse a França como livre e a possibilidade de trocas comerciais com a Rússia, fato dificultado, com a eclosão, no final de 1917, da Revolução de Outubro. A obra *A França do Leste*, defensora de uma estratégia a ser utilizada pela França, instaura-se, portanto, no campo da geopolítica e não no da geografia política. Sendo Ratzel um geógrafo que fez algumas das propostas seguidas pela Alemanha, era natural que Vidal o censurasse. Mas ele também não fez nenhuma referência nessa obra, demonstrando mais uma vez que a polarização entre ambos não existiu (CAMPOS, 2014, p.430).

Se em sua obra de cunho mais geopolítico, Vidal não se referiu à Ratzel, em outras oportunidades, porém, não lhe poupou elogios. Por exemplo: um artigo de 1898, publicado nos *Annales de Géographie*, chamado “A geografia política – a propósito dos escritos do Sr. Friedrich Ratzel”, Vidal assim o inicia: “Muitas vezes os leitores desta revista tiveram chamada a sua atenção para os trabalhos do Sr. Friedrich Ratzel. Quando publicada a segunda parte da *Antropogeografia*, a importância e a originalidade dessa obra foram apreciadas por um de nossos colaboradores em um estudo que é importante lembrar. Desde essa época, a atividade do Sr. Ratzel continuou a se desenvolver no mesmo sentido” (VIDAL DE LA BLACHE, [1898]2012, p.401). Referindo-se a outro artigo publicado no *Annales*, logo em sua primeira edição, por Louis Raveneau, o qual também elogiava Ratzel, Vidal relembra a “importância e a originalidade dessa obra”, pois, segundo ele, a geografia política estava sendo negligenciada pelos geógrafos de sua época:

Enquanto a geografia física de fato atrai para si uma legião crescente de pesquisadores, é preciso convir que, neste último quarto de século, a geografia política foi menos favorecida. Ela viveu durante muito tempo da impulsão fecunda que lhe havia dado Karl Ritter, mestre ao qual a Alemanha é devedora do avanço adquirido pelas publicações de geografia e de cartografia políticas. Mas os tempos passaram e esse ramo da ciência não atingiu o nível de progresso alcançado no seu entorno (...) ainda é preciso que um trabalho de aproximação intervenha entre essas ordens de estudo. Seria em vão confiarmos essa tarefa ao acaso ou ao tempo. Ao contrário, o momento sem dúvida parece ter chegado, e a iniciativa perseverante do Sr. Ratzel põe em foco uma carência que começa a preocupar todo mundo. ‘De novo’, diz ele, ‘ouve-se o ressoar das queixas sobre a sequidão da geografia política, queixas tão antigas quanto o ensino de geografia’ (VIDAL DE LA BLACHE, [1898]2012, p.402-3).

Elogiando todo o conjunto da obra ratzeliana, da *Anthropogeographie* a *Völkerkunde* e, inclusive, sua *Politische Geographie*, Vidal reconhece os méritos de Ratzel de tentar estabelecer uma geografia cujos objetos e métodos são bem definidos:

Essas queixas são do mesmo tipo daquelas que também conhecemos na França. Se elas são fundadas, provam que as obras de geografia política às quais se aplicam não se inspiram em uma concepção clara do objeto da ciência. As razões são diversas. Mas a principal é exatamente aquela que o Sr. Ratzel indica: os fatos da geografia política encontram-se ainda muito esparsos, sem adaptação àqueles da geografia física. É esse trabalho de agrupamento e de coordenação que o Sr. Ratzel tentou alcançar nos diferentes estudos que citamos, pois não é homem de se contentar em formular críticas e esboçar programas. Essa preocupação comum fornece a unidade de seus trabalhos. Ele procura agrupar os fatos e extrair leis, a fim de colocar à disposição da geografia política um fundo de ideias sobre o qual ela possa viver (VIDAL DE LA BLACHE, [1898]2012, p.403).

Por fim, Vidal termina seu artigo apontando que os “princípios de método” de Ratzel correspondem ao “presente estado da ciência”: “na mobilidade perpétua das influências que se intercambiam entre a natureza e o homem, seria sem dúvida uma ambição prematura querer formular leis. Mas parece claro que certos princípios de método já estão se revelando. Se esta apreciação, por mais insuficiente que seja, conseguir despertar tal ideia nos leitores, eu queria que ele se tornasse, para eles, um motivo para se reportar aos escritos do Sr. Ratzel. Eles encontrarão aí, com todos os desdobramentos que comporta, uma concepção da geografia política que responde, em suma, ao presente estado da ciência” (VIDAL DE LA BLACHE, [1898]2012, p.420).

Em outra oportunidade, num artigo publicado na *Revue de Synthèse Historique*, em 1903, chamado “A geografia humana: suas relações com a geografia da vida”, Vidal mais uma vez não poupa elogios à Ratzel. Examinando a história do pensamento geográfico, o francês reconhece no alemão “o mérito de ter reconstituído a geografia humana à luz do método biológico”, apontando, assim, como suas ideias lhe influenciou:

Quando a retomada das descobertas veio reanimar o fôlego geográfico, de início pareceu que isso ocorrera exclusivamente em prol da Geografia física, e faltou pouco para que, nesse novo élan, se rejeitasse como velharia a herança de Estrabão e de Karl Ritter (...). O mérito de ter reconstituído a Geografia humana à luz do método biológico pertence ao Sr. Friedrich Ratzel. Num texto a que me permito remeter o leitor, tentei resumir as ideias mais importantes contidas nas duas partes da *Antropogeographie* (1882 e 1891). Essa obra, tão notável pela riqueza de visões e pela amplitude do método, veio estreitar de uma vez por todas uma cadeia que ameaçava se romper. Nela, o pensamento de Ritter aparece modernizado, enriquecido de aquisições positivas, especialmente impregnado da ideia naturalista do século recém-findado. Para compreender adequadamente o seu alcance, é necessário aproximar dessa obra a já numerosa série de escritos de detalhe que, sob influência direta ou não do mestre, daí advêm. Nessas monografias, vê-se um emprego mais ou menos satisfatório – mas, em todo caso, instrutivo – dos instrumentos de trabalho fornecidos pela cartografia, pela estatística e pela etnografia à geografia humana. Esse uso do método de análise é a verificação obediente das ideias gerais da *Antropogeographie* (VIDAL DE LA BLACHE, [1903]2012, p.111-2).

Em suma, portanto, o modelo alemão de geografia que serviu de parâmetro para a institucionalização dessa ciência na França teve em Ratzel seu grande expoente. Assim, Vidal de La Blache que se tornaria o pai dessa nascente escola francesa de geografia não pôde ser alheio às suas influências. Pelo contrário, Vidal sempre reconheceu seu débito para com Ratzel

e há muito mais similaridades entre seus métodos e objetos geográficos do que diferenças (BROC, 1977; ROBIC, 2014). Todavia, nesse primeiro momento de institucionalização na virada do século XIX para o XX, os parcos escritos metodológicos de Vidal e a distorção de suas ideias pelos seus discípulos fizeram com que a geografia francesa ficasse carente de uma metodologia própria e bem definida. Nesse sentido, “la geografia francesa primero fue la institucionalización y la propaganda de la nueva ciencia, y sólo más tarde la reflexión sobre los métodos y la teoría” (CAPEL, 1988, p.125).

Desse modo, podemos notar que “si la géographie humaine survit à l’effacement relatif de la morphologie sociale, cette pérennité est avant tout due à la position institutionnellement forte de la géographie dans l’appareil scolaire et universitaire” (RHEIN, 1982, p.250). Ou seja, tanto Durkheim quanto Vidal se posicionam frente às ideias de Ratzel diretamente, mas em relação um ao outro de modo indireto. Ora, na prática, os ataques da sociologia durkheimiana foram à Ratzel, não à Vidal, porque a geografia vidaliana já estava bastante institucionalizada no aparato acadêmico francês; enquanto que, na teoria:

Ce dialogue entre géographes et sociologues prendra rapidement la forme d’une confrontation. Pourtant, les intentions de Durkheim n’étaient pas initialement belliqueuses [...] pendant les premières années, Durkheim a donc consacré exclusivement sa critique à Ratzel, évitant de se confronter directement à Vidal. Il est vrai que, face à la proximité de Ratzel, la production empirique des géographes français était encore très limitée. Enfin, le renom de ce dernier semblait en faire un passage obligé pour Durkheim (qui fera même appel à lui en 1900 pour une contribution personnelle) qui se mesurait légitimement à la fois à la forte science allemande et à la référence principale de ses collègues français (MUCCHIELLI, 1998, p.395-6).

Ou seja, aparentemente a “modéstia” recomendada por Durkheim à Ratzel, serviu para Vidal. Por mais que ambos estivessem “em busca do sui generis” de suas ciências, foi possível delimitá-las sem que eles se confrontassem diretamente. Nesse sentido, “Durkheim a tenté de ménager les susceptibilités et de limiter les risques de confrontation. Ainsi, non seulement Vidal de la Blache ne sera pas attaqué personnellement et directement par les durkheimiens, mais encore Durkheim fait de l’article de Vidal sur Ratzel et son Anthropogéographie un compte rendu élogieux; c’est probablement lui qui confie la note du Tableau de la Géographie de la France à Vacher, dont le compte rendu est un hommage un peu plat, une défense et illustration timide de l’oeuvre du maître” (RHEIN, 1982, p.249).

Durkheim, portanto, não se dirige explicitamente à Vidal em nenhum dos seus artigos no L’Année Sociologique e, ademais, a resenha publicada por Vacher do Tableau de Vidal é elogiosa (VACHER, 1905). Dessa forma, o embate, na verdade, ocorreu entre os discípulos de um e de outro, principalmente nos ataques feitos por Simiand, um “durkheimiano peculiar”, no L’Année contra alguns dos principais vidalianos (SIMIAND, 1910). Em resumo, “voulant faire

de la sociologie une science avec son objet et sa méthode propres, Durkheim et ses assistants adoptent une attitude offensive [...] Subtilement, l'attaque vise non pas Paul mais ses proches disciples [...] Paul et ses disciples passent leur chemin parce que leur discipline, reconnue par l'institution, dispose déjà d'une assise scolaire indéniable que la sociologie ne saurait gêner" (SANGUIN, 1993, p.206).

Assim, os durkheimianos passaram a criticar os vidalianos e vice-versa, mas esse embate aparece como secundário, uma vez que não envolveu os dois mestres e se tratou, na verdade, de um "diálogo de surdos":

Tratou-se, à primeira vista, de um problema de limites entre a geografia humana e a morfologia social, ramo da sociologia durkheimiana que objetivou estudar os aspectos materiais e espaciais da vida dos grupos. Os protagonistas deste conflito se acusaram mutuamente de invasão de suas respectivas áreas. Mas foram os sociólogos, entretanto, os mais inclinados a atacar para preservação do que consideraram sua área. A argumentação utilizada foi relativamente obscura, uma vez que diversas vezes contraditória. Acima de tudo, cada grupo pareceu (de propósito?) basear suas críticas em uma ideia da ciência do outro, que seria diferente daquilo que pensaram aqueles que a praticaram. Por exemplo, quando os vidalianos se esforçaram no sentido de destacar o homem como agente geográfico (transformador da natureza), os durkheimianos os criticaram por não estudar adequadamente a influência causal do meio na organização social. Tal diálogo de surdos foi, dessa forma, decorrente menos de um problema "territorial" entre as duas disciplinas do que de uma maneira de conceber seus objetivos e abordagens (BERDOULAY, 2017, p.191-2).

As relações entre os discípulos dos dois foram, então, mais bélicas que pacíficas e, desse modo, "as relações entre durkheimianos e vidalianos foram prejudicadas, na medida em que houve poucos intercâmbios frutíferos entre eles. Houve, todavia, algumas exceções, entre as quais podemos citar: A. Vacher e A. Demangeon, que colaboraram no *L'Année Sociologique*, bem como as reflexões de Max Sorre sobre a relação entre as duas disciplinas" (BERDOULAY, 2017, p.170-1).

Nesse sentido, é interessante observar que Mauss, em um artigo intitulado "La sociologie en France depuis 1914", de 1933, aponta que:

Les études de géographie humaine ont été en France indépendant des nôtre. Cependant il y faut marques un fait. La publication du cours de géographie humaine de Vidal de La Blache démontre aisément ce que Durkheim et Henri Hubert et presque tous nous devions à ce maître. Mais d'autre part l'oeuvre de M. Demangeon et de M. Sion, celles de leurs contemporains et de leurs élèves sont en plein accord avec les nôtres. Par exemple, à propos des formes de maisons ou les emplacements d'habitats, ils ne procèdent pas autrement que les folkloristes et à plus forte raison que les ethnographes et les sociologues. Il est inutile de nous opposer les uns aux autres comme fait M. Febvre dans son livre *La Terre et l'homme*. Des deux côtés la méthode est la même, les résultats son les mêmes, et également solides (MAUSS, 1969[1933], p.443-444).

Mauss, portanto, se opõe à rivalidade criada por Lucien Febvre que, na verdade, trata-se da "última" recepção de Ratzel no pensamento social francês, mas que acabou por distorcer as ideias do alemão e também de Vidal (FEBVRE, 1955, CARVALHO, 1998, RIBEIRO, 2009a). Depois do conflito, foi possível, então, a convivência: "si l'on résume les relations entre

sociologues et géographes en 1913, force est de constater qu'ils acceptent de cohabiter dans une même revue – celle de durkheimiens –, et qu'ils envisagent peut-être déjà de partager des locaux comuns” (MUCCHIELLI, ROBIC, 1995, p.124).

Por isso, o importante a se ressaltar não é o conflito entre os durkheimianos e os lablachianos, mas sim que ambos os grupos conseguiram ter o domínio de suas respectivas áreas no campo universitário francês, de modo tal que as ideias dos mestres tiveram continuidade após a Primeira Guerra Mundial, pois “o prestígio de certos pesquisadores possuidores de grande autoridade conduziu à formação de discípulos, que se apossaram de todos os postos de trabalho à medida que eles foram criados. Em sociologia, eles foram para os durkheimianos, enquanto em geografia, terminaram por cair nas mãos dos vidalianos” (BERDOULAY, 2017, p.148).

Por mais que divergissem, então, quanto ao posicionamento frente às ideias de Ratzel, é possível aproximar Durkheim e Vidal pelo fato de que ambos, obrigatoriamente, se referiam aos mestres alemães. Ademais, se a postura de Durkheim foi mais combativa que a de Vidal, isso se deveu ao próprio processo de institucionalização das ciências nas universidades francesas. Tendo a geografia se consolidado primeiro, a sociologia precisou de maiores esforços para se emancipar. Em suma, portanto, os débitos com os alemães e as leituras de Ratzel são uma aproximação entre Vidal e Durkheim.

4.2 Bases teóricas diferentes e objetivos científicos comuns

Os débitos com os alemães e as críticas à Ratzel fizeram com que Vidal e Durkheim se aproximassem. Todavia, Berdoulay (1978) relata ter havido um mal-entendido entre as partes: “it seems as if there was a basic misunderstanding between the two parties. They each held a concept of the other science that was diferente from what its practitioners thought it to be, and they each based their critiques on these concepts” (BERDOULAY, 1978, p.78-9). Por “partes”, porém, Berdoulay quer dizer não apenas Durkheim e La Blache, mas todo o conjunto dos durkheimianos e dos lablachianos que se envolveram nesse debate. Ou seja, na confrontação direta com Ratzel e indireta entre eles, fica nítido como Vidal e Durkheim possuíam bases teóricas diferentes, mas, ao mesmo tempo, objetivos científicos comuns.

Berdoulay (1978) se empenha em demonstrar três divergências epistemológicas entre Vidal e Durkheim: “1) the concept of what a science is, 2) the concept of explanation, and 3) the place accorded to contingency and human creativity” (BERDOULAY, 1978, p.81). De acordo com ele, “the Durkheimians held the idea of a particular science (Durkheimian sociology) that would be placed above the other including geography, and that would coordinate and synthesize their findings. This view was reminiscent of Comte’s classification of sciences” (BERDOULAY, 1978, p.81-2). Ou seja, enquanto “herdeiros” do positivismo, Durkheim e os durkheimianos acreditavam e defendiam uma rígida divisão e hierarquia entre as ciências; por outro lado, porém, para La Blache e os lablachianos as fronteiras do conhecimento eram menos rígidas:

Os vidalianos não podiam aceitar uma classificação hierárquica das ciências, tal como proposta por Comte e defendida por aqueles que nela se inspiravam. O positivismo dos durkheimianos ajudava a compreender porque atacavam tanto a geografia vidaliana que, de acordo com eles, não somente usurpava a sua área (reservada à morfologia social), como devia estar a serviço da sociologia (colocada no topo da hierarquia das ciências). O impacto do neokantismo na geografia vidaliana não ultrapassaria, entretanto, somente a concepção convencionalista das ciências. Ele interviria, principalmente, por meio de considerações sobre a contingência (BERDOULAY, 2017, p.206).

Em suma, portanto, Berdoulay (1978, p.84) conclui acerca da visão de ambos sobre a ciência “in distinction to Durkheim, Vidal’s concern was to establish principles or general ideas that would constitute the contribution of the geographic discipline while at the same time admitting other scientific viewpoints on the same subject matter. Vidalian geography was definitely more in line with the philosophical mainstream of French neo-Kantian conventionalism than Durkheimian sociology, which, as we shall further see, integrated more positivist influence”. A admissão de outros pontos de vista acerca da mesma matéria se constitui então numa nítida diferença entre os pressupostos científicos de Vidal e Durkheim, pois um se

posiciona como herdeiro do positivismo, enquanto outro é mais influenciado pelo convencionalismo, que “colocava as diversas ciências em pé de igualdade, pois nenhuma, em razão da pluralidade dos métodos, era redutível à outra” (BERDOULAY, 2017, p.201).

Essa diferença entre a aceitação ou não de outras formas de explicação dos fenômenos se relaciona diretamente com os modos que cada um via de se estabelecer essa mesma explicação. Ou seja, as diferenças entre os conceitos de ciência em Durkheim e La Blache devem-se às distinções explicativas de cada autor:

It is clear that the Durkheimian view of explanation was borrowed from the positivist model of science then in great use in the natural sciences. They were thus urging a unitary (reductionist) concept of laws and explanation. On the other hand, the Vidalian view turned toward another concept that was widely diffused by neo-Kantian scholars – mostly philosophers, political economists, and historians. They reacted against mechanistic determinism because it eliminated novelty, creativity, contingent facts by focusing exclusively on repetitive phenomena, on what was called “identity”. They turned away from the positivist model of explanation and tried to reconcile the concept of law with that of development; to assimilate cause to condition; and, in explaining a phenomenon, to focus on placing it in a series or sequence, whether or not general laws are brought to bear (BERDOULAY, 1978, p.85).

Desse modo, emerge um problema que afeta, aparentemente, mais a geografia lablachiana que a sociologia durkheimiana. Como aponta Berdoulay (1978, p.85): “a problem, however, arises. Each fact considered in science and especially in geography results from extremely numerous conditions [...] it is clear then that the combination of all the causes that produce a certain effect can never be repeated. How then is explanation possible?”. A resposta que Vidal dá então a essa questão se encontra no seu conceito de contingência, porque, para ele, “the scientist, thanks to probability calculus, imposes some form of determinism upon the world he studies. Thus contingency theory took into account determinism, which was the *raison d’être* of science, but it did not imply or require the idea of necessity; that is, universal determinism in the world” (BERDOULAY, 1978, p.86).

É isso que permite com que Vidal se interesse pelas individualidades, as quais estão fora do método durkheimiano, uma vez que são vistas como patológicas. Do mesmo modo, a ideia de contingência possibilita com que Vidal defenda o método descritivo das monografias:

Ao interessar-se pelos lugares (individualidades) e pelas séries causais das quais eles eram o resultado, os vidalianos não tinham, assim, uma necessidade premente de fazer pesquisas para adaptar o cálculo das probabilidades à abordagem do geógrafo. Vidal recomendaria, então, o “método descritivo”. Dessa maneira, ele não queria dizer que a geografia devia parar com a explicação. Ele queria simplesmente dizer que o método empírico, o único que podia respeitar a diversidade dos lugares, permitia revelar as relações entre os fenômenos e desembocava na explicação. A preferência da escola francesa pelas monografias regionais decorreria da adoção desse método (BERDOULAY, 2017, p.211-2).

A contingência, portanto, se opõe, obviamente, à ideia de incontingência. Ora, se Vidal ficou – erroneamente – consagrado como o geógrafo das possibilidades, devido à alcunha criada

não por ele, mas por Lucien Febvre, de “possibilismo” – em oposição ao suposto determinismo de Ratzel (FEBVRE, 1955[1922]) –; Durkheim, por outro lado, se preocupa em ser o sociólogo da necessidade, no sentido de que em suas regras do método sociológico é categórico ao afirmar que todo fato social necessita ser explicado por outro que o anteceda, ou que toda causa produz sempre o mesmo efeito (DURKHEIM, 2007[1895]).

Nesse sentido, parece haver uma oposição entre, de um lado, um Durkheim e uma sociologia geral em busca de leis, e de outro, um La Blache e uma geografia regional “meramente” descritiva, pois “in geography, example of individuality are the pays and the région, which result from an intersection of causal series of the natural and human realms – the pays being determined by the inhabitants themselves; the région by the geographer. Thus, a scientific explanatory study of unique places was possible”, aponta Berdoulay (1978, p.86), e conclui: “contingence theory helps account for the Vidalian disdain for the Durkheimian “narrow idea of a strict and, so to speak, mechanical determinism” and for the Vidalian use of the regional method, which was well adapted to the explanation of individualities and thus of the personality (personnalité) of certain áreas” (BERDOULAY, 1978, p.86).

Ou seja, a ideia de contingência de Vidal o ajuda a escapar do determinismo científico, tão defendido e tão caro para Durkheim. Como consequência, a geografia lablachiana aparentou ser mais descritiva, imprecisa e particular do que a sociologia durkheimiana que era – ou ao menos se preocupava em ser – o extremo oposto: explicativa, precisa e geral. A aparência, entretanto, não necessariamente condiz com a essência, mas o fato é que:

Durkheim used words with a precision and constructed arguments with a consciseness that is difficult to find in the writings of Vidal and his students. It might be facile to relate this difference between them to the traditions implied by their training in philosophy and history, respectively. None the less, the presentation of arguments by Vidal frequently followed a fairly consistente pattern involving a cascade of illustrations drawn from diverse regions of the world as examples of a particular point or as evidence for a particular argument. To this was added a liberal scattering of rhetorical questions appealing in effect to the readers’ commonsense, as if the litany of illustrations were proof enough of correctness of the preceding position or assertions. Causal connections are simply asserted, or implied, suggested and made to appear plausible, but rarely demonstrated through such an appeal. As a mode of explanation, in terms of the perspective on scientific enquiry in the Durkheimian world-view, it was simply unacceptable (ANDREWS, 1984, p.327).

Não resta dúvida, então, de que o “sociologismo” de Durkheim foi muito maior do que o “geografismo” de La Blache, no que concerne à metodologia pelo menos. As regras do método sociológico de Durkheim são expressas, nítidas e sistemáticas. Onde estão, pois, as regras do método geográfico de La Blache? Mesmo que se encontrem dispersas em seus escritos, não possuem, de modo algum, a mesma rigidez do método sociológico defendido por Durkheim. Talvez, na verdade, La Blache nem as queria assim, já que, conforme aponta Ribeiro

(2014, p.13), acerca da metodologia lablachiana: “ele desenvolve um gênero que poderíamos reconhecer como “ciência artesanal”, composta por traços que rechaçam frontalmente o paradigma da modernidade. Podemos identificar quatro deles: (i) escrita literária; (ii) sensibilidade estética ao captar os elementos formadores da paisagem; (iii) ausência de dicotomia entre o homem e a natureza; (iv) reconhecimento da importância dos saberes geográficos locais/tradicionais”.

Para Durkheim, entretanto, o “artesanato” deveria passar longe da ciência. Era chegada a hora de a ciência se edificar tal como a grande indústria, se racionalizar, se dividir, e, especialmente, – nos termos durkheimianos – se diferenciar. Isso, na verdade, constitui-se para ele como um próprio pré-requisito para a constituição da sociologia enquanto ciência e, não obstante, para a sua atuação como prática. Como aponta Ortiz (2002a, p.119): “em Durkheim vamos encontrar uma dupla estratégia: enquanto cientista ele se volta para a construção de um conhecimento específico, como sociólogo-pedagogo seus objetivos têm um cunho nitidamente político [...] uma divisão de trabalho e de competência se instaura”. Ou seja, justamente pela ciência se dividir tal como o trabalho social, cada qual com uma função específica, era que ela poderia atuar nas reformas vistas e defendidas por Durkheim como extremamente necessárias ao seu tempo. “É preciso ter fé na ciência”, repetia o sociólogo constantemente em seus escritos, pois somente ela poderia combater a anomia social, ao deduzir, por exemplo, a função dos agrupamentos profissionais como re-estabelecadores da solidariedade dentro da divisão do trabalho normal e orgânica – tal como defende Durkheim no prefácio à segunda edição de *Da divisão do trabalho social*, de 1902.

Aqui se encontra outra divergência entre Durkheim e Vidal. Ao tratar do processo de diferenciação social das sociedades modernas, Durkheim argumenta que há um enfraquecimento dos laços territoriais, uma vez que a solidariedade orgânica provém das profissões, não do território. A concepção de Vidal, porém, é diferente, pois, como defensor do regionalismo, sua perspectiva é mais horizontal que a de Durkheim. Em resumo:

Durkheim rejeitava explicitamente a descentralização territorial em favor da associação profissional agrupando os membros de uma profissão onde quer que eles se encontrassem. Ele acreditava que a descentralização territorial enfraqueceria a unidade nacional, que as regiões constituiriam apenas um agregado arcaico e frouxo – ao contrário de uma estrutura orgânica (como as associações profissionais) – e que elas não poderiam se adaptar às necessidades de uma indústria moderna cuja repartição estava sujeita a mudanças. As propostas de Durkheim opunham-se, portanto, de maneira radical, àquelas de Vidal, embora seus pontos de partida não tivessem se afastado um do outro [...] Vidal insistia naquilo que chamava de “solidariedade” entre regiões, isto é, a necessidade de fazer comércio. O fenômeno encorajava o desenvolvimento de cidades que agiam de volta como centros de estruturação regional. A interdependência entre regiões que daí resultava não devia ameaçar a unidade nacional; ao contrário, devia reforçá-la. Por meio desta teoria da

região econômica moderna, Vidal invalidava o argumento de Durkheim segundo o qual a unidade territorial era mal adaptada à vida moderna (BERDOULAY, 2017, p.130-1).

Ou seja, para Durkheim, o laço territorial é secundário ao profissional: “pour Durkheim, l’affaiblissement des liens territoriaux est un fait acquis de l’évolution des sociétés modernes. Il admet toutefois qu’ils ne disparaissent pas totalement, de telle sorte que des organisations horizontales peuvent subsister, mais comme groupements secondaires” (MUCCHIELLI, ROBIC, 1995, p.128); enquanto que, para Vidal, ocorre o contrário: “pour Vidal de La Blache, des organisations transversales sont souhaitables, tels des groupements d’activité agricole ou industrielle; mais le niveau territorial régional subsumé par la capitale régionale s’impose comme organisation de base” (MUCCHIELLI, ROBIC, 1995, p.128).

O ponto principal, todavia, não está no fato de que suas respostas para a “anomia” da modernidade sejam distintas, mas sim na concepção de que seus pontos de partida são os mesmos, isto é, por mais que os remédios sejam distintos, o diagnóstico é similar:

Toutefois, au-delà de l’opposition entre l’approche corporatiste ou verticale et l’approche régionaliste ou horizontale, plusieurs convergences sont remarquables. Les deux auteurs établissent, à partir d’un point de vue identique sur la capacité de leur discipline à identifier les leviers intellectuels de la réforme, le diagnostic d’une inadaptation morphologique du corps de la nation à l’évolution contemporaine. Pour chacun d’eux, les sociétés ou les nations industrielles atteignent un stade de complexité inédit qui exigent des formes nouvelles. Ils font appel à un consensus qui passe par le vocabulaire organiciste de la solidarité fonctionnelle: complémetarité et finalement symbiose, plutôt que lutte pour la vie et concurrence (MUCCHIELLI, ROBIC, 1995, p.128).

A despeito, portanto, de partirem de bases teóricas diferentes, Vidal e Durkheim comungam de objetivos científicos comuns. Além de buscarem institucionalizar suas disciplinas, ambos defendem como elas podem ser úteis para corrigir as inadequações da sociedade moderna, ou de que forma restaurar a solidariedade num contexto industrial nacional. Por isso, “si la morphologie sociale de Durkheim s’est trouvée si nettement en concurrence avec la géographie humaine de Vidal de La Blache, c’est que, au-delà des questions d’établissement des frontières disciplinaires dans un champ scientifique en construction, il y a fondamentalement dans les projets des deux hommes une recherche du lien social primordial” (MUCCHIELLI, ROBIC, 1995, p.130).

Assim, a procura do laço social primordial acaba por unir os dois pensadores, pois as dissemelhanças entre as concepções de ciência e das formas de explicação de Durkheim e de La Blache, leva à terceira diferença entre eles: o papel da criatividade humana. Conforme aponta Berdoulay (1978, p.87): “these comments have led to the core of the third set of divergences between the Vidalians and the Durkheimians. The former, as opposed to the later, favored an epistemology that relied heavily on the theory of contingency. In doing so, they

deliberately wanted to deal, scientifically, with the emergence of new forms (individualities) in the natural and social world, including the results of human creativity”. Ou seja, devido à sua ideia de contingência, há muito mais espaço para a criatividade humana na geografia de La Blache do que na sociologia de Durkheim, o que se nota na sua própria ideia de gênero de vida: “the manifestation of that desire [to deal...] was the Vidalian concept of “genre de vie”, which, to a great extent, was understood to be a result of man’s initiative and creative adaptation to his environment” (BERDOULAY, 1978, p.87).

Não há espaço, porém, para manifestações individuais na sociologia durkheimiana justamente porque ela se preocupa com os fatos sociais e esses devem ser independentes e exteriores ao indivíduo. La Blache, porém, ao dizer que um gênero de vida é o resultado de uma iniciativa do homem, forja uma expressão dúbia em relação aos termos durkheimianos. De fato, La Blache assinala que a formação de um gênero de vida depende da ação humana no seu meio, porém a ideia de “ação humana” não permite entender se ele se refere ao “indivíduo” ou a “sociedade”. Talvez, na verdade, La Blache se utilize do termo “ação humana” justamente porque essa distinção tão cara para Durkheim entre indivíduo e sociedade não tivesse para ele a mesma importância. Nesse sentido, não é de se surpreender que as características que La Blache designa no seu conceito de gênero de vida se assemelhem com os caracteres apresentados por Durkheim na descrição da consciência coletiva, pois são nesses conceitos que se encontram a busca pelo laço social primordial que une os indivíduos entre si e as sociedades com seus lugares. Ora, para Durkheim, é precisamente quando não há diferença entre a consciência coletiva e as consciências individuais que os indivíduos se assemelham ao máximo com a sociedade, formando praticamente um só. Podemos dizer então que compartilham de um mesmo gênero de vida?

Não obstante, é possível encontrar na obra *Da divisão do trabalho social*, Durkheim se utilizando do conceito de “gênero de vida”; sem, contudo, se referir à Vidal. Tratando das ideias de Darwin, Durkheim expressa que, para o biólogo, a “luta pela vida” é maior quanto mais análogos são os organismos; e, por conseguinte, é menor quanto mais diferentes entre si eles são. A luta pela vida é, portanto, inversamente proporcional à diferenciação entre os organismos. Um dos motivos que Durkheim aponta para tanto é que os organismos “não levam o mesmo gênero de vida”:

Se o trabalho se divide mais à medida que as sociedades se tornam mais volumosas e mais densas, não é porque, nelas, as circunstâncias externas sejam mais variadas, mas porque a luta pela vida é mais ardente. Darwin observou com propriedade que a concorrência entre dois organismos é tanto mais viva quanto mais eles são análogos. Tendo as mesmas necessidades e perseguindo os mesmos objetivos, encontram-se por toda parte em rivalidade. Enquanto têm mais recursos do que necessitam, ainda podem

viver lado a lado; mas se o seu número aumenta em tais proporções que todos os apetites não possam mais ser suficientemente satisfeitos, a guerra estoura, e é tanto mais violenta quanto mais acentuada for essa insuficiência, isto é, quanto maior o número de indivíduos que coexistem fora de espécies ou de variedades diferentes. Como eles não se nutrem da mesma maneira e não levam o mesmo gênero de vida, não incomodam uns aos outros; o que faz uns prosperarem é sem valor para os outros. As ocasiões de conflitos diminuem, pois, com as ocasiões de encontro, e isso tanto mais quanto mais distantes umas das outras forem essas espécies ou variedades (DURKHEIM, 2010[1893], p.263).

Referindo-se somente à Darwin, não é possível, portanto, compreender o que Durkheim entendia da ideia de gênero de vida, isto é, se a entendia do mesmo modo que La Blache ou não, nem mesmo se a creditava a ele. O fato, porém, é que nos parece muito crível que Durkheim sabia o que La Blache queria dizer com esse conceito e que, dessa forma, conhecia o pensamento lablachiano.

Para Durkheim, o fundamental da questão não era assinalar se os organismos – biológicos ou sociais – levavam o mesmo gênero de vida ou não, mas sim constatar que, tal como já dissera Darwin, “a concorrência entre dois organismos é tanto mais viva quanto mais eles são análogos”. De fato, essa ideia se encaixa no pensamento durkheimiano, na medida em que, para Durkheim, as sociedades são organismos vivos assim como as espécies estudadas pela biologia, e, desse modo, a lei de Darwin pode ser transposta para as sociedades: “os homens são sujeitos à mesma lei. Numa mesma cidade, as profissões diferentes podem coexistir sem serem obrigadas a se prejudicar reciprocamente, porque elas perseguem objetivos diferentes” (DURKHEIM, 2010[1893], p.265). Disso, Durkheim conclui sua defesa em prol da diferenciação social, já que “a divisão do trabalho é, pois, um resultado da luta pela vida, mas é um seu desenlace atenuado. De fato, graças a ela, os rivais não são obrigados a se eliminarem mutuamente, mas podem coexistir uns ao lado dos outros” (DURKHEIM, 2010[1893], p.268). Em suma, portanto, Durkheim se utiliza das ideias de Darwin para assinalar a importância da divisão do trabalho como forma de eliminar, ou ao menos atenuar, a luta pela vida, isto é, a concorrência entre os indivíduos, vista por ele como uma anomia. “A diferenciação social é a solução pacífica da luta pela vida. Em vez de alguns serem eliminados para que outros sobrevivam, como ocorre no reino animal, a diferenciação social permite a um número maior de indivíduos viver, diferenciando-se”, conclui Aron (2002, p.472-3).

Concluimos então que, mesmo se referindo algumas vezes ao conceito de gênero de vida, Durkheim não se dirigia nem à La Blache diretamente nem a alguma das ideias lablachianas de forma indireta. Entretanto, são inúmeras as passagens em que Durkheim se

dirige à geografia²¹, sobretudo quando defende a importância e apresenta as características da morfologia social, enquanto ramo de sua sociologia.

Aos ataques da morfologia social durkheimiana, todavia, não há contra-ofensivas de La Blache, pois também não há nos escritos do geógrafo citações diretas ao sociólogo. Assim, “c’est bien un refus de dialogue que Vidal oppose en fait à Durkheim et qu’il rend plus provocateur encore en 1904 par un texte (intitulé cette fois explicitement ‘rapports de la sociologie avec la géographie’) qui n’apporte rien de nouveau sur le fond mais qui est symboliquement publié dans la Revue internationale de sociologie de Worms, le grand concurrent de Durkheim” (MUCCHIELLI, 1998, p.400). Ou seja, uma vez mais, indiretamente, as conexões são claras. Antes mesmo, desse artigo de 1904 sobre “As relações entre a sociologia e a geografia”, Vidal já havia publicado um artigo categórico nos Annales de Géographie em 1902, chamado, simplesmente: “As condições geográficas dos fatos sociais”.

La Blache assim começa o referido artigo: “o estudo das condições geográficas dos fatos sociais é uma questão cuja importância encontraria poucos contraditores. Mas eu não surpreenderia ninguém dizendo que tal importância é antes pressentida que conhecida. Tanto sobre o objeto preciso da pesquisa quanto sobre o método a seguir, as ideias prescindem de clareza; as provas de uma certa confusão se encontram frequentemente nas conversações e nos escritos. Portanto, partindo de exemplos muito simples, vou tentar explicar-me sobre estes dois pontos” (VIDAL DE LA BLACHE, 2012[1902], p.85), demonstrando como nele empenhar-se-á para definir o objeto e o método adequado para se proceder com o estudo das condições geográficas dos fatos sociais.

Na sequência, assinala que inúmeros exemplos podem ser citados dessas relações entre fatos geográficos e sociais, mas que, para se constituir uma ciência, estes devem ser estudados de forma sistemática:

É seguramente fácil encontrar casos de correlação íntima entre um fato geográfico e um fato social. A contiguidade de duas regiões, planície e montanha, onde a ordem dos trabalhos não é a mesma e onde as colheitas amadurecem em datas diferentes, torna disponíveis os trabalhos que alugarão periodicamente seus braços. A presença de uma grande cidade faz nascer à sua porta cultivos especiais, associados a hábitos igualmente especiais, como o dos horticultores ou dos hortillons. A ocorrência bem

²¹ Curioso notar que, no capítulo 3 “O suicídio e os fatores cósmicos”, do livro 1 “Os fatores extra-sociais”, de O suicídio, Durkheim se refere a esses fatores cósmicos sem mencionar a geografia. Para ele, evidentemente, esses fatores não teriam fator explicativo para a variação da taxa social de suicídios, a qual poderia ser explicada apenas por fatos sociais: “se as mortes voluntárias se tornam mais numerosas de janeiro a julho, não é porque o calor exerce uma influência perturbadora sobre os organismos, é porque a vida social é mais intensa. Sem dúvida, se ela adquire essa intensidade, é porque a posição do sol na eclíptica, as condições atmosféricas, etc., lhe permitem se desenvolver mais facilmente do que durante o inverno. Mas não é o meio físico que a estimula diretamente; sobretudo não é ele que afeta a trajetória dos suicídios. Esta depende de condições sociais” (DURKHEIM, 2011a[1897], p.127-8).

localizada de um produto de primeira necessidade pode engendrar consequências sociais e políticas [...] essas relações são interessantes; o historiador e o economista gostam de assinalá-las. Contudo, por mais curioso que possa ser reunir fatos desse gênero, podemos nos perguntar se eles constituem objeto de ciência, se é possível fundar sobre eles uma pesquisa sistemática e metódica. Sem dúvida não, se os encarmos isoladamente, como incidentes e particulares. Mas não será diferente se os elevarmos a uma noção mais compreensiva e mais ampla? Não há um plano geral no qual estão inseridos esses exemplos (ou outros semelhantes) dos fenômenos sociais? (VIDAL DE LA BLACHE, 2012[1902], p.85-6).

Antes, porém, de empreender esse plano geral dos estudos geográficos dos fatos sociais, Vidal faz uma importante ressalva: “os progressos do conhecimento do globo e a colonização nos puseram em relação com um número cada vez maior de sociedades humanas em níveis muito desiguais de desenvolvimento. Estudamos seus gêneros de vida: de forma metódica, direcionamos a atenção aos meios de alimentação, vestuário, habitação, instrumentos, armas; numa palavra, sobre o conjunto de objetos no qual se exprimem os hábitos e as preferências de cada grupo” (VIDAL DE LA BLACHE, 2012[1902], p.86). Ou seja, Vidal afirma que os estudos etnográficos possuem um importante papel na compreensão das condições geográficas dos fatos sociais – tal como também o faz Durkheim –, pois “é fácil julgar que precioso reforço essas diversas expressões da indústria humana trazem ao estudo geográfico dos fatos sociais. As instituições e os costumes não tem forma material; porém, são coisas diretamente ligadas aos objetos que o homem moldou, sob influência do regime social ao qual é adaptada sua vida. Estes objetos refletem hábitos que os inspiram ou que derivam de seu estado social” (VIDAL DE LA BLACHE, 2012[1902], p.87-8).

Não obstante, Vidal afirma que é somente por causa das várias descrições dos “gêneros de vida” de um “número cada vez maior de sociedades humanas em níveis muito desiguais de desenvolvimento”²² que um estudo geral da geografia dos fatos sociais é possível: “assim, ganhamos para nossas pesquisas um nível que nos coloca no mesmo ponto que elas e, graças à universalidade dos documentos fornecidos, estamos em melhor situação para compreender como – não em um caso particular, mas de forma geral e coordenada – os fatos geográficos se imprimem sobre a vida social” (VIDAL DE LA BLACHE, 2012[1902], p.88).

²² Curioso notar que, mesmo La Blache defendendo a colonização francesa – também aqui, mas especialmente em A França do Leste –, diz acerca dessas “sociedades humanas em níveis muito desiguais de desenvolvimento” que “essas diversas formas de civilização se manifestam de forma concreta pelos objetos criados para seu uso – o que costumamos chamar de material etnográfico. Involuntariamente, a palavra nos faz imaginar as vitrines dos museus onde estão reunidas armas, adornos, despojos e utensílios de tribos selvagens. E não há por que lamentar esta associação de ideias, pois ela tem por efeito incutir em nós a noção de que tanto a mais rudimentar quanto a mais refinada das civilizações são dignas de atenção; que, por mais modesto que seja, elas têm seu lugar nos arquivos da humanidade” (VIDAL DE LA BLACHE, 2012[1902], p.86). As “tribos selvagens” terem “seu lugar nos arquivos da humanidade” demonstra um paralelo interessante do pensamento de Vidal como uma crítica ao evolucionismo cultural que dominava a antropologia – não só da França – da época; e com quem Durkheim também dialogou, especialmente em As formas elementares da vida religiosa (CASTRO, 2006; DURKHEIM, 1996[1912]).

Tendo feito essa ressalva inicial, Vidal começa o segundo tópico de seu artigo assinalando que “para nós, a causa que introduz as maiores diferenças entre as sociedades é a posição. Conforme uma região seja voltada ao isolamento ou, ao contrário, aberta às correntes da vida em geral, as relações entre os homens são bem diferentes” (VIDAL DE LA BLACHE, 2012[1902], p.88). Os motivos para tanto, segundo Vidal, deve-se ao fato de que alguns quadros naturais são difíceis de transpor, levando alguns grupos a se manterem isolados: “a montanha, a floresta, sobretudo a floresta tropical, com suas impenetráveis redes de cipós e troncos apodrecidos, as grandes extensões a transpor, seja através dos continentes, seja dos mares: eis o que tem mantido e o que ainda mantém um grande número de grupos humanos à distância uns dos outros” (VIDAL DE LA BLACHE, 2012[1902], p.88-9). Um próprio exemplo dessa questão foi dado pela colonização: “há não mais que quarenta anos, existiam numerosas populações no centro da África entre as quais jamais havia penetrado nem um árabe ou um europeu” (VIDAL DE LA BLACHE, 2012[1902], p.89).

Na sequência, apresenta mais um argumento de como as condições geográficas influenciam os fatos sociais, exemplificando-o uma vez mais através da colonização: “assim como a posição, os traços físicos de uma região [contrée] estão impressos profundamente em seu estado social. A contiguidade da estepe pastoril e das terras de cultivo, do oásis e do deserto, bem como a da planície e da montanha, é uma causa de relações cujo alcance político e econômico não poderia ser desconhecido sem inconvenientes. Temos aprendido isso às nossas próprias custas na Argélia” (VIDAL DE LA BLACHE, 2012[1902], p.90).

A posição e os traços físicos de uma região seriam, portanto, as condições geográficas dos fatos sociais para La Blache. Depois de demonstrar a validade desses seus argumentos através de exemplos de regiões extremamente áridas da África austral, mas também de outros locais de condições opostas de clima, como o sudeste da Ásia, onde as chuvas são abundantes; La Blache se exime de uma crítica: “pode-se objetar que os exemplos precedentes trataram apenas de sociedades pouco desenvolvidas ou parecendo fixadas em seus hábitos” (VIDAL DE LA BLACHE, 2012[1902], p.94). Na sequência então, demonstra como essa possível crítica é inválida: “seguramente, em nossas sociedades extremamente complicadas, a ligação é mais difícil de perceber, mas nem por isso ela deixa de existir. Por exemplo: em seus belos estudos sobre os Estados Unidos da América, o Sr. Ratzel, autor de Antropogeografia, destaca a característica original que a extensão das superfícies sobre as quais opera o americano conferiu à sua civilização” (VIDAL DE LA BLACHE, 2012[1902], p.94). Ele então não nega que nas sociedades pouco desenvolvidas as condições geográficas sejam mais atuantes, mas nem por

isso afirma que essas condições são desprezíveis nas sociedades mais desenvolvidas, tanto que exemplifica com aquela que despontava para ele como o ápice do modernismo de sua época: os Estados Unidos da América²³.

Desse modo, Vidal começa o terceiro e último tópico de seu artigo afirmando que “trocas recíprocas se operam em todos os níveis de civilização entre as condições geográficas e os fatos sociais. Como tudo é ação e reação, tanto no mundo moral quanto no físico, há casos onde, por sua vez, a repercussão de causas sociais atua amplamente sobre a geografia. Nesse caso, não é a geografia da região [pays] que se reflete no regime social, mas sim o inverso” (VIDAL DE LA BLACHE, 2012[1902], p.96). Ou seja, por fim, Vidal não se propõe a analisar as condições geográficas dos fatos sociais, mas sim o inverso: algo como as “condições sociológicas dos fatos geográficos”.

Os exemplos que maneja para tanto são magníficos. Primeiro, assinala que nas chamadas plantations das Índias Ocidentais e do sul do futuro Estados Unidos, do século XVI ao XVIII, “áreas [contrées] que poderiam ter alimentado numerosas populações se encontravam subtraídas de suas funções naturais. Sua fertilidade era confiscada em proveito de determinados produtos especiais de alto preço no mercado” (VIDAL DE LA BLACHE, 2012[1902], p.96). E na sequência, complementa de forma surpreendente: “e, como não é impunemente que se substituem as condições naturais pelas artificiais, este regime engendrou, entre outras consequências, o tráfico de negros, ou seja, uma das formas de escravidão mais odiosas e cruéis; Frequentemente, a história destes cultivos de plantations terminou em sangrentos episódios, tanto nos Estados Unidos quanto em Santo Domingo” (VIDAL DE LA BLACHE, 2012[1902], p.96). Interessante notar que, mesmo como um geógrafo defensor do colonialismo, Vidal foi por um instante um historiador avesso à escravidão.

Mais interessante ainda é notar o segundo exemplo que Vidal apresenta:

As mesmas causas, felizmente em outros lugares desprovidas destas consequências extremas, continuam a atuar em nossos dias. Sabe-se que o estado de São Paulo, no Brasil, tornou-se o principal centro produtor de café. As terras-roxas dos campos, solo fértil que favoreceria uma agricultura alimentar, estão quase que exclusivamente voltadas para aquele produto. Todas as condições sociais estão subordinadas à necessidade de produzir e elaborar, de forma lucrativa, o grão requerido pelo consumo. É por meio de grande reforço em ferramentas e pessoal que se resolve o

²³ Ribeiro (2012) assinala o impacto que a viagem de La Blache aos Estados Unidos em função do VIII Congresso Internacional de Geografia teve no seu pensamento. Contudo, tal viagem ocorreu em 1904, e, portanto, antes mesmo de realizá-la, Vidal já se impressionava com o “americanismo”, ao afirmar nesse artigo de 1902 que “o desenvolvimento da força mecânica, sob todas as suas formas (vapor ou força hidráulica) e em todos os níveis (do elevador gigantesco às aplicações mais minuciosas e delicadas), tornou-se a marca do americanismo. A existência de um instrumental de transporte incomparável não podia deixar de influenciar a mentalidade americana. A estas facilidades de locomoção foram adaptados hábitos de vida que contrastam com os nossos” (VIDAL DE LA BLACHE, 2012[1902], p.95).

problema. A fazenda é, também, fábrica. Nela vivem, muitas vezes, mais de mil colonos assalariados – a maior parte italianos, por alguns anos atraídos por grandes promessas porém nenhuma delas capaz de lhes dar acesso à propriedade. Além disso, o extraordinariamente alto custo do crédito e da subsistência tornava impossível a existência de pequenos proprietários. Para fazer frente a estas condições, é necessário um manejo de capitais que pertence apenas a alguns fazendeiros mais importantes. Produzido em massa, manipulado no próprio lugar e transportado em direção ao ponto menos longínquo para diminuir o frete, o café regula toda a existência da população. O porto de Santos, em direção a qual ele é encaminhado, tem um dos litorais do mundo mais nocivos à saúde, um local tomado pela febre amarela. É este lugar, entretanto, do qual os homens deveriam fugir tal como se foge de um cemitério, o preferido frente a outros portos menos insalubres, porém um pouco mais distantes; eis o escolhido, aquele que é frequentado: verdadeiro paradoxo geográfico explicado pela utilidade comercial (VIDAL DE LA BLACHE, 2012[1902], p.96-7).

La Blache analisa a economia cafeeira do Brasil com extrema competência, assinalando como “a fazenda é, também, fábrica” e como “o café regula toda a existência da população”, e concluindo que a escolha do porto de Santos para o escoamento da produção do café paulista era um “verdadeiro paradoxo geográfico explicado pela utilidade comercial”. Ora, para ele estava claro não só como existem condições geográficas que influenciam nos fatos sociais, mas também como existem – e são fortes – condições sociais que interferem nos fatos geográficos, e o exemplo do café no Brasil parece corroborar essa visão lablachiana.

Desse modo, Vidal, próximo de concluir seu artigo, assinala: “o estudo do qual esbocei alguns traços poderia ser assim formulado: tradução da vida geográfica do globo na vida social dos homens. Reencontramos nestas formas de civilização a expressão de causas gerais que atuam sobre toda a superfície da Terra: posição, extensão, clima, etc. Elas engendram condições sociais que, sem dúvida, apresentam diversidades locais, mas que, entretanto, são comparáveis em zonas análogas. Trata-se, assim, de uma geografia: geografia humana ou geografia das civilizações” (VIDAL DE LA BLACHE, 2012[1902], p.97). A “tradução da vida geográfica do globo na vida social dos homens” seria, então, o objeto de estudo dessa área que se preocupa em compreender as condições geográficas dos fatos sociais. Área, para La Blache, pertencente à geografia, não à sociologia.

Entretanto, antes de terminar seu artigo, Vidal estabelece algumas considerações metodológicas. Segundo ele, “o homem não está para a natureza ambiente em uma relação de dependência equiparável à dos animais e plantas. Todavia, como ele fez para que as condições de existência, contraídas em certos ambientes, adquirissem consistência e fixidez suficientes para tornarem-se formas de civilização, verdadeiras entidades que podem mesmo, em certas circunstâncias, serem transportadas para qualquer outra parte? É necessário lembrar que a força do hábito joga um grande papel na natureza social do homem” (VIDAL DE LA BLACHE, 2012[1902], p.97). Os hábitos, portanto, tem um importante papel para a consolidação das “formas de civilização”, pois “o homem não se deixa facilmente afastar de sua vida tradicional

e, a menos que agitações violentas e repetidas o arranquem de seu lugar, ele está disposto a se encerrar no gênero de existência que criou. Ele se fecha durante muito tempo numa prisão que ele mesmo construiu. Seus hábitos provêm dos ritos, reforçados pelas crenças ou superstições que ele forja como apoio” (VIDAL DE LA BLACHE, 2012[1902], p.98). Ou seja, os hábitos servem para corroborar a fixidez do homem, mesmo que, pelas suas condições de existência, seus agrupamentos não tenham uma dependência para com a natureza ambiente; isto é, a despeito de ser razoavelmente livre dos seus meios, o homem costuma se fixar em determinados locais, devido aos hábitos que o influenciaram para tanto.

Dessa constatação – do contraste entre a possível mobilidade e a real fixidez humana – decorre um problema metodológico para Vidal, com o qual ele conclui seu artigo:

Sempre ocorre que, pelo nível de fixação que realizam, estas formas de civilização constituem tipos que podemos repartir geograficamente. É possível agrupá-las, classificá-las e subdividi-las. Tal trabalho é aquele praticado pelas Ciências Naturais: como não inspirar também a geografia humana? É no plano da geografia geral que se inscreve esta forma de geografia. Sem dúvida, podemos objetar a esta concepção que ela corre o risco de induzir a generalizações prematuras. Se devemos temer este perigo, é preciso então recorrer ao caminho da precaução. Eu não saberia dar melhor conselho que a composição de estudos analíticos, monografias onde as relações entre as condições geográficas e os fatos sociais seriam encarados de perto, sobre um campo bem escolhido e limitado (VIDAL DE LA BLACHE, 2012[1902], p.98).

Vidal é explícito, então, ao defender que a geografia deve-se inspirar nos métodos das ciências naturais, seguindo os seus procedimentos de agrupamento, classificação e subdivisão dos dados. Todavia, reconhece “o risco de induzir a generalizações prematuras” e, como forma de evitá-las, deve-se “recorrer ao caminho da precaução”, através de “estudos analíticos” “sobre um campo bem escolhido e limitado”. Ou seja, o recorte regional aparece como a solução metodológica encontrada por La Blache para que a geografia proceda cientificamente. Seus inúmeros exemplos visam, pois, corroborar as suas teorias, haja vista que configuram, para ele, como casos particulares através dos quais é possível concluir generalizações. É assim que Vidal defende o estudo das condições geográficas dos fatos sociais como uma área da geografia humana, nos moldes que ele a entende, como um estudo descritivo-comparativo dos gêneros de vida das civilizações.

Entretanto, Vidal escreve seu artigo “As condições geográficas dos fatos sociais” sem se referir nenhuma vez sequer a Durkheim. Nem o termo “morfologia social”, nem o termo “sociologia” aparecem escritos por La Blache nesse artigo. Mas, evidentemente, era às ideias de Durkheim que Vidal se dirigia; não restam dúvidas disso, uma vez que os “fatos sociais” aos quais ele se referia constituem o objeto de estudo por excelência da sociologia durkheimiana, que já havia alcançado certo prestígio na França da época. Ou seja, sem conjecturar, pode-se

afirmar que Vidal conhecia as ideias de Durkheim, assim como o sociólogo também estava a par dos escritos do geógrafo.

Em outro artigo, Vidal se refere diretamente à sociologia, mas de novo não faz menções à Durkheim e ao seu pensamento. Trata-se de “As relações da sociologia com a geografia”, palestra proferida por La Blache na École des Hautes Études Sociales em 1904, e publicada na *Revue Internationale de Sociologie* no mesmo ano.

Assim Vidal começa sua palestra-artigo:

Há um campo comum onde as ciências sociológicas se encontram com a geografia já que, no estudo que faz da terra, esta não saberia se desinteressar do homem. Nas lições proferidas nesta Escola, muitas vezes nos dedicamos a manifestar o que há de geográfico em certos fatos sociais. Inúmeros são os exemplos que nos mostram causas geográficas agindo através de outras causas, e pode-se mesmo dizer que, em nossas sociedades avançadas, é raro que os fenômenos se apresentem de outro modo senão em estado de combinação e repercussão recíprocos. Assim, se convém estudar os fatos em sua complexidade real, é necessário não esquecer porém que, a despeito de seus frequentes e inevitáveis encontros, as ciências sociológicas e as ciências geográficas são de ordem diferente. Para elas, seria lastimável ignorarem-se mutuamente; contudo, devem guardar consciência de sua autonomia e levar em conta tanto as diferenças que as separam quanto as afinidades que as unem. Esse é o preço pela reciprocidade de seus serviços (VIDAL DE LA BLACHE, 2010[1904], p.1-2).

Vidal reconhece, portanto, que há um “campo comum” entre a sociologia e a geografia, o qual deve ser explorado, sem se esquecer, contudo, que ambas se constituem como ciências distintas que “devem guardar consciência de sua autonomia”. Em suma, é possível, para ele, que se aproximem e se auxiliem, sem que, todavia, se misturem.

Na sequência, assinala: “como geógrafo, tentarei mostrar por qual via a geografia, sem renunciar a seu método, foi conduzida a encontrar algumas das questões que preocupam as ciências sociológicas. I – O ponto de partida da geografia humana é o mesmo que o da geografia dos animais e das plantas: trata-se de estabelecer qual é a repartição que a espécie humana ocupa no globo [...] é nesse sentido que a ideia de posição é fundamental para a geografia humana” (VIDAL DE LA BLACHE, 2010[1904], p.2); retomando algumas de suas ideias desenvolvidas no seu artigo de 2 anos antes, o que faz também quando reitera que: “II – Abordamos assim o estudo das diversidades regionais. Enormes diferenças nos surpreendem: não somente na densidade da população, mas também no modo de apropriação das regiões à necessidade da existência humana. Aqui, prevaleceu a vida agrícola; lá, a vida pastoral; alhures, uma vida da caça e da pesca. Causas geográficas se apresentam para explicar essas diferenças” (VIDAL DE LA BLACHE, 2010[1904], p.2).

Seus argumentos sobre a ideia de posição e o papel de causas geográficas atuantes nas diversidades regionais são retomados por La Blache, de modo similar ao qual os defende em

“As condições geográficas dos fatos sociais”. Da mesma forma, recupera suas ideias da relativa independência humana frente ao seu meio, e da fixidez do homem:

É mister admitir que não é sob a forma de um contrato rigoroso e irrevogável que as relações entre o homem e o solo são tecidas. As condições geográficas são bastante maleáveis, deixando um jogo muito amplo à iniciativa, às preferências e às escolhas do homem. A natureza não nos oferece o espetáculo de imperiosas intimações às quais o homem não responderia senão por uma dócil obediência – pelo contrário. Estudada bem de perto, a natureza nos mostra, no equilíbrio instável onde acontece a concorrência dos seres vivos, na vitória sempre pendente entre a floresta e a padaria, nas possibilidades oferecidas pela irrigação e nas nuances climáticas uma gama de aberturas favoráveis pelas quais o homem pode fazer sentir e prevalecer sua ação. Seguramente, isso não é nem absoluto e nem universal. Seria um evidente exagero aplicar essa ideia a todas as partes da superfície terrestre; em algumas delas, condições rigorosas de clima fazem-nas refratária a toda transformação humana. Porém, as superfícies sobre as quais tal transformação hoje opera são assaz consideráveis para que possamos reconhecer o que, a partir da diferença de densidade da população que a ocupe, uma mesma região pode se tornar. Assim, uma região marcada pelo selo de uma civilização torna-se o que se pode chamar de humanizada. Intenções e combinações se manifestam na escolha dos sítios de estabelecimento, na direção das rotas e na própria composição do mundo vegetal e animal que o homem agrupou em torno de si a título de meios de nutrição e meios auxiliares. O homem se liga ao meio que ele adotou e fez seu na proporção que ele próprio fixou (VIDAL DE LA BLACHE, 2010[1904], p.3).

A maleabilidade das condições geográficas somada à possibilidade da iniciativa humana, fez com que o homem se ligasse ao meio que adotou e o fizesse “seu na proporção que ele próprio fixou”. Ou seja, Vidal reforça aqui uma ideia cara ao seu pensamento: de que a constituição do meio geográfico depende da ação humana, através da qual o homem cria para si “gêneros de vida”. Assim, afirma que o estudo desse meio pode ser feito tanto pela sociologia quanto pela geografia: “III – Uma vida local tende assim a se enraizar, com toda a força que acrescentam aos hábitos os ritos, as crenças e as ideias que nela se introduzem. O estudo desse meio geográfico oferece uma dupla matéria de observações, tanto para a sociologia quanto para a geografia” (VIDAL DE LA BLACHE, 2010[1904], p.3).

Não obstante, para Vidal, não somente o estudo da fixidez humana em seus meios poderia ser objeto de ambas as ciências, como também o estudo do movimento dos grupos: “contudo, mais férteis ainda em ensinamentos são as modificações produzidas quando, por efeito de novas circunstâncias, uma sociedade habituada a viver recolhida em si mesma é posta em contato com povos, costumes e necessidades que ela não conhecia. Abre-se, então, um novo ciclo de civilização. Tal fenômeno é aquele que, por muitas causas inúteis de recordar, nossa época nos apresentou”, aponta Vidal (2010[1904], p.3), demonstrando que o contato entre os povos “abre um novo ciclo de civilização”, mas cujas causas são “inúteis de recordar”, talvez dissimulando o colonialismo francês. Na sequência, complementa: “certamente, ele [o contato] acrescentou um novo atrativo aos estudos comparativos e complexos das formações sociais e dos meios geográficos. Pôs em movimento causas que estavam latentes ou adormecidas [...]

Há, aqui, matéria para reflexões e observações inesgotáveis de filosofia social” (VIDAL DE LA BLACHE, 2010[1904], p.3); reconhecendo como a sociologia, ou a filosofia social, poderia também estudar o contato entre os povos.

Já “para o geógrafo, esses fatos oferecem o interesse das mudanças na fisionomia terrestre. Suas consequências sociais e econômicas saem do domínio da geografia e, conseqüentemente, seria pouco sábio de sua parte engajar-se fora de suas próprias vias. Ele recairia assim num inconveniente contra o qual luta hoje e no qual tem grande dificuldade de se livrar. No entanto, esses fatos são geográficos conquanto eles modificam a composição da vida, o aspecto das superfícies, a quantidade e a relação dos grupos humanos” (VIDAL DE LA BLACHE, 2010[1904], p.3). Ou seja, Vidal é categórico ao afirmar que existem consequências sociais e econômicas que “saem do domínio da geografia” e que “seria pouco sábio” para ela preocupar-se com essas questões. Entretanto, tanto a fixidez quanto o contato entre os povos são sim objetos de estudo da geografia, na medida em que “modificam a composição da vida, o aspecto das superfícies, a quantidade e a relação dos grupos humanos”. Seja parado ou em movimento, o homem e seus grupos seriam sim, portanto, objetos de estudo da geografia lablachiana.

Na sequência, quase concluindo, Vidal aponta brevemente também uma possível relação entre a geografia e a história, quando afirma que: “tornado legião, o homem cessa de se acantonar em certas formas de existência, de estabelecer-se quase que exclusivamente em certos sítios e de restringir-se a um estreito círculo de relações [...] Sobre os meios de comunicação, a repartição das culturas e o agrupamento humano, a vida urbana exerce uma gama de influências, que se traduz em dados e em formas geográficas. Nesse sentido, as avaliações das extensões, das distâncias e das proporções são, para a geografia, o que a cronologia é para a história” (VIDAL DE LA BLACHE, 2010[1904], p.3-4). Sem esquecer sua formação como historiador, Vidal assinala uma sentença que poderia ser caracterizada como uma de suas possíveis máximas: “as avaliações das extensões, das distâncias e das proporções são, para a geografia, o que a cronologia é para a história”. Para nós, essa sentença parece ser muito mais caracterizadora do pensamento lablachiano do que aquela que Lucien Febvre apontou e a qual Yves Lacoste corroborou (FEBVRE, 1955; LACOSTE, 2001). Trata-se da frase “a geografia é a ciência dos lugares e não dos homens”, escrita por La Blache no seu artigo As características próprias da geografia, de 1913. A despeito de não existirem máximas sintetizadoras do pensamento de La Blache, as más interpretações feitas por Febvre e Lacoste das ideias vidalianas fizeram com que Vidal ficasse consagrado para a história da geografia como um

pensador que despreza a ação dos homens e não se interessa por questões sociais em sua geografia, já que “a geografia é a ciência dos lugares e não dos homens”. Entretanto, ao apontar suas relações com a sociologia, Vidal é bastante claro ao defender que sim a geografia é uma ciência dos homens, sendo, entretanto, uma ciência diferente da história e da sociologia, mas, para ele, de igual valor.

Por fim, Vidal assim conclui seu artigo sobre as relações da sociologia com a geografia; uma vez mais com uma precaução metodológica, assim como fizera em “As condições geográficas dos fatos sociais”:

Assim, a geografia humana se reconhece como uma parte do estudo da Terra e deve, por isso, permanecer distinta das ciências sociológicas. Ela procede da terra ao homem e não pela via inversa. Tal via é, porém, aquela que praticamos voluntariamente, seguindo velhos hábitos do espírito. Tão logo um fato histórico ou econômico nos surpreendeu e vamos buscar, no arsenal de causas geográficas, algum meio de explicá-lo. Não é permitido pensar que tal método é viciado pela característica inevitavelmente tendenciosa de sua pesquisa? Não seria surpresa se, comumente, ele alcançasse apenas meia-verdades. Não escondo de mim mesmo que o emprego do método verdadeiramente geográfico, estando menos adaptado ao gênero de instrução que prevalece entre nós, exige um esforço de nos apartar do ponto de vista humano subjetivo e encontre alguma dificuldade para se familiarizar a nossos espíritos. É uma razão a insistir para que ele seja melhor conhecido e praticado com mais frequência. Com certeza, o estudo das sociedades humanas ganhará em clareza se situar-se no plano da perspectiva dos fatos físicos e biológicos, através e por meio dos quais opera a inteligência humana (VIDAL DE LA BLACHE, 2010[1904], p.4).

Resumindo, então: para Vidal, a geografia deve “permanecer distinta das ciências sociológicas” e, ao assinalar que ela “procede da terra ao homem e não pela via inversa”, defende que isso não significa que a geografia se desinteresse por questões relativas ao homem e às sociedades, apenas que procede de modo diferente da história e da sociologia. Todavia, Vidal reconhece que teme que a geografia alcance “apenas meia-verdades”, mas a forma de se superar essa incompletude consiste justamente no “emprego do método verdadeiramente geográfico”.

Quão distintas – e até mesmo divergentes –, pois, não são as concepções de Durkheim e de La Blache acerca das ciências um do outro. Durkheim defende veemente a necessidade da morfologia social enquanto divisão de sua sociologia que se ocupa do substrato material da sociedade, o qual não é, de modo algum, um fato concernente à geografia, sendo que essa deve ser “incorporada” pela sociologia. La Blache, por outro lado, admite que haja um campo comum entre a geografia e a sociologia, o qual deve ser vantajoso para que ambas as ciências se contribuam mutuamente, sem que, contudo, se misturem. Para ele, a geografia possui uma especificidade própria, mas se trata de uma ciência que estabelece contatos com a história e a sociologia, por ser, assim como elas, uma ciência humana.

Assim, Durkheim e La Blache discordam acerca da “posição” das ciências do outro, pois o lugar da geografia humana tal como a entende Durkheim não é o mesmo que o lugar da sociologia tal como a entende La Blache; e o “debate” entre eles – mesmo que indireto – demonstrou essa questão. Entretanto, mesmo que haja uma discordância entre eles sobre o “lugar” da ciência do outro, são valiosas que poderiam as leituras de seus pensamentos considerando-os como cientistas “invertidos” de suas ciências. Ou seja, podemos apontar um “Durkheim geógrafo” e um “La Blache sociólogo”. Apenas como exemplos, é possível apontar que Durkheim quando estuda as causas que interferem no crescimento da densidade dinâmica das sociedades, age como “geógrafo”, pois relata a função crucial que a diminuição das distâncias, pelo crescimento das cidades e pelo avanço dos meios de comunicação, tem sobre o desenvolvimento da divisão do trabalho social, que acarreta, por conseguinte, na diferenciação social das sociedades. La Blache, de modo verossímil, age como um “sociólogo” quando defende o papel das etnografias para as descrições particulares dos distintos povos em suas civilizações, o que se expressa pela relação entre os ambientes naturais e os gêneros de vida criados pelos homens para agir sobre o meio. Nesse sentido, pode-se ler o Quadro de Geografia da França como uma grande etnografia do território francês.

Concluindo, portanto, há muitas mais aproximações do que divergências entre Vidal e Durkheim. Desse modo, podemos não apenas compreender o pensamento de dois grandes expoentes do pensamento social francês, mas também apontar possíveis caminhos de se (re)estabelecer as conexões – perdidas por que? – entre a sociologia e a geografia.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Procurou-se nesse trabalho fazer uma análise comparativa entre as trajetórias e os pensamentos de Vidal e Durkheim. Por todo o exposto, pode-se ver que são inúmeras as aproximações entre os dois autores, pois, a despeito de algumas divergências, ambos procuraram edificar suas ciências no âmbito universitário francês e, para tanto, dispuseram das mesmas estratégias: a criação de revistas especializadas, a ocupação de postos privilegiados e a formação de discípulos que seguiram, ao menos em parte, os ensinamentos do mestre.

Dessa forma, pode-se dizer que ambos tiveram sucesso em realizar os seus objetivos e alicerçar suas disciplinas *sui generis*, já que, após a Primeira Guerra Mundial, mesmo com as mortes de Vidal e Durkheim, praticamente toda a sociologia e a geografia francesas foram perpetuadas em torno dos vidalianos e dos durkheimianos, de forma que eles vieram a se confundir com as próprias “Escolas Francesas”.

Assim, acreditamos que a importância desse trabalho está no fato de precisar as origens da geografia e da sociologia na França, dentro do período de 1870 a 1918. Evidentemente que nesse recorte temporal outros personagens além de Vidal e de Durkheim tiveram importância e que há muito mais a se analisar desses dois autores, além do que foi feito. Todavia, pensamos que há algumas arestas a serem aparadas, mas poucas lacunas a serem preenchidas. A contribuição, portanto, está na comparação das aproximações e das divergências entre Vidal e Durkheim, dois mestres franceses, dois pais fundadores “em busca do *sui generis*”.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALEXANDER, J. C. Rethinking Durkheim's intellectual development: on the complex origins of a cultural sociology. In.: HAMILTON, P. (org.). *Emile Durkheim: critical assessments*. London: Routledge, 1996.
- ANDREWS, H. F. The Durkheimians and human geography: some contextural problems in the sociology of knowledge. In.: *Transactions of the Institute of British Geographers*, Vol. 9, No. 3, 1984.
- _____. The early life of Paul Vidal de la Blache and the makings of modern geography. In.: *Transactions of the Institute of British Geographers*, Vol. 11, No. 2, 1986a.
- _____. Les premiers cours de géographie de Paul Vidal de la Blache à Nancy (1873-1877). In.: *Annales de Géographie*. No. 529, 1986b.
- _____. Durkheim and social morphology. In: TURNER, S. *Émile Durkheim: sociologist and moralist*. London: Routledge, 1993.
- ARCHER, K. Regions as social organisms: The Lamarckian characteristics of Vidal de la Blache's regional geography. In.: *Annals of the Association of American Geographers*, 83(3), 1993.
- ARON, R. Émile Durkheim. In.: _____. *As etapas do pensamento sociológico*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- ARRAULT, J-P. Une géographie inattendue: le système mondial vu par Paul Vidal de la Blache. In: *L'Espace géographique*, v.37, 2008.
- BERDOULAY, V. The Vidal-Durkheim debate. In.: LEY, D. (org.). *Humanistic geography: prospects and problems*. Chicago: Maaronfa Press, 1978.
- _____. *A escola francesa de geografia: uma abordagem contextual*. São Paulo: Perspectiva, 2017.
- BESNARD, P. *The sociological domain. The durkheimians and the founding of French sociology*. New York: Cambridge University Press, 1983.
- _____. *Études durkheimiennes*. Genève: Droz, 2003.
- BROC, N. La géographie française face à la science allemande (1870-1914). In.: *Annales de Géographie*, 86e Année, n.473, 1977.
- _____. Vidal de la Blache en Amérique du Nord: le congrès international de géographie de 1904. In: *Annales de Géographie*, Numéro du Centenaire, 1991.
- BRUMAT, C. Quali interconnessioni tra sociologia e geografia? In.: *Studi di Sociologia*, n.32, 1994.

- BRUNHES, J. Friedrich Ratzel (1844-1904). In.: Revista de Geografia, Recife, UFPE, 2015.
- BURKE, P. A escola dos annales (1929-1989): a revolução francesa da historiografia. São Paulo: UNESP, 1990.
- BUTTNER, A. *Society and milieu in the French geographic tradition*. Chicago: AAG, 1971.
- _____. Charism and context: The challenge of La Géographie Humaine. In.: In.: LEY, D. (org.). *Humanistic geography: prospects and problems*. Chicago: Maaronfa Press, 1978.
- CAMPOS, R. R. de. Visão de Vidal de La Blache a respeito de Friedrich Ratzel. In: *Sociedade & Natureza (UFU. Online)*, v. 3, 2014a.
- _____. Breve análise de 'A França do Leste', de Vidal de La Blache. In.: *Geo UERJ*, v. 2, 2014b.
- _____. A Política na Geografia de Vidal de La Blache. In: *Caderno Prudentino de Geografia*, v. 2, 2015a.
- _____. Uma Breve Análise da Obra 'Princípios de Geografia Humana', de Vidal de La Blache. In.: *Boletim Gaúcho de Geografia*, v. 42, 2015b.
- CAPEL, H. La institucionalización de la geografía en el siglo XIX. In.: _____. *Filosofia e ciencia en la geografía contemporánea: una introducción a la geografía*. Barcelona: Barcanova, 1988.
- CARVALHO, M. B. Ratzel: Releituras Contemporâneas. Uma reabilitação?. In.: *Biblio 3w (Barcelona)*, Barcelona, v. 25, p.1-20, 1997a.
- _____. Diálogos entre as Ciências Sociais: um legado intelectual de Friedrich Ratzel (1844-1904). In.: *Biblio 3w (Barcelona)*, Barcelona, v. 34, p.1-32, 1997b.
- _____. Da antropogeografia do final do século XIX aos desafios transdisciplinares do final do século XX: o debate sobre as abordagens integradas da natureza e da cultura nas ciências sociais. Tese de doutorado, PUC-SP, 1998.
- _____. Geografia e Complexidade. In.: SILVA, A. A. D. da. e GALEANO, A. (orgs.). *Geografia – ciência do complexus*. Porto Alegre: Sulina, 2004.
- _____. Friedrich Ratzel (1844-1904): "O insípido está sempre incorreto". In.: *GEOgraphia (UFF)*, v. 12, p.140-156, 2010.
- CASTRO, C. (org.). *Evolucionismo cultural: textos de Morgan, Tylor e Frazer*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.
- CHARTIER, R. Science sociale et découpage régional. In: *Actes de la recherche en sciences sociales*. Vol. 35, novembre, 1980.

- CHEVALIER, M. Géographie ouverte et géographie fermée. Les premières années des Annales de Géographie. In.: CLAVAL, P. (org.). Autour de Vidal de la Blache: la formation de l'école française de géographie. Paris: CNRS Editions, 1993.
- CLARK, T. N. The structure and functions of a research institute: the *Année Sociologique*. In.: HAMILTON, P. (org.). Emile Durkheim: critical assessments. London: Routledge, 1996.
- CLAVAL, P. The historical dimension of French Geography. In: *Journal of Historical Geography*, 10, 3, 1984.
- _____. (org.). Autour de Vidal de la Blache: la formation de l'école française de géographie. Paris: CNRS Editions, 1993.
- _____. Histoire de la géographie française: de 1870 à nos jours. Paris: Nathan, 1998.
- _____. História da geografia. Lisboa: Edições 70, 2006.
- _____. About Rural Landscapes: The Invention of the Mediterranean and the French School of Geography. In.: *Die Erde*, vol. 138, Heft 1, 2007.
- _____. Les voyages américains de Vidal de la Blache et de Demangeon: Évolution de leur vision de la géographie et du monde. In: *Cahiers de géographie du Québec*, 55(155), 263–277, 2011.
- COSTA, W. M. da. Geografia Política e geopolítica: discursos sobre o território e o poder. São Paulo: HUCITEC, Edusp, 1992.
- DURKHEIM, É. La Sociogéographie. Ratzel – Der Staat und sein Boden geographisch beobachtet. In.: *L'Année Sociologique*, vol.1, 1896-1897.
- _____. Morphologie Générale. Ratzel – Politische Geographie. In.: *L'Année Sociologique*, vol.2, 1897-1898.
- _____. Les Migrations Humaines. Ratzel – Anthropogeographie La Sociogéographie. In.: *L'Année Sociologique*, vol.3, 1898-1899.
- _____. La Base Géographique des Sociétés. Ratzel – Das Meers als Quelle der Voelkergroesse. In.: *L'Année Sociologique*, vol.4, 1899-1900.
- _____. A ciência social e a ação. São Paulo: Difel, 1975a.
- _____. La sociologie et son domaine scientifique. In.: _____. Textes. *1.Éléments d'une théorie sociale*. Paris: Les éditions de minuit, 1975b.
- _____. Social Morphology. In.: _____. The Rules of sociological method. New York: The Free Press, 1982.
- _____. As formas elementares da vida religiosa. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

- _____. Divisões da sociologia: as ciências sociais particulares. In.: RODRIGUES, J. A. (org.). Durkheim, grandes cientistas sociais. São Paulo: Ática, 2000.
- _____. As regras do método sociológico. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- _____. Montesquieu e Rousseau: pioneiros da sociologia. São Paulo: Madras, 2008.
- _____. Da divisão do trabalho social. São Paulo: Martins Fontes, 2010.
- _____. O suicídio. São Paulo: Martins Fontes, 2011a.
- _____. Educação e Sociologia. Petrópolis: Vozes, 2011b.
- _____. Morphologie Générale. Ratzel – Politische Geographie. In.: NANDAN, Y. (org.). *Émile Durkheim: Geography and demography in social morphology of L'Année Sociologique*. New York: Charleston, 2013a.
- _____. Les Migrations Humaines. Ratzel – Anthropogeographie La Sociogéographie. In.: NANDAN, Y. (org.). *Émile Durkheim: Geography and demography in social morphology of L'Année Sociologique*. New York: Charleston, 2013b.
- _____. Friedrich Ratzel. Antropogeografia. In.: Revista de Geopolítica, v.6, n.1, p.192-199, jan./jun., 2015.
- DURKHEIM, É. MAUSS, M. Algumas formas primitivas de classificação. In.: RODRIGUES, J. A. (org.). Durkheim, grandes cientistas sociais. São Paulo: Ática, 2000.
- FAVRE, P. The absence of political sociology in the Durkheimian classifications of the social sciences. In.: BESNARD, P. (org.). *The sociological domain: the durkheimians and the founding of French sociology*. New York: Cambridge University Press, 1983.
- FEBVRE, L. La tierra y la evolución humana: introducción geográfica a la historia. Barcelona: Editorial Cervantes, 1925.
- _____. Morfologia social ou geografia humana? In.: _____. *A Terra e a evolução humana*. Lisboa: Cosmos: 1955.
- GIANNOTTI, J. A. Comte: os pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1978.
- GIDDENS, A. Durkheim. Bologna: Il Mulino, 1988.
- GINGRICH, A. The German-Speaking Countries. In: BARTH, F. (et al) (orgs.). *One discipline, four ways: British, German, French and American Anthropology*. Chicago: The University of Chicago Press, 2005.
- GOMES, P. C. da C. Vidal: um cruzamento de influências. In.: _____. *Geografia e Modernidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.
- HALBWACHS, M. Morfologia social. São Paulo: Saraiva, 1941.

- HALBWACHS, M. SIMIAND, F. Bases Géographiques de la Vie Sociale. Ratzel – Raum und Zeit in Geographie und Geologie. In.: *L'Année Sociologique*, vol.11, 1906-1909.
- HÜCKEL, G.-A. Géographie Générale. La Géographie de la Circulation selon Friedrich Ratzel (premier article). In.: *Annales de Géographie*, vol.15, 1906.
- _____. Géographie Générale. La Géographie de la Circulation selon Friedrich Ratzel (second article). In.: *Annales de Géographie*, vol.16, 1907.
- KARADY, V. Durkheim, les Sciences Sociales et l'Université: Bilan d'un Semi-Echec. In: *Revue Française de Sociologie*, n. 2, vol. XVII, abril-junho, 1976.
- _____. Stratégie de Réussite et Modes de Faire-Valoir de la Sociologie Chez les Durkheimiens". In: *Revue Française de Sociologie*, n. 1, vol. XX, jan.-mar, 1979.
- KÖPPING, K-P. The Controversy of Bastian versus Ratzel. In: _____. *Adolf Bastian and the psychic unity of mankind: the foundations of anthropology in nineteenth century Germany*. Münster: LIT, 2005.
- LACOSTE, Y. Présentation de La France de l'est. In.: VIDAL DE LA BLACHE, P. *La France de l'est: (Lorraine-Alsace)*. Paris: Découverte, 1994.
- LACOSTE, Y. A geografia: isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra. Campinas: Papirus, 2001.
- LIRA, L. A.. Vidal de la Blache à luz dos recursos da história social da geografia: a institucionalização da disciplina e o primeiro esboço do método geográfico. In: *Boletim Paulista de Geografia*, v. 92, 2012a.
- _____. O primeiro esboço do método geográfico de Vidal de La Blache a partir dos estudos do mediterrâneo. Permanências e rupturas no contexto da institucionalização da geografia (1872-1918). Dissertação de Mestrado, São Paulo, USP, 2012b.
- LUKES, S. Émile Durkheim: su vida y su obra. Estudio histórico-crítico. Madrid: Centro de investigaciones sociológicas, 1984.
- MARTINS, L. Friedrich Ratzel através de um prisma. Dissertação de Mestrado, Rio de Janeiro, UFRJ, 1993.
- MAUSS, M. La sociologie en France depuis 1914. In.: _____. *Oeuvres. 3. Cohésion sociale et divisions de la sociologie*. Paris: Les éditions de minuit, 1969.
- _____. Divisões e Proporções das Divisões da Sociologia. In.: _____. *Ensaio de Sociologia*. São Paulo: Perspectiva, 1999.
- _____. Ensaio sobre as variações sazonais das sociedades esquimós. In.: _____. *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: Cosac Naify, 2003.

- MERCIER, G. Entre science et patrie: Lecture du régionalisme de Paul Vidal de la Blache. In: Cahiers de géographie du Québec, 45(126), 389-412, 2001.
- _____. A região e o Estado segundo Friedrich Ratzel e Paul Vidal de la Blache. In.: GEOgraphia, v.11, n.22, 2009a.
- _____. La géographie de Paul Vidal de la Blache face au litige guyanais: la Science à l'épreuve de la justice. In.: Annales de géographie, n.667, 2009b.
- MORAES, A. C. R. de. A gênese da geografia moderna. São Paulo: Hucitec, 1989.
- _____. A antropogeografia de Ratzel: indicações. In.: _____. (org.). Ratzel. São Paulo: Ática, 1990.
- MORAES, B. M. A geografia imperial de Halford Mackinder: o papel da educação geográfica e a geopolítica. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Geografia) – Instituto de Geociências. Campinas: Unicamp, 2018.
- MUCCHIELLI, L. La découverte du social: la naissance de la sociologie en France (1870-1914). Paris: La Découverte, 1998.
- MUCCHIELLI, L. ROBIC, M-C. Entre sociologie et géographie: la morphologie sociale selon Durkheim. In: MUCCHIELLI, L. BORLANDI, M. La sociologie et ses méthodes: les Règles de Durkheim un siècle après. Paris: L'Harmattan, 1995.
- NICOLAS-O, G. Paul Vidal de La Blache – entre la philosophie française y la geografía alemana. In.: Geocrítica – Cuadernos Críticos de Geografía Humana, Barcelona, v.35, 1981.
- NISBET, R. The sociology of Emile Durkheim. New York: Oxford University Press, 1974.
- OLIVEIRA, R. D. A Geografia pós-unificação territorial alemã: Oscar Peschel, Friedrich Ratzel e Alfred Hettner. Dissertação de Mestrado, Unicamp, 2012.
- _____. A mudança na postura teórico-metodológica em Ratzel no fin-de-siècle: Arte, Ciência e Geografia. In: 14º EGAL (Encontro de Geógrafos da América Latina), Lima-Peru, 2013.
- ORTIZ, R. Durkheim: arquiteto e herói fundador. In.: _____. Ciências Sociais e Trabalho Intelectual, São Paulo: Olho d'Água, 2002a.
- _____. Durkheim: um percurso sociológico. In.: _____. Ciências Sociais e Trabalho Intelectual, São Paulo: Olho d'Água, 2002b.
- _____. As formas elementares da vida religiosa e as ciências sociais contemporâneas. In: Lua Nova, v.87, 2012.

- PEREIRA, S. N. Estados, nações e colonialismo: traços da geografia política vidaliana. In.: HAESBAERT, R. (et al.) (orgs.). Vidal, Vidais: textos de geografia humana, regional e política. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.
- RATZEL, F. The history of mankind. Londres: MacMillan, v.1, 1896.
- _____. *Geografia dell'uomo (Antropogeografia)*. Torino: Fratelli Bocca, 1914.
- _____. O solo, a sociedade e o Estado. In.: Revista da GeoUsp, v.2, 1983.
- _____. La géographie politique. Les concepts fondamentaux. Paris: Libraire Arthème Fayard, 1987.
- _____. Geografia do Homem (Antropogeografia). In.: MORAES, A. C. R. de (org.). Ratzel. São Paulo: Ática, 1990a.
- _____. As raças humanas. In.: MORAES, A. C. R. de (org.). Ratzel. São Paulo: Ática, 1990b.
- _____. A Córsega: estudo antropogeográfico. In.: MORAES, A. C. R. de (org.). Ratzel. São Paulo: Ática, 1990c.
- _____. As leis do crescimento espacial dos Estados. In.: MORAES, A. C. R. de (org.). Ratzel. São Paulo: Ática, 1990d.
- _____. Sobre a interpretação da natureza [Über Naturschilderung]. In.: GEOgraphia, v.12, n.23, 2010.
- _____. Geografia política (Prefácios). In.: GEOgraphia, v.18, n.37, 2016.
- RAVENEAU, L. Notes et Correspondance. L'élément humain dans la géographie. L'antropogéographie de M. Ratzel. In.: Annales de Géographie, vol.1, 1891-1892.
- RHEIN, C. La géographie: discipline scolaire et/ou science sociale? (1860-1920). In: Revue française de sociologie, v. 23, 1982.
- RIBEIRO, G. Uma epistemologia em construção: diálogos entre a Geografia e a Sociologia em Paul Vidal de La Blache. In.: Revista GEOgraphia, v.9, n.18, UFF, 2007.
- _____. Para ler Geografia ou A Geografia segundo Lucien Febvre. In.: Terra Livre, v. 32, 2009a.
- _____. Luta pela autonomia e pelo território: Geografia e os Estados alemão e francês na virada do séc. XIX ao séc. XX, In.: Mercator, v.8, 2009b.
- _____. Interrogando a ciência: a concepção vidaliana da geografia. In.: Confins (Paris), 2010a.

_____. Território, Império e Nação: a geopolítica em Paul Vidal de La Blache. In.: Revista da ANPEGE. Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia, v.6, n.6, 2010b.

_____. A geografia e o desafio da Modernidade: *La France de l'Est (Lorraine-Alsace)* cem anos depois. In.: Biblio 3W – Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales. Barcelona: Universidad de Barcelona, v.XVI, n.934, 2011.

_____. Babel insaciável: modernidade e urbanização nos Estados Unidos conforme Paul Vidal de la Blache. In.: Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais (ANPUR), v. 14, 2012.

_____. Mito e ciência nas interpretações sobre Paul Vidal de La Blache. In: Mercator, Fortaleza, v.13, n.2, 2014a.

_____. Question régionale, identité nationale et émergence du monde urbain-industriel. La modernité dans l'oeuvre de Paul Vidal de la Blache. In: Annales de géographie, v.5, n.699, 2014b.

ROBIC, M-C. L'invention de la "géographie humaine" au tournant des années 1900: les Vidalians et l'écologie. In.: CLAVAL, P. (org.). Autour de Vidal de la Blache: la formation de l'école française de géographie. Paris: CNRS Editions, 1993.

_____. La réception de Friedrich Ratzel en France et ses usages au temps de l'installation de la géographie à l'Université (années 1880-1914). In.: Revue germanique internationale, 20, 2014.

ROBIC, M-C; e OZOUF-MARIGNIER, M-V. A França no limiar de novos tempos: Paul Vidal de La Blache e a regionalização. In: Revista GEOgraphia, v.9, n.18, UFF, 2007.

SANGUIN, A-L. Vidal de la Blache et la géographie politique. In: *Bulletin de l'Association de géographes français*, 1988.

_____. Vidal de la Blache: un génie de la géographie. Paris: Les Éditions Bélin, 1993.

SANTOS, M. A natureza do espaço: técnica e tempo. Razão e emoção. São Paulo: Edusp, 2017.

SILVA, A. A. D. da. A ideia de conexidade em Vidal de la Blache. In.: SILVA, A. A. D. da. e GALEANO, A. (orgs.). Geografia – ciência do complexus. Porto Alegre: Sulina, 2004.

SILVA, W. R. da. A relação espaço-temporal em "A terra e a evolução humana" de Lucien Febvre. In.: V Congresso Internacional de História, Jataí – GO, 2016.

SIMIAND, F. Compte Rendu de Demangeon, Blanchard, Vallaux, Vacher et Sion. In.: *L'Année Sociologique*, vol.11, 1910.

- SION, J. Notes et Correspondance. La Seconde Édition de la Politische Geographie de Mr. Fr. Ratzel. In.: *Annales de Géographie*, vol.13, 1904.
- TIRYAKAN, E. A. A problem for the sociology of knowledge: the mutual unawareness of Emile Durkheim and Max Weber. In.: _____. For Durkheim: essays in historical and cultural sociology. Farnham: Ashgate, 2009.
- VACHER, A. Compte Rendu de Vidal de la Blache. In.: *L'Année Sociologique*, vol.8, 1905.
- VARES, S. F. de. Durkheim, o Caso Dreyfus e o republicanismo liberal na Terceira República francesa. In: *Contemporânea, Revista de Sociologia da UFSCar*. São Carlos, v.4, n.2, 2014.
- VARGAS, E. V. A emergência das ciências sociais na França. In.: _____. *Antes Tarde do que nunca: Gabriel Tarde e a emergência das ciências sociais*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2000.
- _____. (et al) O debate entre Tarde e Durkheim. In: *Teoria & Sociedade, Antropologias e Arqueologias hoje*, 2014.
- VIDAL DE LA BLACHE, P. Géographie Générale. La Géographie Politique, à propos des écrits de M. Frédéric Ratzel. In.: *Annales de Géographie*, vol.7, 1898.
- _____. *Princípios de Geografia Humana*. Lisboa: Cosmos, 1954.
- _____. As características próprias da geografia. In.: CHRISTOFOLETTI, A. (org.). *Perspectivas da Geografia*. São Paulo: Difel, 1982.
- _____. *La France de l'est: (Lorraine-Alsace)*. Paris: Découverte, 1994a.
- _____. *Tableau de la géographie de la France*. Paris: La Table Ronde, 1994b.
- _____. Quadro da geografia da França. In.: *GEOgraphia*, v.1, n.1, 1999.
- _____. Relações da sociologia com a geografia. In.: *Confins*, 8, 2010.
- _____. Vidal, Vidais: textos de geografia humana, regional e política. In.: HAESBAERT, R. (et al.) (orgs.). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.
- VIDAL DE LA BLACHE, P. ZIMMERMANN, M. Chronique Géographique. Nécrologie. Friedrich Ratzel. In.: *Annales de Géographie*, vol.13, 1904.